



ECOSSISTEMA  
**INOVAÇÃO SOCIAL**  
PORTUGAL

## **ESTUDO DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL**

MAPEAMENTO E OBSERVATÓRIO





**ECOSSISTEMA  
INOVAÇÃO SOCIAL  
PORTUGAL**

## **ESTUDO DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL**

MAPEAMENTO E OBSERVATÓRIO



# ESTUDO DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

MAPEAMENTO E OBSERVATÓRIO

## FICHA TÉCNICA

### COORDENAÇÃO E EQUIPA DO ESTUDO

**José Carlos Mota** DCSPT, UA / GOVCOPP

**Fernando Nogueira** DCSPT, UA / GOVCOPP

**Gonçalo Gomes** DECA, UA / ID+

**Marta Ferreira Dias** DEGEIT, UA / GOVCOPP

**Marlene Amorim** DEGEIT, UA / GOVCOPP

**Bernadete Bittencourt** EsACT-IPB / GOVCOPP

**Catarina Isidoro** DCSPT, UA

**Ana Rita Pereira** DCSPT, UA / GOVCOPP

**Sofia Menezes** DCSPT, UA

**Janaina Teles** DCSPT, UA

**Beatriz Rocha** DEGEIT, UA

**UA** - Universidade de Aveiro

**GOVCOPP** - Uni. Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas

**ID+** - Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura

**DCSPT** - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território

**DECA** - Departamento de Comunicação e Arte

**DEGEIT** - Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo

**EsACT-IPB** - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança

## AGRADECIMENTOS

À equipa da Estrutura de Missão da Portugal Inovação Social (EMPIS) pelo notável apoio dado à elaboração do presente trabalho.

Às Comissões de Coordenação das Regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve pelo envolvimento no processo de auscultação dos atores do ecossistema

Aos mais de 300 participantes diretos neste estudo pelos contributos de reflexão: empreendedores sociais, investidores sociais, autarquias, comunidades intermunicipais, comissões de coordenação regional, inovadores cívicos e investigadores.



# ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1. METODOLOGIA	9
1.2. ESTRUTURA DO DOCUMENTO	11
<b>2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E CONTEXTO DO OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>13</b>
2.1. OS PILARES DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL - CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL	14
<b>3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO NACIONAL</b>	<b>23</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO REGIONAL</b>	<b>27</b>
4.1. REGIÃO NORTE	27
4.2. REGIÃO CENTRO	37
4.3. REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	47
4.4. REGIÃO DO ALENTEJO	57
4.5. REGIÃO DO ALGARVE	67
<b>5. SWOT E RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL</b>	<b>77</b>
<b>6. SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL</b>	<b>81</b>
6.1. CONSELHO CONSULTIVO	85
6.2. OBSERVATÓRIOS REGIONAIS	89
6.3. PLATAFORMA ONLINE	95
<b>7. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>105</b>
<b>8. ANEXOS</b>	<b>109</b>

## ÍNDICE FIGURAS

Figura 1: Principais Problemas Sociais da região Norte	27
Figura 2: Incubadoras região Norte	29
Figura 3: Investimento Social: Municípios Norte	29
Figura 4: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados na região Norte AMP	31
Figura 5: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município	31
Figura 6: Municípios enquanto investidores sociais	33
Figura 7: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região Norte	33
Figura 8: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Matosinhos	34
Figura 9: Principais Problemas Sociais da região Centro	37
Figura 10: Incubadoras da região Centro	39
Figura 11: Investimento Social: Municípios Centro	39
Figura 12: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados pelas CIMs	41
Figura 13: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município	41
Figura 14: Municípios enquanto investidores sociais	43
Figura 15: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na região Centro	43
Figura 16: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Aveiro	44
Figura 17: Principais Problemas Sociais da AML	47
Figura 18: Incubadoras da região AML	49
Figura 19: Investimento Social: Municípios AML	49
Figura 20: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município na AML	50
Figura 21: Municípios enquanto investidores sociais	52
Figura 22: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis na Região LVT	53
Figura 23: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região LVT	53
Figura 24: Principais Problemas Sociais do Alentejo	57
Figura 25: Incubadoras da região Alentejo	59
Figura 26: Investimento Social: Municípios Alentejo	59
Figura 27: Quadro resumo problemas sociais na região Alentejo (nº IIES e montante - €)	60
Figura 28: Quadro resumo dos projetos apoiados pelas CIMs	60
Figura 29: Municípios enquanto investidores sociais	62
Figura 30: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região do Alentejo	63
Figura 31: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Évora	64
Figura 32: Principais Problemas Sociais do Algarve	67
Figura 33: Incubadoras Região Algarve	69
Figura 34: Municípios como Investidores Sociais: Algarve	69
Figura 35: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município	70
Figura 36: Municípios enquanto investidores sociais	72
Figura 37: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região do Algarve	73
Figura 38: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Tavira	73



## ÍNDICE TABELAS

Tabela 1: Número de participantes nas reuniões de auscultação do ecossistema de Inovação Social	10
Tabela 2: SWOT Nacional	23
Tabela 3: Indicadores Populacionais da região Norte	27
Tabela 4: Indicadores Socioeconómicos da região Norte/Indicadores de Escolaridade	27
Tabela 5: Quadro resumo dos problemas sociais na região Norte (n.º IIES e montante em euros)	30
Tabela 6: Quadro resumo dos projetos apoiados por CIMs e AMP	30
Tabela 7: Recomendações da Região Norte	35
Tabela 8: Indicadores Populacionais da região Centro	37
Tabela 9: Indicadores Socioeconómicos da região Centro	37
Tabela 10: Quadro resumo dos problemas sociais na região Centro (n.º IIES e montante (euros))	40
Tabela 11: Quadro resumo dos projetos apoiados CIMs	40
Tabela 12: Recomendações da Região Centro	46
Tabela 13: Indicadores Populacionais da AML	47
Tabela 14: Indicadores Socioeconómicos da AML	47
Tabela 15: Quadro resumo dos projetos apoiados na AML	50
Tabela 16: Recomendações da Região AML	56
Tabela 17: Indicadores Populacionais - região Alentejo	57
Tabela 18: Indicadores Socioeconómicos da região Alentejo	57
Tabela 19: Recomendações da Região do Alentejo	66
Tabela 20: Indicadores Populacionais da região Algarve	67
Tabela 21: Indicadores Socioeconómicos do Algarve	67
Tabela 22: Quadro resumo dos problemas sociais na região Algarve (n.º IIES e montante (euros))	70
Tabela 23: Recomendações da Região do Algarve	75
Tabela 24: SWOT Nacional	78
Tabela 25: Recomendações Nacionais	79

## ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estrutura Etária da região Norte	27
Gráfico 2: N.º de projetos aprovados na região Norte (2016-2019)	30
Gráfico 3: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o Financiamento FSE - reg. Norte em %	32
Gráfico 4: Estrutura Etária da região Centro	37
Gráfico 5: N.º de projetos aprovados na região Centro (2016-2019)	40
Gráfico 6: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE - reg. Centro, em %	42
Gráfico 7: Estrutura Etária da AML	47
Gráfico 8: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e FSE - AML, em %	51
Gráfico 9: Estrutura Etária da região Alentejo	57
Gráfico 10: N.º de projetos aprovados na região Alentejo (2016-2019)	60
Gráfico 11: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE - reg. Alentejo, em %	61
Gráfico 12: Estrutura Etária da região Algarve	67
Gráfico 13: N.º de projetos aprovados na região Algarve (2018-2019)	70
Gráfico 14: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE - reg. Algarve em %	71



# 1. INTRODUÇÃO

A Comissão Europeia está a promover a criação de Centros Nacionais de Competências para a Inovação Social em cada um dos Estados-Membros. Nesse sentido, desafiou os países a criarem consórcios destinados a apoiar e dinamizar os ecossistemas de inovação social ao nível nacional.

Em maio de 2021, foram aprovados seis consórcios, um dos quais denominado FUSE (“Facilitating United approaches to Social innovations in Europe”) que integra Portugal, Irlanda, Bulgária e Chipre, no nosso caso representado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS).

Prevê-se, no âmbito desta iniciativa, que termina em abril de 2023, o desenvolvimento de um mapeamento do ecossistema de inovação social, o qual incluirá uma caracterização territorial, um diagnóstico dos principais problemas sociais, a identificação das quatro dimensões-chave, ou pilares, do ecossistema (Políticas Públicas, Projetos de IS, Investimento e Dinâmicas Territoriais e Sociais) e uma lista de recomendações. Pretende-se que deste trabalho resultem Observatórios Regionais, um para cada uma das cinco regiões NUTS II de Portugal Continental, com dinâmicas locais de observação e de acompanhamento ao Ecossistema de Inovação Social (EIS).

A Universidade de Aveiro está a colaborar nesta iniciativa, através da elaboração de um estudo sobre o EIS, financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT), que visa:

- Realizar uma análise do Ecossistema de Inovação Social em Portugal, definindo as suas características, em função dos perfis de intervenientes (stakeholders) e das tipologias de resultados;
- Produzir um mapeamento deste Ecossistema de Inovação Social para teste de indicadores de monitorização e um piloto de sistematização de redes relacionais no ecossistema numa região (em plataforma existente);
- Conceber a arquitetura do sistema de monitorização da política pública de Inovação Social (IS), centrado na rede e atores, nos projetos e nos resultados e impactos (afetados pela Estrutura de Missão da Portugal Inovação Social - EMPIS).

## 1.1. METODOLOGIA

O presente documento constitui um primeiro contributo de reflexão e apresenta uma análise das fragilidades, dos avanços e das oportunidades do EIS em Portugal. Contém contributos que podem ser tidos em consideração para dinamizar o seu funcionamento e informar os decisores relativamente ao ecossistema, tendo por referência os objetivos inicialmente estabelecidos, designadamente:

- Analisar o EIS numa perspetiva regional e territorial;
- Produzir uma reflexão sobre a importância da criação de uma rede de Observatórios Regionais de Inovação Social e os seus contributos para o estudo do EIS em Portugal

- Compreender a dinâmica territorial relativamente aos quatro pilares do EIS, anteriormente identificados;
- Fazer um mapeamento do ecossistema (mapeamento dinâmico e plataforma de monitorização).

Para a elaboração deste documento foram realizadas um conjunto de reuniões (presenciais e online) com os agentes da inovação social e cívica, organizados pelos quatro pilares do ecossistema e por região:

Tendo em conta que o universo a auscultar era muito significativo foi estabelecido um critério que valorizasse a proporcionalidade e diversidade de problemas sociais e tipologia de organizações. Nestas reuniões, os participantes foram convidados a partilhar o diagnóstico e recomendações para o futuro, que auxiliará à criação dos observatórios regionais. Foram auscultadas mais de 300 pessoas, indivíduos e representantes de coletivos e de instituições privadas e públicas (Tabela 1), num processo estruturado de participação. O processo de auscultação das instituições do EIS foi também uma oportunidade para envolver a EMPIS e os seus atores regionais, assim como as CCDR pelo seu papel decisivo na ligação com os atores regionais, sub-regionais e locais.

Reuniões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Nacional	Total
<b>Municípios e CIMs</b>	44	59	10	14	13		<b>140</b>
<b>Empreendedores</b>	13	32	30	12	16	12	<b>115</b>
<b>Incubadoras Sociais</b>						17	<b>17</b>
<b>Investigadores</b>						19	<b>19</b>
<b>Inovadores cívicos</b>						14	<b>14</b>
<b>Investidores sociais</b>						21	<b>21</b>
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>91</b>	<b>40</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>83</b>	<b>326</b>

Tabela 1: Número de participantes nas reuniões de auscultação do ecossistema de Inovação Social

Fonte: Elaboração própria

De salientar que o estudo realizado adota, genericamente, os limites das NUTS II, em vigor após 2013, em função das quais está territorialmente organizada a atuação do Portugal Inovação Social. No entanto, na análise das orientações e das políticas e programas de política pública, os limites territoriais em apreço são os considerados pelas CCDR: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo (LVT), Alentejo e Algarve. Daqui resulta alguma descoincidência em territórios da região LVT uma vez que os dados relativos à Portugal Inovação Social se referem à NUT II da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

## 1.2. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O presente documento está organizado da seguinte forma:

1. **INTRODUÇÃO** | Objetivos, Metodologia e Estrutura
2. **ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E CONTEXTO DO OBJETO DE ESTUDO** | Enquadramento do conceito de Ecossistema de Inovação Social e das suas quatro dimensões-chave
3. **CARACTERIZAÇÃO e DIAGNÓSTICO NACIONAL**
4. **CARACTERIZAÇÃO e DIAGNÓSTICO REGIONAL** | Caracterização territorial e diagnóstico dos principais problemas sociais através da análise de quatro dimensões-chave do ecossistema:
  - a. **PROJETOS DE IS** | Projetos de inovação social (EMPIS)
  - b. **INVESTIMENTO** | Investimento social (entidades públicas e privadas chave na dinamização regional)
  - c. **POLÍTICAS PÚBLICAS** | Política pública local, instrumentos, estruturas ou áreas de capacitação (ex.: incubadoras, concursos, prémios)
  - d. **DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS** | Mecanismos de participação cívica (ex. orçamento participativo,)
5. **ANÁLISE SWOT E RECOMENDAÇÕES** | Lista de recomendações com orientações e estratégias locais
6. **PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO**



## 2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E CONTEXTO DO OBJETO DE ESTUDO

Antes de mais, é essencial alguma clarificação conceptual do objeto de estudo, tentando definir os conceitos de Inovação Social (IS), de Empreendedorismo Social (ES) e de Ecossistema de Inovação Social (IES). Será também esboçada uma definição possível de inovação cívica e da relação entre e o Ecossistema de Inovação Social, a par do seu reconhecimento pela Política Pública, e as suas oportunidades de escalonamento. Todo este sistema é suportado por formas de financiamento. A noção de investidor social será também explorada, bem como as tipologias de financiamento que fazem funcionar o EIS. Os quatro pilares: Projetos de IS; Política Pública; Investimento e Dinâmicas Sociais e Territoriais, que constituem o EIS, serão também delineados, concetualmente e relativamente às suas inter-relações. A IS descreve todo o processo através do qual são desenvolvidas novas respostas às necessidades sociais, a fim de proporcionar melhores resultados sociais (Comissão Europeia, 2013). Segundo o relatório BEPA (2010), as inovações sociais são sociais tanto nos seus fins quanto nos seus meios. Constituem novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendem simultaneamente às necessidades sociais (mais efetivamente do que alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações - são inovações que não são apenas boas para a sociedade, mas também aumentam a sua capacidade de agir (p.33). Bouchard (2012) definiu a inovação social como "qualquer nova abordagem, prática ou procedimento, ou qualquer novo produto desenvolvido para melhorar uma situação ou resolver um problema social". Cloutier (2003, p. 41), por sua vez, identifica o conceito de inovação social com prática, processos e serviços com impacto social. É reconhecido também que o social ganha cada vez mais centralidade, sobretudo no que toca aos processos (Burgos & Bocco, 2020; Bock, 2012; Moulart et al., 2013; Pol e Ville, 2009). O conceito de Empreendedorismo Social está inerentemente relacionado com o conceito de IS. Sempre que ações de Empreendedorismo encontram soluções mais eficazes e eficientes do que as que estão institucionalizadas obtém-se uma IS (Santos, 2012).

Em Portugal, o termo IS ganhou visibilidade há mais de uma década, sobretudo após a crise de 2008, principalmente para descrever transformações e novas dinâmicas na economia social e solidária, bem como o surgimento de uma nova vaga de empresas sociais e empreendedores sociais<sup>1</sup>. Estas novas dinâmicas resultam de ações promovidas por organizações do setor público, empreendedores sociais, entidades do terceiro setor e sociedade civil, com base em programas e iniciativas institucionais, apoiados por políticas públicas como o EQUAL. A diversidade das entidades envolvidas é grande, quanto à sua dimensão escala de atuação, formas de organização e de intervenção, sendo o seu denominador comum, a capacidade de mobilizarem e gerarem respostas para o bem-estar das comunidades, com recursos limitados e num ambiente de grande incerteza.

No contexto Europeu, em que Portugal se referencia para a definição do seu quadro estratégico, a IS passou a ser considerada uma dimensão essencial da promoção de uma Europa mais sustentável,

<sup>1</sup> - Pinto, H., Ferreira, S., & Guerreiro, J. A. (2021). The emergence of a Social Innovation Ecosystem in Portugal: An exploratory approach based on the perspective of strategic stakeholders. *European Public & Social Innovation Review*, 6(2), 15-34. Retrieved from <https://pub.sinnergiak.org/esir/article/view/154>

inteligente e inclusiva, na definição da Estratégia 2014-2020. Para apoiar essa missão, foi criada, em 2014, a Iniciativa Portugal Inovação Social. O novo quadro estratégico (2021-2017) vem dar continuidade e reforçar o compromisso antes assumido, no qual a IS é apresentada como um instrumento fundamental para cumprir o Plano de Ação para a Economia Social e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais: “O nosso objetivo comum é investir nas gerações presentes e futuras dos europeus, permitindo que eles e a Europa no seu conjunto prosperem através da inovação social e da diversidade, apesar das mudanças e das adversidades.”<sup>2</sup>

Este ganho de centralidade da abordagem da IS está sublinhado nas orientações do Portugal 2030 – “Valorizar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, inclusão social e inovação social”. Também no Programa de Governo atual, a IS é reconhecida como um instrumento fundamental relativamente à capacidade de inovar e enquanto garante de sustentabilidade social das transformações na política pública – “Apoiar o aumento da capacidade de incorporação de inovação e conhecimento por parte das empresas, estimulando o investimento na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco inovação ou em aplicações de interesse público, através de especialização inteligente”; “Criar incentivos à inovação social e à exploração de tecnologias que coloquem o cidadão no centro da decisão”; “ Continuar a aposta no Portugal Inovação Social e nos instrumentos de financiamento destas iniciativa”.

## **2.1. OS PILARES DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL - CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL**

A noção de Ecossistema de Inovação Social baseia-se na existência de uma rede de atores que trabalham ativa e regularmente de forma a promover o desenvolvimento e crescimento de inovações sociais. Para que o ecossistema seja capaz de atingir mudanças transformadoras e sistémicas, deve basear-se num trabalho colaborativo entre a academia, o setor público, as empresas e a sociedade civil e, por isso, requer um alinhamento de recursos locais que vinculam o ecossistema ao território (OCDE, 2021) .

Horowitz e Hwang (2012) e Bloom e Dees (2008) consideram que os Ecossistemas de Inovação Social funcionam como redes sociais que se comportam como os sistemas biológicos. Desta forma, os autores sugerem a possibilidade de instrumentalizar o termo Ecossistema de Inovação Social, entendendo-os como centrais na satisfação permanente de novas necessidades das comunidades e territórios, o que produziria uma mudança favorável no sistema económico, social e ambiental. Neste contexto, todos os atores procuram a melhoria do bem-estar geral, melhorando as leis, as políticas, as normas sociais, as tendências demográficas e as instituições culturais. Segundo Gatica, Soto e Vela (2015), uma abordagem holística ao sistema social, possibilita o estudo da relação entre os atores e os fatores ambientais que intervêm nesse sistema, mas pode, também, ajudar os empreendedores e demais decisores sociais a modelarem esses padrões de relação (e de comportamento).



Estes autores, adiantam um tipologia para os intervenientes no EIS, distinguindo entre: os empreendedores sociais (que identificam todos os intervenientes relevantes e os papéis que cada um desempenha); os fornecedores de recursos financeiros, humanos, conhecimentos e tecnológicos; as organizações de cooperação ou parceiros, que facilitam a criação impacto social (como organizações que apoiam a mesma causa e pessoas que prestam importantes serviços complementares) e os beneficiários, que usufruem das atividades e projetos colocados em prática. Estes intervenientes estão sujeitos a consequências e condições do ambiente em que estão inseridos e que condicionam a sua atuação. Os autores destacam, de entre outras, quatro destas condições ambientais: a abertura das políticas e estruturas administrativas; as condições socioeconómicas e demográficas das regiões em que os empreendedores sociais operam e procuram recursos, os níveis de atividade empresarial e os mercados relevantes. Em síntese, do reconhecimento desta interação entre atores e fatores resultou a definição dos quatro pilares usados neste estudo (supra-identificados na Metodologia e Objeto de Estudo) que permitem um maior reconhecimento das condições em que opera o EIS em Portugal, designadamente: 1) Políticas Públicas; 2) Os projetos de IS; 3) O Investimento e as 4) Dinâmicas Territoriais e Sociais.

### 2.1.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

As entidades governativas estão a deparar-se com um conjunto de grandes desafios para os quais as políticas públicas tradicionais não estão a conseguir fornecer uma resposta adequada (Pinto, Ferreira & Guerreiro, 2021), entre os quais o aumento das desigualdades sociais e o envelhecimento demográfico, por exemplo. Estes grandes desafios exigem que a política pública adote uma postura dinâmica e aberta à mudança para que seja possível atingir o seu objetivo principal, que é o de gerar bem-estar aos cidadãos. É neste contexto que a inovação social surge como uma alternativa que, com uma abordagem diferenciada e com novas ferramentas, fornece uma forma mais eficaz de lidar com estes novos desafios (Hulgård & Ferreira, 2019). As políticas de inovação social apresentam um conjunto de benefícios, entre os quais o seu carácter eficaz, dado que correspondem a problemas sociais, de forma mais sustentável do que as alternativas (Phills, Deiglmeier, & Miller, 2008). Esta colaboração permite, por um lado, criar um espaço de interação entre os serviços públicos e as iniciativas do setor social (Hulgård & Ferreira, 2019) e, por outro, restaurar a confiança dos cidadãos através de uma promoção da participação inclusiva da sociedade (Pinto, Ferreira & Guerreiro, 2021). A relação entre a IS e a Política Pública (PP) auxilia a capacitação e mobilização da sociedade para agir como um todo e com fins sociais (Comissão Europeia, 2017). Deste modo, a formulação de Política Pública, incorporando os méritos da IS, torna-se particularmente relevante, dada a sua capacidade de gerir os interesses de múltiplos agentes visando o desenvolvimento de um processo aberto e incremental para fazer face a problemas sociais complexos. Teoria da Mudança (TM), afigura-se como mecanismo de transição nas PP (Gordon et al., 2020; Pol & Ville, 2009). A TM, que visa coordenar os inovadores da sociedade civil, da comunidade empresarial e do governo num ciclo de quatro fases, contempla o processo desde a estruturação do problema à implementação/ação

e monitorização do impacto dos projetos de IS. Nesse seguimento, os atores identificam o problema e planeiam, pró-ativamente novas soluções. É aqui que a relação entre as PP e as experiências de IS tem de ser reconfigurada. Esta relação necessita de novos mecanismos para aumentar o feedback, de modo que a expansão das iniciativas de IS reflita a expansão das PP, e vice-versa (Gordon et al, 2017). Isto é, exige-se que a identificação e capacitação das práticas sociais, seja seguida da sua ampliação através da integração do projeto ou estratégia à implementação de PP (Tricarico, Vidovich & Billi 2021; Gordon et al, 2017).

Embora as políticas de inovação social e a cultura de experimentação tenham vindo a aumentar na última década, o conceito científico de inovação social não é consensual e, por isso, ainda não é capaz de fornecer um quadro claro para guiar o surgimento de novas políticas públicas transformadoras. Para além disso, ainda existem dúvidas na relação entre a inovação social e o Estado, nomeadamente no que diz respeito à existência de atores capazes de promover práticas de inovação social, que são exigentes devido ao seu carácter multidisciplinar e por gerarem redes com uma multiplicidade de *stakeholders* (Pinto, Ferreira & Guerreiro, 2021). Os autores referem, ainda, a dificuldade de medir os impactos e sucessos destas iniciativas, o que pode afetar a prestação de contas quando uma política de inovação social for aplicada. Assim, tendo em conta que "a inovação social provou ser uma abordagem confiável para encontrar alternativas aos serviços sociais financiados pelo Estado" (Pinto, Ferreira & Guerreiro, 2021, p.65), é fundamental criar um quadro claro relativamente à maneira como a inovação social pode integrar a ação do Estado e como podem ser medidos os seus impactos.

No caso português, desde 2014, verifica-se o surgimento de uma nova geração de políticas sociais que investiram na inovação social e nas organizações do terceiro setor. Os municípios são aqueles que possuem uma maior compreensão do território e efetuam a ponte entre as organizações que nele operam e as instituições nacionais (Pinto, Ferreira & Guerreiro, 2021). Necessariamente, há diferenças de atuação entre os municípios, enquanto interpretes e ativadores da inovação social, que produzem um quadro territorialmente diferenciado, que se procura evidenciar na análise regionalizada realizada neste estudo. Com esse intuito foi mobilizada informação das seguintes proveniências: na base de dados da EMPIS, relativa à execução das candidaturas que apoiou até 2019; da auscultação de agentes do ecossistema de inovação social português e dos ativadores regionais da EMPIS; de dados disponibilizados nos sites dos municípios e outras entidades públicas.

### 2.1.2. PROJETOS DE IS

Na perspetiva da inovação social, os empreendedores sociais não surgem associados a uma dimensão de organização coletiva ou a qualquer setor, público ou privado (lucrativo ou não lucrativo). Estes atores atuam tanto no setor não lucrativo, através de estruturas híbridas, como nas empresas sociais, ou no setor público, através da provisão mais disciplinada, eficiente e rigorosa de serviços públicos e, ainda, no setor privado, através de iniciativas de responsabilidade social empresarial ou de empreendedorismo social corporativo (Austin, Weiskillern & Stevenson, 2006, as cited in Parente, 2014, p. 254).

Os empreendedores contribuem para o desenvolvimento da nossa

sociedade criando riqueza social e ajudando outros a aceder a essa riqueza. Um empreendedor social é, assim, motivado pelo potencial de impacto social e de transformação da sociedade através do seu envolvimento e garantindo que a solução ganha visibilidade e que o problema seja resolvido de forma sistemática, para que seja notada e, posteriormente institucionalizada pela política pública (Azevedo & Martins, nd, pp 208-2010). Estes atores são movidos pela vontade de satisfazer as necessidades não satisfeitas, nem pelo mercado, nem pelo Estado, e, dotados da capacidade de lidar com grandes desafios sociais, na promoção de novas estruturas sociais e de valor social, como o bem-estar, qualidade de vida, inclusão social, solidariedade, participação cidadã e capacitação de agentes em risco de exclusão/marginalização social (Moualert et al., 2013; Mulgan et al., 2007; Young, 2006; Santos, 2012; Silva, 2020). Neste sentido, os empreendedores sociais são promotores de mudanças duradouras quando criam novos equilíbrios no sistema, no qual o envolvimento da sociedade civil sustenta a criação de inovações sociais, a legitimação e a justificação para as mesmas, facilitando a apropriação e aprendizagem, pela comunidade, das abordagens e projetos de inovações sociais (Carayannis e Campbell 2009; Carayannis et al. 2017, Young, 2006). No aprofundamento do papel do empreendedor, das suas ações e suas relações com os diferentes agentes de suporte direcionados às suas atividades, os estudos sobre Ecossistemas de Inovação Empreendedora focam-se nas inter-relação dos diferentes domínios que suportam essa ação empreendedora, envolvendo as políticas que dão suporte financeiro, fornecem legitimidade e um marco legal de apoio ao empreendedorismo); mercados (expertise de produção, consumidores, canais de distribuição etc.); capital; recursos humanos e ações que facilitam a cultura empreendedora (aceitação do risco, estímulo à inovação) (Andion et al., 2019) Neste trabalho, o pilar dos empreendedores sociais integra as organizações e os projetos promotores de EIS. A análise realizada procura produzir um diagnóstico territorial das dinâmicas de IS , em cada uma das NUTS II. Foram recolhidos e tratados dados respeitantes aos empreendedores sociais, territorialmente desagregados pelas CIMs e municípios que as compõem, e foi analisada a ação destes em função da relevância dos problemas sociais e das suas repostas aos mesmos. Os dados incluem também informação sobre os destinatários dos projetos e das entidades responsáveis pela sua execução. A informação foi recolhida na base de dados disponibilizada pela Estrutura de Missão da Portugal Inovação Social (EMPIS), relativa à execução das candidaturas que apoiou, até ao aviso do ano de 2019. Para além disso, foram consultados alguns dados estatísticos e notícias que trazem alguma evidência sobre, por um lado, a necessidade e pertinência das ações empreendidas em função dos contextos territoriais, por outro lado, os problemas sociais emergentes, que necessitam de repostas e estão eventualmente menos presentes na agenda programática e operativa dos diferentes agentes do EIS. Neste telatório, são apresentados, seletivamente, alguns dados relativos a projetos específicos que permitem ilustrar os ecossistemas regionais, os seus desafios, forças e oportunidades de crescimento e capacidade de desenvolvimento em rede. Estes projetos, foram selecionados tendo em conta o problema social a que pretendem dar resposta e em função da dimensão da sua ação, em número de beneficiários ou do montante de investimento envolvidos.

### 2.1.3. INVESTIMENTO

Há um crescente reconhecimento da resposta social produzida pelas iniciativas de Inovação Social, que decorre das suas características diferenciadoras, anteriormente discutidas. Efetivamente, esta pode constituir-se como uma estratégia de financiamento alternativo e de suporte à manutenção de serviços públicos e das iniciativas do setor social (Berzin et al., 2014) e ainda promover a participação e a inclusão dos indivíduos. Como antes se salientou, diferentes visões sobre a relação do Estado com a sociedade determinam diferentes enquadramentos e quadros de suporte à IS.

Por esse motivo, e não obstante o reconhecimento da sua importância, um dos maiores entraves ao desenvolvimento da IS não é a falta de ideias inovadoras ou de respostas diferenciadas, mas a sua sustentabilidade financeira. Este é um dos principais obstáculos para a sobrevivência das empresas sociais, principalmente quando se encontram numa fase inicial (OECD, 2016). Para que haja um aproveitamento do potencial da IS, é necessário criar um quadro institucional e político que apoie estes atores e organizações públicas, privadas e do terceiro setor (OECD, 2021). A este respeito, identificaram-se como dificuldades, a nível global, de entre outras, as seguintes: os fundos de curto prazo, que dificultam a obtenção de resultados a longo prazo, aumentando o nível de incerteza envolvido; os processos de concessão de subvenções pelas entidades responsáveis, considerados lentos e complexos pelos empresários sociais, contribuindo para que estes evitem investir em entidades com menor impacto imediato ou com maior risco (OECD, 2016). Por esse motivo, tornam-se necessários modelos de financiamento mais eficazes, eficientes e, sobretudo, inovadores, mais adaptados a todo o ciclo da inovação. (Europe, 2012). É desejável, portanto, que os investidores possam ser capazes de apoiar iniciativas de todos os setores, não só as do setor público, como as que serão levadas a cabo por novas empresas, explorando novos mercados, que encorajem o setor privado a assumir o risco e a investir e a criação de iniciativas do governo e, também, de bancos, fundações etc. (Social Europe, 2012). O financiamento tem proveniência em diversas fontes - do setor privado, o setor público, de organizações da economia social, de subvenções e/ou, até mesmo familiar, quando a proveniência do financiamento é pessoal - associadas a diferentes níveis de responsabilidade social, expectativa de retorno económico e risco (Social Europe, 2012).

O financiamento público provém de organizações pertencentes ao Estado, que utilizam os seus recursos financeiros para o investimento em projetos que tenham como objetivo suprir desafios sociais e atuem em prol do bem-estar da sociedade (Murray et al., 2017). Em abstrato, o Estado pode também assumir o papel de empreendedor social, supletivamente ao seu papel ativo de incentivo e suporte à IS (Mazzucato et al., 2020). Na prática, no entanto, podem daqui resultar dificuldades relativas à assunção de riscos associados ao empreendedorismo, papel esse que, não podendo ser assumido pelo Estado (Mazzucato et al., 2020), é, ou deverá ser, delegado em terceiros. Portanto, para que estes desempenhem esta função torna-se essencial a disponibilidade de financiamento, para a qual as fontes públicas contribuem grandemente.

No âmbito da inovação social, o investimento pelo terceiro setor ou setor da economia social - que consiste no conjunto das entidades institucionais intermediárias entre o Estado, o mercado e a própria

sociedade (Avelino et al., 2019) - ocupa um lugar de destaque, tendo estas um reconhecido papel de impulsionamento no desenho de políticas públicas (Pinto et al., 2021).

A importância do setor social e cooperativo tem crescido, observando-se o aumento do número de empresas sociais, mútuas, cooperativas e associações (Europe, 2012). O terceiro setor engloba um conjunto de organizações que tem como objetivo a prestação de serviços públicos em diferentes áreas, incluindo a vertente social (Salvatore, 2004, p. 27). Salienta-se que a definição de "terceiro setor" advém do conceito americano "third sector" e consiste em iniciativas privadas, mas que se regem pelo financiamento e orientações do Estado (Evers, 1995; Bridge et al., 2009).

Já no que diz respeito ao financiamento privado, este provém de empresas do setor privado que pretendem investir em projetos sociais que minimizem os problemas existentes na sociedade (Murray et al., 2017). Neste âmbito, deteta-se uma mudança de pensamento e de interesse que decorrem do reconhecimento da importância dos setores sociais da economia - tais como a educação, a saúde, o cuidado com os idosos e infantis, ambiental etc. - relativamente aos quais se prevê virem a ser, nas próximas décadas, fontes principais de aumento do emprego e do PIB (Social Europe, 2012).

Em Portugal, em 2013 foi criado pela primeira vez o Grupo de Trabalho Nacional para o Investimento Social, dirigido pela Fundação Calouste Gulbenkian (Almeida & Santos, 2016). Logo de seguida em 2014, foi implementada a Portugal Inovação Social, permitindo que os diferentes investidores sociais financiassem diferentes projetos de inovação e empreendedorismo social, de modo sustentável. Uma das principais vantagens do financiamento da Inovação Social, em Portugal, decorre das condições proporcionadas de estabelecimento de uma relação de parceria entre investidores e empreendedores sociais, influenciando direta ou indireta nas políticas públicas. (Pinto et al., 2021). Tem sido sublinhado que este projeto possibilitou o envolvimento diferentes entidades públicas e privadas, despoletando o interesse pioneiro dos investidores sociais (Almeida & Santos, 2016).

Neste trabalho, o pilar do investimento integra as organizações que financiam os projetos de IS. Engloba empresas do setor privado, organizações do terceiro setor e organizações da administração pública sub-regional e local. Em termos metodológicos, e tendo por base os dados facultados pela EMPIS, respeitantes a avisos cumpridos até ao ano de 2019, pretendeu-se tipificar o investimento, tendo por referência, em cada região, o financiamento total (a soma do financiamento público e o financiamento dos investidores sociais), a incidência deste, relativamente ao contributo do Fundo Social Europeu e do investidor, por problema social, permitindo uma leitura transversal e comparativa intra e inter-regional dos problemas sociais no foco na agenda dos investidores.

Assim, o financiamento total consiste no somatório do financiamento público comunitário (FSE) com o investimento social correspondente a cada região, contando com todas as tipologias de financiamento: Capacitação para o Investimento Social (CIS), Parcerias Para o Impacto (PPI) e Títulos de Impacto Social (TIS). Abriu-se uma exceção para o Fundo para a Inovação Social (FIS), dado que se trata de um instrumento financeiro com características específicas (as candidaturas são apresentadas diretamente ao Banco Português de Fomento). Além disso, o FSE abrange as tipolo-

gias de financiamento CIS, PPI e TIS, mas quanto ao investimento social apenas são abrangidas as tipologias de financiamento PPI e TIS. Salienta-se que a região AML e a região do Algarve não dispõem de financiamento CIS, uma vez que não houve qualquer tipo de abertura de candidatura para estas duas regiões. O TIS fomenta a cooperação entre os atores do setor privado, público e do terceiro setor. Os objetivos do financiamento são previamente definidos e contratualizados em sede de candidatura do projeto. Os investidores sociais são ressarcidos pelo investimento na íntegra, se o projeto alcançar os resultados sociais antecipados (e contratualizados) em sede de candidatura. Estes resultados são mensuráveis e os indicadores e metas do projeto foram, atempadamente, validados pela entidade pública responsável pela política setorial.

#### 2.1.4. DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

Se a definição de inovação social é ainda controversa, encontrar uma a definição para a inovação cívica levanta ainda mais dúvidas. Para além da dificuldade em estabelecer as fronteiras entre os dois conceitos, talvez por ser menos institucionalizada, e por isso difícil de rastrear, a investigação sobre inovação cívica ainda não está tão desenvolvida. No entanto, a inovação cívica ou cidadã, não será apenas uma mudança de rótulo em relação à inovação social, mas uma maneira diferente de gerar inovação com impacto social. A inovação cívica pode ser enquadrada naquilo a que Manzini (2015) chama de inovação de baixo para cima (*bottom-up*), ou seja, iniciativas desenvolvidas por pessoas que são capazes de imaginar, desenvolver e gerir algo novo, fora das formas padrão de pensar e fazer. Um passo adiante, portanto, da mobilização de ideias tradicionais sobre como os problemas deveriam ser resolvidos. Geralmente, estas iniciativas surgem como resposta a problemas da vida quotidiana, a que a oferta de produtos e serviços, o sistema dominante de produção e consumo não são capazes de dar resposta, levando ao surgimento de resposta criativas que rompem com os modelos convencionais de pensar e fazer, concebendo soluções baseadas em combinações originais de produtos, serviços e conhecimentos existentes. Para tal, será necessário (re)descobrir o poder da cooperação; recombina, de forma criativa, produtos, serviços, lugares, conhecimentos, habilidades e tradições já existentes; e contar com recursos próprios, sem esperar uma mudança geral na política, na economia ou nos recursos institucionais e infraestruturas do sistema. Por ser uma resposta aos problemas identificados pelos próprios afetados, a inovação cívica não deve ser forçada. No entanto, existem mecanismos que permitem a sua promoção através de uma maior visibilidade, maior sensibilização e novas infraestruturas (e suporte) ao seu serviço.

Em suma, a inovação cívica assenta num contínuo de energia cívica, que vai desde a participação, ao envolvimento, ao ativismo e, por fim, à inovação social.[2] Neste sentido, pode afirmar-se que se está perante uma iniciativa cívica inovadora quando, na sua operacionalização estão presentes, simultânea estes dois elementos: (i) Desenvolve abordagens locais ou focadas, que diversificam a procura de soluções (a inovação) para se adaptarem às condições locais; (ii) Concentra-se em abordagens inclusivas em que os afetados trabalham ativamente para encontrar soluções. Portanto, enquanto a inovação convencional usa métodos de diagnóstico

baseados no conhecimento de especialistas para entender os problemas, a inovação cívica desenvolve mecanismos de escuta baseados na imersão e na participação ativa. No entanto, e apesar das ações de inovação cívica darem origem a uma multiplicidade de mudanças locais, a inovação social, depende muitas vezes de interações mais complexas entre iniciativas muito diversas, naquelas situações em que ações realizadas diretamente pelas pessoas envolvidas (de baixo para cima) são frequentemente apoiadas por diferentes tipos de intervenção de instituições, organizações cívicas ou empresas (de cima para baixo). A natureza híbrida desses processos de inovação social torna-se cada vez mais evidente quando a escala de mudança a ser alcançada aumenta (Manzini, 2014). Posto isto, é difícil medir os impactos causados por estas iniciativas, ou mesmo compreender quais as condições necessárias para que elas consigam atingir um patamar de inovação e gerar mudanças sustentáveis no contexto português. Esta compreensão depende do desenvolvimento de uma investigação qualitativa e quantitativa mais cuidadosa sobre o tema. Entretanto é possível afirmar, de acordo com investigações já realizadas sobre movimentos cívicos em Portugal, que o sucesso ou a geração de mudanças reais geradas por estas iniciativas depende das respostas de atores e instituições políticas nacionais e transnacionais. Os coletivos sociais emergentes desses processos definem novas configurações de interesses que podem ser mais ou menos duráveis, dependendo de como as lutas específicas nas quais estão engajados se desenvolvem, como interesses e objetivos heterogêneos são traduzidos em objetivos e ações comuns e nas respostas do Estado e de outros atores às suas reivindicações e às suas iniciativas (Santos, 2004). O contexto português apresenta uma diversidade de iniciativas cívicas ainda pouco estudadas. Um estudo sobre as chamadas iniciativas de base comunitária revela que nestas, em geral, se reconhecem as deficiências do sistema socioeconómico contemporâneo predominante e a conseqüente necessidade de fomentar a resiliência local e a ação através da mudança. Sustentabilidade, mudanças climáticas, desigualdade social e vulnerabilidade são as principais motivações temáticas de mobilização. As iniciativas têm focos de ação muito específicos e divergentes, que vão desde a gestão da terra e da natureza até à mudança nas práticas agrícolas, saúde e bem-estar, cultura e educação, tecnologia e construção, organização social, economia e finanças, e assim por diante. Desta forma, o objetivo geral destas iniciativas, no contexto português, é encaminhar um novo sistema de valores, baseado na solidariedade e coesão social, construção da comunidade, proximidade (localidade) e interação direta, envolvimento ativo, cidadania, partilha de responsabilidades, governação participativa e autogestão, a fim de promover um desenvolvimento justo e sustentável (Mourato&Bussler, 2019). Na análise preliminar realizada foi possível perceber dois tipos de configurações sociais: umas mais informais, de carácter mais espontâneo e temporário, e; outras mais formais, geralmente organizadas em/por associações locais. As primeiras emergem nas principais cidades portuguesas sob a forma de exercícios participativos de ativismo cívico, transversais, colaborativos e comprometidos. Estas iniciativas surgem com forte dinamismo, mas com uma capacidade de influência política ainda relativamente frágil. Apesar de terem sido fomentadas principal-

mente por dinâmicas reativas e de protesto, estas novas práticas têm demonstrado novas capacidades proposicionais e organizacionais, nomeadamente em torno de dimensões mais urgentes, como a acessibilidade à habitação, as desigualdades sociais e a qualidade do espaço público (Seixas&Mota, 2021).

A segunda tipologia surge associada a coletividades locais organizadas formalmente, como, por exemplo, entidades com personalidade jurídica. Estes grupos formais integram, mais efetivamente, a chamada Economia Social, tendo um papel decisivo na coesão social, contribuindo para o emprego e a geração de riqueza. Neste estudo, o pilar intitulado de "Dinâmicas Territoriais e Sociais" incorpora um conjunto de organizações do terceiro setor que não integram ainda o universo da inovação social, mas que promovem iniciativas ou projetos de inovação cívica, seja através do aprofundamento da democracia participativa, seja na dinamização de práticas inovadoras no âmbito do desenvolvimento local.

Para caracterizar este pilar fez-se um levantamento das iniciativas cívicas decorrentes de: Orçamentos Participativos públicos, Bairros Saudáveis e Cidadãos Ativos; algumas redes nacionais e internacionais, como as redes de desenvolvimento local Animar, Federação Minha Terra, além das redes Convergir, Slow Movement, Transition Towns, Fab Labs, entre outras; e, por fim, de algumas dinâmicas cívicas e redes de apoio de vizinhos. Procurou-se, para cada região, identificar alvos e a intensidade da ação dirigida a problemas locais, enquanto indicadores da importância desses problemas, mas também da capacidade de mobilização diferenciada em torno destes. Para tal, foram localizados geograficamente o número total de organizações e projetos existentes nos programas e redes acima identificados. Por fim, com o objetivo de obter um olhar mais aproximado das dinâmicas de inovação cívica no território, foi realizado um mapeamento dos projetos do programa Bairros Saudáveis nos municípios que apresentaram um número mais elevado de candidaturas: Matosinhos, Aveiro, Lisboa, Évora e Tavira. Este mapeamento permitiu exemplificar as dinâmicas territoriais e sociais, através da identificação da localização dos proponentes dos projetos e dos territórios onde atuam, dos problemas sociais a que pretendem dar resposta, assim como a distribuição territorial das parcerias assumidas para a implementação dos projetos.



### 3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO NACIONAL

Criada em 2014 e com ação a partir de 2017, a EMPIS já apoiou mais de 500 projetos, contando com um financiamento de 78 milhões de euros, e mais de 400 entidades empreendedoras e 600 investidores sociais, espalhados por todo o continente. Tudo isto suportado por um quadro institucional e legal, que opera a nível regional, sub-regional e nacional. Também as iniciativas cívicas, ainda que pouco estudadas, estão a emergir em Portugal, das mais variadas formas, sejam elas por programas de governo, orçamentos participativos, ou coletividades organizadas em torno de fins nobres como a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

O quadro abaixo expressa a análise SWOT feita ao EIS do ponto de vista nacional, em todos os pilares que consideramos na metodologia de análise do estudo:

FORÇAS	FRAQUEZAS
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente abertura política à inovação social.</li> <li>• Portugal Inovação Social - iniciativa pioneira com instrumentos Financeiros (e que inclui o instrumento financeiro Fundo para a Inovação Social), iniciativas de ativação, consolidação e eventos.</li> <li>• Municípios pioneiros na IS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de monitorização dos instrumentos de política pública.</li> <li>• Regiões, CIMs e Municípios muito dispares na produção de políticas públicas de inovação social.</li> <li>• Dificuldade de ligação da IS a outras políticas públicas</li> <li>• Inexistência de uma definição jurídica para “empresas sociais”</li> </ul>
<b>PROJETO DE IS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quase 600 projetos apoiados pela EMPIS e um elevado nº de candidaturas.</li> <li>• Densificação das relações em rede entre implementadores e investidores sociais, sobretudo entre agentes associativos.</li> <li>• Aposta predominante em domínios temáticos que procuram responder a necessidades sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentração dos projetos nos centros urbanos e na faixa litoral.</li> <li>• Dificuldade em dar a conhecer os seus projetos e propósitos, interna e externamente.</li> <li>• Desconhecimento de indicadores para medição de impacto ou falta de capacidade na sua operacionalização, o que pode condicionar a continuidade/ sustentabilidade dos projetos, a vários níveis, após a cessação do apoio.</li> </ul>
<b>INVESTIMENTO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiplicidade e diversidade dos investidores sociais e valor apreciável dos montantes envolvidos;</li> <li>• O financiamento conjunto entre o setor público e investidores sociais, com diferentes motivações, permite um maior diálogo, inovação nas soluções e um maior investimento total;</li> <li>• Aumento do nº de projetos propostos, ao longo do período de análise.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assimetrias regionais no financiamento;</li> <li>• Reduzida informação sobre (e dispersão das) fontes de financiamento, para além da Portugal Inovação Social;</li> <li>• Investimento é muito dependente das condições políticas. Financiamento focalizado em determinadas temáticas em detrimento de outras, nomeadamente, nas relativas a alguns dos desafios societais contemporâneos mais prementes.</li> </ul>
<b>DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de iniciativas de inovação cívica espalhadas pelo território;</li> <li>• Existência de redes de iniciativas cívicas ligadas ao tema da sustentabilidade já bem organizadas;</li> <li>• Grande parte das organizações são formalizadas em associações, facilitando a captação de recursos e parcerias institucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades de medir e dar visibilidade aos impactos das iniciativas;</li> <li>• Falta de formação técnica para facilitar a captação de apoios institucionais;</li> <li>• Dificuldades de sustentabilidade a longo prazo.</li> </ul>

Tabela 2: SWOT Nacional  
Fonte: Elaboração Própria

---

## RECOMENDAÇÕES

---

<b>Ecosistema</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Organizar a comunidade de prática da IS, conhecer e criar ligações, para estimular a interajuda e empatia e novos desafios;</li><li>• Promover o trabalho em rede a uma só voz;</li><li>• Apurar o conceito de ecossistema/rede de atores; compreender os serviços sistémicos do ecossistema de IS;</li><li>• Clarificar a natureza dos pilares da IS emergentes - inovadores cívicos;</li><li>• Clarificar as metodologias de monitorização e avaliação de impacto social, compreender o valor acrescentado e justificar mais apoio público;</li><li>• Replicar ideias bem-sucedidas: tirar partido de uma plataforma de partilha orientada de práticas e aprendizagens nos diferentes domínios;</li><li>• Promover a pedagogia da IS envolver os media na divulgação de boas práticas (respostas eficientes e eficazes para problemas da sociedade) para diferentes públicos: road show da IS; jornal da IS;</li><li>• Mobilizar as novas gerações para a IS: realizar trabalho nas escolas e universidades através da educação para a cidadania, projetos pedagógicos das escolas, concursos de ideias para alunos universitários - envolvendo a penta-hélix.</li><li>• Sistematizar metodologias, práticas e aprendizagens do ecossistema - os laboratórios de experimentação têm de ser mobilizados para responder aos novos desafios sociais: transição verde, crise climática e energética, economia circular, integração migrante etc.</li><li>• Mapear as diferentes fontes de financiamento próximas da IS e valorizar a captação de novos investidores sociais.</li><li>• Trabalhar em parceria com as universidades no desenvolvimento de indicadores de medição de impacto das iniciativas.</li><li>• Valorizar o capital de proximidade dos representantes regionais da EMPIS.</li></ul>
<b>Políticas Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Organizar os apoios à IS: a cultura da inovação social tem de “contaminar” as políticas públicas.</li><li>• Compreender a especificidade dos territórios na forma como se concebem e apoiam projetos de IS - Promover uma discriminação positiva dos territórios e organizações (interior, zonas de baixa densidade...).</li><li>• Envolver os municípios e comunidades intermunicipais (aproveitando a importância do nível intermunicipal) nos projetos de IS que financiam para incorporarem as mudanças experimentadas nas suas políticas públicas, na sua organização interna e na relação com os parceiros, empresas, universidades comunidades e cidadãos.</li><li>• Produzir um agregador de recursos da comunidade à escala municipal /intermunicipal - edifícios, equipamentos, meios técnicos - para gerar maior eficácia e impacto.</li><li>• Criar a figura do mentor territorial.</li></ul>
<b>Projetos de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promover encontros regulares dos empreendedores sociais por regiões ou áreas temáticas às quais procuram responder.</li><li>• Avaliar o potencial de escalabilidade dos projetos já implementados.</li><li>• Consubstanciar as práticas que já existem (risco de ir à procura de novas e perder o trabalho realizado, de utilidade).</li><li>• Aproximar a relação entre organizações sociais e start-ups.</li><li>• Simplificar os processos de prestação de contas e acelerar pagamentos.</li><li>• Tipificar os modelos de negócio (quais são, como funcionam, como contaminam as organizações).</li><li>• Melhorar o modelo de governança das organizações (profissionalização).</li><li>• Criar a figura do gestor de impacto.</li></ul>
<b>Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Envolver os investidores sociais num compromisso pelas causas que apoiam, para além do financiamento.</li><li>• Demonstrar os resultados e impactos - explicar a relação com o território e comunidade.</li><li>• Revelar a importância dos prémios promovidos pelos investidores para o conhecimento dos projetos e construção de laços de confiança e construção coletiva, através da mobilização de outros investidores (mais pequenos e próximos) e de sessões de esclarecimento.</li><li>• Estabelecer uma relação de proximidade ao projeto através de reuniões regulares, relatórios, visitas e acompanhado auditado.</li><li>• Promover o envolvimento dos trabalhadores das empresas dos investidores sociais através de ações de voluntariado ou da criação de campanhas de co-doação por forma a aumentar o compromisso partilhado.</li><li>• Envolver a EMPIS através de um maior acompanhamento na relação com os investidores sociais, nomeadamente no feedback final dos projetos e na partilha.</li></ul>
<b>Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Envolver e responsabilizar a sociedade civil no acompanhamento do funcionamento das organizações.</li><li>• Desenvolver mecanismos flexíveis para as organizações cívicas experimentarem e com tolerância ao erro.</li><li>• Criar condições para a sustentabilidade das iniciativas com o desenvolvimento de colaborações para o longo prazo e para a replicabilidade no território.</li><li>• Inserir o tema da inovação social em todos os programas de forma transversal, de modo a tornar o conceito mais claro e expansivo.</li><li>• Criar mecanismos de assessoria jurídica para as pequenas organizações;</li><li>• Continuar a apoiar as experiências de base local com incentivos à respostas mais inovadoras.</li><li>• Disseminar processos de participação efetiva e não meramente de consulta que permitam a negociação constante.</li><li>• Consolidar redes existentes, mas também abrir possibilidades de colaboração com atores de fora do território que tragam ideias novas;</li><li>• Democratizar as metodologias para o desenvolvimento da colaboração, dentro e fora das organizações públicas e privadas;</li><li>• Criar programas de capacitação em inovação social para quem financia e para quem recebe o financiamento;</li><li>• Desenvolver mecanismos para aproximar os mais jovens da inovação através de processos menos burocráticos e com possibilidade de experimentar/errar;</li><li>• Trabalhar com as escolas, criando redes que possam catalisar processos criativos geridos pelos próprios jovens;</li><li>• Democratizar recursos para os diferentes tipos de organizações, como também descentralizar os recursos, dos centros urbanos para o interior;</li><li>• Encontrar mecanismos alternativos às candidaturas tradicionais, procurando trabalhar por resultados concretos e não indicadores para financiamento;</li><li>• Promover financiamento específico para os municípios implementarem programas de inovação social nas suas próprias dimensões.</li></ul>

---

Nas próximas secções serão expostos os resultados do diagnóstico com a caracterização do território, seguido do mapeamento/análise das iniciativas/atores de cada pilar do ecossistema de IS (Políticas Públicas, Projetos de IS, Investimento, e Dinâmicas Territoriais e Sociais), e por fim, são apontados um conjunto de recomendações para o melhor desempenho do processo de inovação social em cada região (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) do país.

Este diagnóstico permitirá, adicionalmente, informar, a criação de uma Plataforma de Monitorização que possa alimentar uma dinâmica de Observatórios Regionais de IS (Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa) e que disponibilize transversalmente as ferramentas necessárias para o maior envolvimento de todos os envolvidos. Terá como objetivo permitir mapear, categorizar, relacionar e apoiar iniciativas de inovação social de forma eficiente, transparente e de controle democraticamente partilhado. Serão assim disponibilizados recursos que fomentem métodos de colaboração contínuos, abertos e entre pares para, assim, criar valor público diferenciado. No geral, esta resposta permitirá: 1) identificar potenciais parceiros e, ao disponibilizar novos recursos, desenvolver soluções de maior qualidade através da ativação de redes; 2) promover o desenvolvimento novos tipos de envolvimento, tanto digital como físico, que possa gerar novas interações através da plataforma, e; 3) aproveitar a «inteligência coletiva, detetando e adotando sinais do terreno e incorporando-os em novas soluções, permitindo a aprendizagem e experimentação contínua.



## 4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO REGIONAL

### 4.1. REGIÃO NORTE

#### 4.1.1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A região Norte é composta por oito comunidades intermunicipais e 86 municípios e representa cerca de 35% da população portuguesa com cerca de 3,5 milhões de residentes (INE, 2021). De acordo com o último exercício censitário, perdeu cem mil habitantes desde os Censos de 2001. A Área Metropolitana do Porto concentra cerca de 48% dos residentes, assistindo-se a um fenómeno de despovoamento das regiões localizadas no interior – entre 2001 e 2021, o Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Tâmega e Sousa sofreram uma diminuição da população residente (INE, 2021). À semelhança da tendência nacional, apresenta uma diminuição da população na faixa etária dos 0-14 anos, um aumento da faixa etária dos 65 ou mais anos e, conseqüentemente, um aumento dos índices de envelhecimento e de dependência dos idosos (Tabela 3 e Gráfico 1). Os indicadores socioeconómicos da Tabela 4 permitem evidenciar, em termos relativos, a baixa taxa de escolaridade e o abandono escolar, mas também a fração de população em risco de pobreza ou em situação de privação material. Em matéria ambiental, o compromisso político é baixo, em termos comparativos. Para além disso, a região Norte encontra-se abaixo dos valores nacionais nos indicadores de participação pública expressos através da abstenção eleitoral, um problema transversal a todo o país, à semelhança do envelhecimento populacional e o despovoamento do interior, identificados anteriormente. Em síntese, neste caso particular podemos concluir que enquanto o envelhecimento populacional, o despovoamento do interior e a falta de participação são problemas transversais a todas as regiões, os problemas associados às taxas de escolaridade, à pobreza e exclusão social da população têm uma incidência relevante nesta região.

Indicadores Populacionais	Portugal		Norte	
	2001	2020	2001	2020
Índice de Envelhecimento (N.º)	127,6	167,0	114,1	171,8
Índice de Dependência de Idosos (N.º)	28,8	35,0	25,0	32,3
Índice de Dependência de Jovens (N.º)	22,6	20,9	21,9	18,8

Tabela 3: Indicadores Populacionais da região Norte  
Fonte: INE (2020)

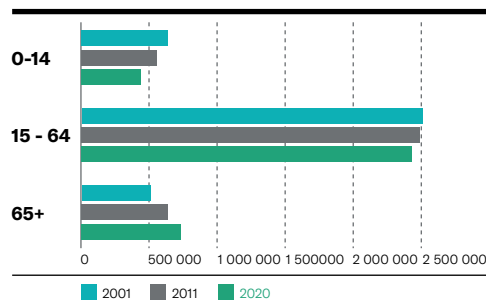


Gráfico 1: Estrutura Etária da região Norte  
Fonte: INE (2020)

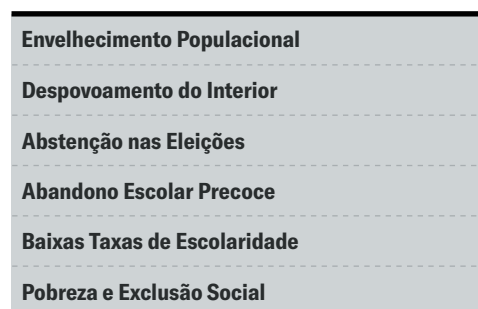


Figura 1: Principais Problemas Sociais da região Norte  
Fonte: Elaboração Própria (a partir dos indicadores do INE, 2021)

Indicadores de Escolaridade			Indicadores de Participação		
Taxa de Escolaridade (2020)	Norte	Nacional	Taxa de Abstenção	Norte	Nacional
Nível de Ensino Básico	71,5%	77,2%	Eleições Presidência da República (2021)	54,6%	60,8%
Nível de Ensino Secundário	52,4%	58,1%	Eleições Câmaras Municipais (2021)	42,2%	46,4%
Nível de Ensino Superior	24,9%	28,2%	Taxa de Abstenção: Eleições Assembleias Municipais (2021)	42,2%	46,4%
Taxa de Abandono Precoce	10,5%	8,9%	Eleições Parlamento Europeu (2019)	64,1%	69,3%
Indicadores de Condição de Vida			Indicadores de Emprego		
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20 (N.º) (2020)	5,4%	5,7%	Taxa de Desemprego (2020)	7,0%	7,0%
População em Residente de Pobreza ou Exclusão Social (2020)	22%	19,8%	Taxa de Desemprego de Longa Duração (2020)	2,5%	2,3%
Taxa de Privação Material (2020)	14,4%	13,5%	Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior (2020)	6,1%	5,8%
Poder de Compra per capita (2020)	93%	100%			
Taxa de Criminalidade (2020)	25,4%	29,0%			
Indicadores de Saúde Física e Mental			Indicadores Ambientais		
Número médio de anos potenciais de vida perdidos (2019)	12,4	12,7	Despesas em Ambiente dos Municípios p/ 1000 Hab. (€/Hab.) (2020)	49,013	70,166
Taxa de Mortalidade por Suicídio por 100000 habitantes (2019)	7,1%	9,7%			

Tabela 4: Indicadores Socioeconómicos da região Norte  
Fonte: INE (2021)

## 4.1.2. ANÁLISE DOS PILARES DO ECOSISTEMA

### PILAR 1- POLÍTICAS PÚBLICAS

*“A inovação social era associada ao assistencialismo e respostas tradicionais. Agora está na ordem do dia e houve um despertar para a temática, promovida também pelo Portugal Inovação Social”*

**Empreendedor Social**

*“A IS lança um novo desafio às políticas públicas e privadas, pois é pouco mensurável ou materializável”*

**Município**

*“A AMP trabalha em total parceria com a EMPIS, a partir de processos de capacitação, sensibilização, aceleração e capacitação técnica”*

**AMP**

*“Municípios pequenos focados nas necessidades imediatas, transferência de competências: falta espaço crítico para inovar”*

**CIM**

*“Existe uma disparidade de realidades e de acesso a recursos”*

**Incubadora**

*“Trabalhar o mindset do município para inovação social permite uma polinização da inovação pelas diferentes redes”*

**Incubadora**

*“A missão enquanto município é ser agregador de recursos e dinâmicas que geram impactos mais alargados na comunidade”*

**Município**

*“Existe um envolvimento direto nos projetos não só como financiadores, mas também como parceiros”*

**Município**

*“Existe uma dificuldade em dar seguimento aos projetos.”*

**Município**

*“Existe um desconhecimento da IS, o que cria uma certa relutância na participação dos projetos”*

**Município**

*“O desafio é procurar nos temas tradicionais formas de transitar para formatos mais inteligentes”*

**Município**

*“A falta de operacionalização é o maior espinho”*

**Município**

*“O tema ainda é novo e há uma formatação para atuar em áreas estanques – por isso, é importante perceber os impactos das soluções”*

**Município**

A região Norte é a que regista o maior volume no compromisso financeiro do Estado com as dinâmicas da inovação social, refletido nos seus quadros de programação estratégica. O PO Norte (Reprogramação COVID-19) é o único programa operacional regional que dispõe de três eixos de financiamento na rubrica “Inovação Social”, num total de 76 milhões de euros, o que revela a importância dada a esta temática na região. Na mesma linha, a Estratégia de Desenvolvimento do Norte 2021-2027 menciona a existência de uma “rede consolidada” (CCDR-N, 2020) de projetos assentes em empreendedorismo e inovação social e apresenta linhas estratégicas para esta temática, projetando um desenvolvimento futuro do ecossistema. O nível de compromisso público está também refletido no facto de 39% dos projetos financiados pela EMPIS ocorrerem nesta região. No entanto, a par de outras regiões, o nível de envolvimento com a inovação social é territorialmente desigual entre as CIMs e municípios. A Área Metropolitana do Porto é a sub-região com a mais expressiva e diversificada oferta de soluções de política de inovação social, as quais dinamizam o ecossistema como um todo – a partir do enunciado que a inovação social merece na definição das linhas estratégicas de desenvolvimento territorial da região, muito associado à sensibilização da comunidade. Na AMP, os municípios de Vila Nova de Gaia e do Porto são os maiores investidores sociais e, juntamente com os restantes municípios, desenvolvem um conjunto de ações de sensibilização, capacitação e de reconhecimento dos projetos de inovação social que se constituem como um exemplo a nível nacional. A Comunidade Intermunicipal do Ave tem também uma ação relevante, especialmente devido ao desenvolvimento do projeto “Atlantic Social Lab”, que resultou num Plano Estratégico para a Inovação Social (2021-2023) muito focado na promoção da economia social, na experimentação e no apoio de iniciativas nesta CIM, pela diversidade de iniciativas sobretudo nos municípios de Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Refira-se que a Comunidade Intermunicipal do Ave foi a primeira ao nível nacional a assumir o papel de investidor social, tendo-se destacado no Norte por esse motivo e assumindo o mote para que outras CIM's, posteriormente, alavancassem também o papel de investidor social e projetos. Realçam-se ainda as CIMs do Alto Minho, com o projeto “Alto Minho + Inclusivo”, e as do Tâmega e Sousa e Cávado, associadas ao desenvolvimento de políticas nos municípios de Amarante e Braga (sendo que Braga integra a rede de Capitais Europeias da Economia Social). As restantes CIMs (nomeadamente o Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega) necessitam de um reforço de ativação e de capacitação, de forma a integrar a inovação social nas suas agendas políticas. É de salientar que a dinamização das ações de sensibilização e capacitação mencionadas estão muito interligadas à ação das incubadoras sociais. Na região destacam-se cinco incubadoras financiadas pela PIS (Portugal Inovação Social) e o Centro de Inovação Social (CIS-PORTO):

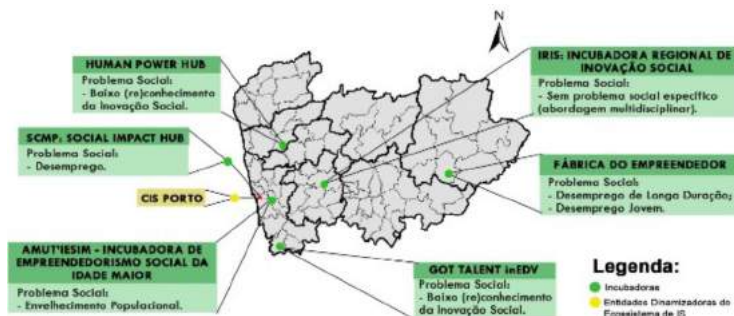


Figura 2: Incubadoras região Norte

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

A identificação dos municípios que são investidores sociais é também um retrato destas dinâmicas territoriais diferenciadas de apoio público à inovação social. É um reflexo das condições criadas pelos municípios para que nos seus territórios ocorram iniciativas em que os próprios assumem frequentemente o papel de parceiros ativos nos projetos que também financiam. As grandes dificuldades, que são transversais, referem-se à capacidade de sustentar os projetos terminados o financiamento da EMPIS, mas também à sua sustentabilidade, através da apropriação empresarial; de outras fontes de financiamento público ou da escalabilidade para a política pública. A concentração de iniciativas de IS tende a ser acompanhada por uma implementação mais ativa de outras políticas, dirigidas à capacitação ou sob a forma de prémios. Como evidenciado, existem CIMS menos dinâmicas relativamente à IS (conforme o mapa da Figura 3) e que necessitam de uma ativação, podendo o processo atual de descentralização de competências constituir uma oportunidade para a sua concretização.

As Câmaras Municipais desta região também produzem um conjunto de políticas que, não sendo financiadas pela EMPIS, possuem igualmente um caráter inovador. Verifica-se uma forte intervenção em áreas como o ambiente, o envelhecimento ou o insucesso escolar. Alguns projetos, tais como “Programa Zero Desperdício” (Câmara Municipal de Santo Tirso), “Vencer o Tempo nas 7 Cidades” (Câmara Municipal de Alfândega da Fé) e o “Projeto SOCI@LL” (Câmara Municipal de Matosinhos), são ilustrativos da ação que os municípios da região exercem, a par do apoio às iniciativas formalizadas no âmbito da PIS, através de fundos, capacitação e disseminação, sendo eles próprios produtores de inovação social. São aspetos relevantes, identificados pelos agentes auscultados, relativamente ao desenvolvimento do Ecossistema de Inovação Social:

- a falta de literacia em inovação social e o desconhecimento do conceito de inovação social, tanto por parte da comunidade como dos técnicos administrativos, que provocam resistência ao tema e dificuldades de operacionalização;
- dificuldades de operacionalização associadas à falta de projetos-piloto;
- a sustentabilidade continua a ser um dos principais desafios dos projetos do ecossistema e, por isso, a capacidade de escalar para PP, de modo a gerar respostas mais inovadoras a problemas de longa data.

*“A sustentabilidade é maior problema – quando terminar as parcerias para o impacto, a continuidade dos projetos vai ser posta à prova”*

**Município**

*“É importante acreditar nas ideias, sobretudo quando se trata de envelhecer na comunidade. Este projeto foi muito interessante sobretudo na forma como permite recuperar saberes e práticas tradicionais”*

**Empreendedor Social**

*“Contaminação pela inovação social.”*

**Empreendedor Social**

*“Grave problema de Pobreza Habitacional e a IS é alternativa menos burocrática e de último recurso que age onde o Estado não está a chegar”*

**Empreendedor Social**



Figura 3: Investimento Social: Municípios Norte

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Estes projetos ajudam a quebrar o estigma de alguns problemas sociais e reconhecimento da importância de abordagens inovadoras pela comunidade”*

**Empreendedor Social**

*“Falta de literacia no reconhecimento dos conceitos, que leva à resistência (...). É importante encontrar a potencialidade das IIES e traduzi-las na prática”*

**Empreendedor Social**

*“Destacamos a importância do voluntariado”*

**Empreendedor Social**

*“O laboratório colaborativo foi de extrema importância para a população desempregada”*

**Empreendedor Social**

*“A IS torna-se fundamental para o desenvolvimento integrado da região”*

**Empreendedor Social**

*“O sucesso de programas e projetos de IS deve-se em grande medida a programas aceleração do terceiro setor e à proximidade e alinhamento dos municípios”*

**Empreendedor Social**

*“Impera a necessidade do mapeamento do conhecimento e de melhorar a cooperação para que se alcance a difusão de novos processos e formas de fazer mais eficientes”*

**Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto**

## PILAR 2 - PROJETOS DE IS

A região Norte concentra o maior número de projetos de inovação e empreendedorismo social, com 228 iniciativas e mais de 43 milhões de euros investidos. Há um volume crescente de projetos apoiados o que espelha o dinamismo crescente do ecossistema nesta área. Este caudal significativo de iniciativas e de investimento poderá ser explicado, por um lado, pela prevalência contextual e enraizamento, na região, de perspetivas de trabalho colaborativo e em rede relativamente à intervenção social, permitindo uma perceção coletiva dos problemas e a busca partilhada de soluções e, por outro lado pela existência de instituições e organizações sociais que, alinhadas com os princípios e valores da inovação e empreendedorismo social, criam projetos com impacto social a vários níveis, na tentativa de resolver problemas sociais, de diversa natureza. Como se descreveu, para além das instituições com ação no terreno, o poder político local está também atento às dinâmicas evolutivas do conceito e incentiva a criação e o desenvolvimento de novas respostas sociais.

As instituições de ensino superior surgem também como vetores de mudança, por exemplo através da criação e implementação de iniciativas inovadoras, apresentando áreas de formação coincidentes com as temáticas da inovação e empreendedorismo social, que ajudam a capacitar os atores intervenientes nesta área e a melhorar o impacto da sua ação. Paralelamente, a academia da região organizou-se no sentido da obtenção de competências diferenciadas de avaliação de impacto dos projetos, criando, muitas vezes, novos serviços nas faculdades e politécnicos para o efeito.

Problema Social	Nº de Projetos	%	Montante(€)	%
Agressões ambientais e territoriais	6	2,6	2 214 056	5,1
Défice de competências p/cidadania	15	6,6	4 186 831	9,7
Desemprego	32	14,0	5 079 249	11,8
Doença	37	16,2	4 688 005	10,9
<b>Exclusão social</b>	<b>111</b>	<b>48,7</b>	<b>20 534 730</b>	<b>47,7</b>
Incidência criminal	6	2,6	1 467 293	3,4
Insucesso escolar	21	9,2	4 895 995	11,4
<b>Total Geral</b>	<b>228</b>	<b>100</b>	<b>43 066 159</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional</b>	<b>578</b>	<b>100</b>	<b>104 313 107</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional (%)</b>		<b>39</b>		

Tabela 5: Quadro resumo dos problemas sociais na região Norte (nº IIES e montante em euros)

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

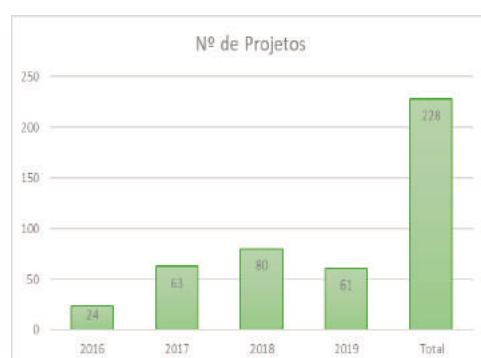


Gráfico 2: Nº de projetos aprovados na região Norte (2016-2019)

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Região Norte (sub-regiões)	Nº de Projetos	%
Alto Minho	11	4,8
Cávado	17	7,5
Ave	12	5,3
Área Metropolitana do Porto	146	64,0
Tâmega e Sousa	17	7,5
Alto Tâmega	2	0,9
Douro	10	4,4
Terras de Trás-os-Montes	13	5,7
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>100</b>

Tabela 6: Quadro resumo dos projetos apoiados por CIMs e AMP

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS





Figura 4: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados na região Norte AMP  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

A distribuição territorial das IIES é díspar: 39 dos 86 municípios (17%) não têm IIES. A faixa litoral e principalmente a AM Porto concentra mais de 60% do total das IIES.

A CIM menos representada é a região do Alto Tâmega, com apenas dois projetos (CIS), ambos direcionados à temática da Inclusão Social, das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e da Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Por força da concentração populacional (48% dos residentes da região Norte) e da diversidade de desafios sociais que a AM Porto encerra, a par de um clima institucional favorável, é a região mais alinhada e interventiva na dinamização de IIES. Individualmente, o município do Porto abarca 86 das 228 iniciativas de toda a região (39%).

A Exclusão Social é o problema social que mais intervenções concentra, em todas as sub-regiões.

Há algumas áreas temáticas com particular incidência territorial. Por exemplo, dos 21 projetos relativos ao Insucesso Escolar 20 ocorrem na AM Porto. Quanto à Incidência Criminal, a CIM do Ave é aquela que intervém mais nesta problemática, com 3 dos 11 dos projetos (Tabela 5).

Quanto às IIES apoiadas, quase 60% concentram-se nos problemas sociais da Exclusão Social (48%) e do Desemprego (12%). Já a Doença, o Insucesso Escolar e o Défice de Competências para a Cidadania, em conjunto, englobam cerca de 30% das IIES. Assim, os público-alvo das IIES são, em grande medida, as Crianças e Jovens (28%), a Comunidade como um Todo (22%) e os Idosos (25%), grupos sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social.

Na região Norte, as entidades responsáveis por promover os projetos apoiados pela PIS são sobretudo associações (67%).

*“Nos projetos de PPI há uma partilha com os empreendedores, mas não com os investidores e isso leva a que tenhamos uma postura na lógica de alavancar projetos sem um papel mais proactivo”*

**Investidor Social**

*“Como é que os investidores podem contribuir na atividade dos projetos, não só ‘passar o cheque?’”*

**Investidor Social**

*“Todos os nossos investidores acompanham de uma forma muito periódica todo o trabalho que fazemos, dando feedback.”*

**Empreendedor Social**

*“Sustentabilidade foi capaz de alterar o paradigma para ser apelativa ao investimento... o mindset foi alterado é uma oportunidade”*

**Investidor Social**

*“Os projetos de IS são um investimento na comunidade e o território está disposto a essa abordagem”*

**Empreendedor Social**

*“O reconhecimento destas IIES é útil para multiplicar ideias e replicar em diferentes realidades”*

**Empreendedor Social**

*“O tempo da inovação não corresponde à exigência da atuação”*

**Empreendedor Social**

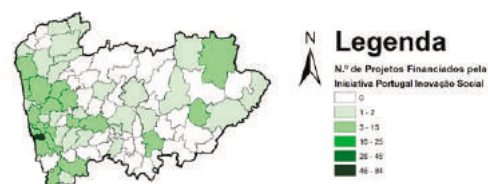


Figura 5: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

## PILAR 3 - INVESTIMENTO

### Financiamento Total e Público

**Financiamento Total:** A região Norte é a que concentra maior volume de financiamento, num total de 43,1 milhões de euros.

- As Parcerias para o Impacto (PPI) são a tipologia com maior financiamento, com 34,8 milhões de euros (81%), seguida dos Títulos de Impacto Social (TIS), com 4,6 milhões de euros (11%) do financiamento total, e, por último, da Capacitação para o Investimento Social (CIS), com 3,6 milhões de euros (8%).

*“Ajudamos para que a resolução dos problemas tenha impacto”*

**Investidor Social**

*“Facilidade em obter as informações dos projetos, porque os conhecemos”*

**Investidor Social**

*“Dificuldade de alinhar os interesses dos beneméritos com a IS”*

#### **Empreendedor Social**

*“O tecido académico detém um papel chave na averiguação do impacto nos projetos”*

#### **Instituto Politécnico do Porto**

*“Importância da investigação no mapeamento das fontes da inovação diversas: nos seus modelos, na forma como apoiam e são apoiados, como funcionam e mobilizam ecossistemas e como são absorvidas as melhores práticas”*

#### **IIES + Perto**

*“Necessidade de aprofundar os estudos sobre a forma como conseguimos fomentar o trabalho junto das organizações sociais, não podem estar à margem pois são fontes históricas de Inovação Social”*

#### **IIES + Perto**

*“É de grande importância conhecer o inovador social”*

#### **Universidade do Minho**

*“Nós conseguimos trabalhar aqui a sustentabilidade, graças a fundos públicos, mas também à prestação de serviços”*

#### **Empreendedor**

*“Trabalhamos com projetos que têm um período, e com a rutura de financiamento acabam por morrer estas práticas”*

#### **Empreendedor Social**

*“A sustentabilidade foi capaz de alterar o paradigma para ser apelativa ao investimento, ou seja, o mindset foi alterado e poderá ser uma oportunidade”*

#### **Investidor Social**

*“... já havia uma relação muito próxima com os projetos, conseguiu-se ter muita informação (Ex: relatórios). Apesar do fim de parcerias, são inseridos num dos nossos programas, mas com apoio não financeiro...continuam envolvidos em aspetos de capacitação e a avaliação de impacto. Denota-se uma distância da PT IS apesar dos relatórios”*

#### **Investidor Social**

*“A inovação social é importante e sabe-se disso, mas o problema é a garantia da sustentabilidade dos projetos”*

#### **Investidor Social**

*“Atualmente afastam-nos de uma postura proativa, e passamos a apoiar projetos que estavam a beneficiar de um apoio, acabando por fazer parceria... Deixamos de procurar e cativar dinheiro para projetos (por causa das restrições orçamentais dos reembolsos e assim) e passamos a financiar projetos que já são premiados”*

#### **Investidor Social**

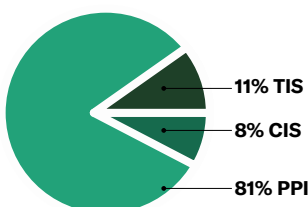
*“Não podem ser sempre as Câmaras a investir”*

#### **Investidor Social**

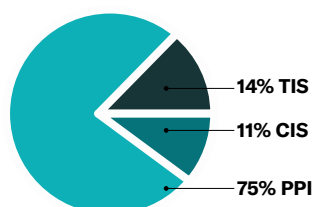
**Financiamento Público:** O total nacional de Financiamento Público Comunitário é de 78 224 672,27 euros, sendo que a região Norte recebe 32,6 milhões de euros (41,7%).

- O investimento público centrou-se em grande parte na tipologia PPI, de 24,3 milhões de euros (75%), seguida da TIS, com um valor de 4,6 milhões de euros (14%), e, por último, da CIS, com apenas 3,6 milhões de euros (11%) (Gráfico 3).

**FINANCIAMENTO TOTAL NA REGIÃO NORTE**



**FINANCIAMENTO FSE DA REGIÃO NORTE, POR TIPOLOGIAS**



**Gráfico 3: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o Financiamento FSE da região Norte em Percentagens**

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS – Aviso de abertura de candidaturas (2016-2021)

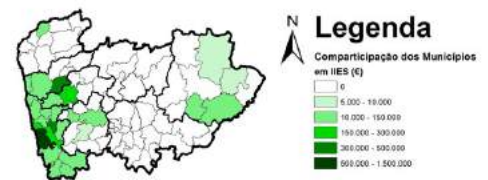
### **Financiamento dos Investidores Sociais**

- A AMP concentra 77,6% do financiamento (11 698 078,0 euros) e possui o maior número de investidores (256) sendo também a que tem mais investidores em todos os setores. A AMP é a mais financiada, à exceção dos investidores estrangeiros, sendo a CIM Tâmega e Sousa a contar com o maior montante nesta tipologia (63,80%) (Tabela 28 e Tabela 29 em anexo).
- Salienta-se a ausência de Investimento Estrangeiro nas restantes CIMs.
- Quanto às Fundações, as CIM Alto Minho, Cávado e Ave não possuem qualquer tipo de investimento desta tipologia.
- A CIM Douro não possui financiamento público (Municípios e Outras Entidades Públicas) e conta com o menor investimento total: 220 404,2 euros e 26 investidores.
- A CIM Alto Minho não possui investidores sociais ao nível do Município.
- Nas CIMs Ave, Douro e Trás-os-Montes, não há investimento de Outras Entidades da Economia Social.

### **Municípios enquanto investidores sociais**

- A região Norte possuiu o maior nº de municípios na qualidade de investidores sociais, sendo os municípios do litoral, e em particular os da AMP que mais investem. Ainda assim, 66% destes não têm qualquer envolvimento enquanto investidores (Figura 6).

- Os municípios que mais investiram em projetos financiados pela EMPIS foram, por ordem crescente de importância, Vila Nova de Gaia, Porto, Braga, Valongo e Matosinhos.
- O problema de Exclusão Social é o que engloba um maior número de projetos apoiados pela EMPIS (111), que mobilizam 54,22% do total (8 174 773,76 euros) e 165 investidores sociais. Os projetos com valores mais elevados são relativos ao problema social da Exclusão Social (Tabela 30 e Tabela 31 em anexo)
- Os projetos com menor investimento municipal referem-se à Incidência Criminal.



**Figura 6: Municípios enquanto investidores sociais**  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Setor privado:** A tipologia Empresa Privada, ao contrário das restantes tipologias de investidores, investiu em todos os problemas sociais, sendo que mais de 50% do seu investimento, se destinou à Exclusão Social, no montante exato de 4 010 492,95 euros (64,6%). Quanto ao Investimento Estrangeiro prendeu-se com o problema Agressões Ambientais e Territoriais (com a aposta em 6 IIES).

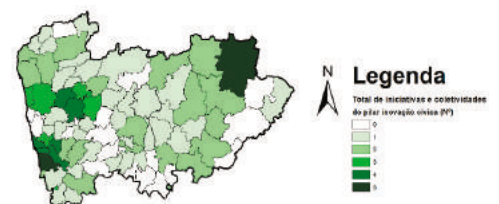
**Setor público:** Mais de 50% do investimento dos investidores sociais de Municípios foi destinado à Exclusão Social, no valor de 2 875 697,96 euros. Quanto às Outras Entidades Públicas o investimento é maior em projetos que solucionam os problemas relacionados com as Agressões Ambientais e Territoriais, no valor de 294 046,80 euros (38,2%).

**Setor da economia social:** As Fundações investiram em maior número no problema da Exclusão Social, no valor de 802 988,39 euros (37,90%), e as Outras Entidades da Economia Social, no problema Desemprego (32 projetos), com quase metade do seu investimento (237 471,71 euros - 47,5%).

#### PILAR 4- DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

Na região Norte é na AMP que se concentra o maior número de iniciativas cívicas. Os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos e Valongo apresentam maior concentração destas dinâmicas, seguidos de Guimarães e Braga. Em conformidade com a elevada taxa de abstenção identificada na caracterização desta região, também é notória a falta de participação cívica dos municípios pertencentes às sub-regiões Alto Minho, Alta Tâmega, Tâmega e Sousa e Douro (Figura 7). Este problema poderá estar ligado ao envelhecimento da população nestes locais, resultando em baixas taxas de envolvimento dos cidadãos em atividades cívicas para o bem comum.

Relativamente às iniciativas decorrentes dos Programas Públicos analisados, os projetos aprovados nesta região, quer no Programa Bairros Saudáveis quer no Programa Cidadãos Ativos, parecem ir ao encontro dos principais problemas sociais identificados, nomeadamente Exclusão Social e Doença. Também as cerca de 22 iniciativas localizadas na região Norte, inseridas na Rede Animar e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, vão ao encontro destes dois problemas sociais, apresentando soluções através da promoção da economia local, capacitação e literacia em saúde.



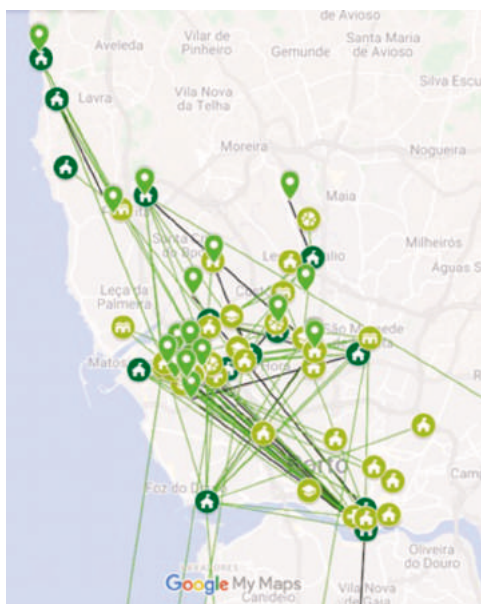
**Figura 7: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região Norte**  
Fonte: Elaboração própria

*“Flexibilização dos processos acaba por sufocar as organizações.”*

**Inovador Cívico**

*“Sistema de acolhimento de migrantes e refugiados é sempre orientado para números - deixa de fora a particularidade das pessoas, quer de quem chega, quer de quem acolhe”*

**Inovador Cívico**



**Figura 8: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Matosinhos**

Fonte: Elaboração Própria

*“Atualmente, o ecossistema de IS é um pouco elitista / Era um programa que não era elitista como é o ecossistema de inovação social / Agentes de desenvolvimento local - mais valia para este tipo de processo”*

**Inovador Cívico**

*“Programa Leader – primeiro promotor da inovação social, antes mesmo de existir o conceito / Programa Leader foi o pioneiro do conceito de inovação social, mas tornou-se menos inovador e menos acolhedor de ideias inovadoras, ao contrário do Programa EQUAL (que conseguiu vingar mais)”*

**Inovador Cívico**

*“LEADER- apoio a projetos e à dinamização geral/ territorial dos territórios marginalizados / Tornou-se menos inovador- Fundos europeus apóiam projetos piloto, mas não toleram o erro quando falamos de quadros políticos nacionais / Política mainstream – perde possibilidade de falhar / Exigência grande na montagem dos projetos”*

**Inovador Cívico**

Nos Bairros Saudáveis destacam-se 69 projetos no eixo social e 63 projetos no eixo da saúde. Nos Cidadãos Ativos, os eixos “empoderar os grupos vulneráveis” contam com sete projetos, tal como os que pretendem “reforçar a capacidade e sustentabilidade da sociedade civil”, estes ainda em fase de desenvolvimento.

Na sessão de auscultação dos inovadores cívicos, foi diagnosticada a falta de flexibilização dos processos de financiamento que acabam por “sufocar” as pequenas organizações e afastar os mais jovens dos processos de mudança social. Outra questão levantada foi o facto dos projetos voltados para os migrantes e refugiados serem muito orientados para as “estatísticas”, deixando de lado as particularidades relacionadas com cada cultura.

Assim, parece haver um padrão de concentração de iniciativas cívicas semelhante aos retratos apresentados anteriormente, quer relativamente às políticas públicas, sendo a Área Metropolitana do Porto a sub-região que apresenta um maior dinamismo, quer relativamente aos projetos apoiados na região, concentrando-se no concelho do Porto 83 das 221 iniciativas cívicas regionais. É onde estão os municípios que mais investem em projetos financiados pela EMPIS.

Como referido na metodologia, foi realizado um mapeamento dos projetos do programa Bairros Saudáveis com o objetivo de exemplificar as dinâmicas de inovação cívica no território, identificando a localização dos proponentes dos projetos aprovados, as áreas de intervenção correspondentes e o conjunto de parcerias que assumem.

Este mapeamento permitiu analisar mais a fundo a rede existente, sendo possível verificar na Figura 8 o exemplo do município de Matosinhos, com 18 candidaturas aprovadas no programa Bairros Saudáveis que abrangem todas as áreas de intervenção do programa: saúde, social, económica, ambiental e urbanística.

O problema social de maior destaque é a Exclusão Social, em particular o distanciamento entre gerações, vulnerabilidade social, isolamento e pobreza. É evidente que estes problemas estão diretamente interligados com o desemprego, rendimentos baixos, insucesso escolar, habitação e espaços públicos deficitários. As atividades dos projetos identificados abrangem todos os públicos.

As soluções apresentadas por este conjunto de iniciativas concentram-se principalmente na promoção de capacitação nas áreas da saúde, desporto e empreendedorismo. Também se destacam soluções para a promoção da participação cívica através de ferramentas como os diagnósticos colaborativos, recolha de histórias de vida, promoção do voluntariado e produção de vídeos sobre a realidade local. As iniciativas ligadas aos Grupos de Ação Local (GAL) também mapeadas revelam um perfil regional relacionado com os esforços de inovação no interior do território, abrangendo na sua maioria projetos ligados a pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos, como também projetos de pequenos investimentos nas explorações agrícolas.

Na sessão de auscultação, o Programa LEADER foi citado como o pioneiro na promoção da inovação social, tendo sido desenvolvido para o apoio aos territórios marginalizados do interior do país. No entanto, tornou-se menos inovador ao excluir a possibilidade de experimentar e eventualmente errar para inovar. Do repertório de seleção dos 54 projetos mais inovadores no âmbito da Medida 10 LEADER do PDR2020, 16 estão localizados na região Norte.

Segundo Luís Moreno (2013)<sup>3</sup>, a região Norte apresenta coletividades ligadas ao desenvolvimento local ainda muito dependentes do controlo autárquico, crescendo sobretudo a partir das estruturas do poder público. Neste sentido, apesar de a AMP ser altamente alinhada e interventiva no que toca à importância da inovação social, contando com muitas iniciativas de capacitação institucional, o interior rural ainda não acompanha essa dinâmica.

Relativamente aos grupos de apoios de vizinhos, na região Norte destaca-se o grupo de Ermesinde (freguesia do município de Valongo) por apresentar uma associação que pretende potenciar práticas de inclusão que respondem não só às necessidades de sobrevivência, mas também a valores comunitários, como a cooperação, cogestão, coparticipação, comunicação, solidariedade e participação.

**3** - Moreno, L. (2013). Governança nas Políticas de Desenvolvimento Local e Inovação Institucional. Animar / ISA / INIAV / Rota do Guadiana. ISBN: 978-989-98548-3-3

#### 4.1.3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DA REGIÃO/POR PILAR

PILAR	REGIÃO NORTE
<b>PILAR 1 Política Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A região Norte apresenta um conjunto de políticas de inovação social exemplares – Criar um manual de boas práticas permitiria inspirar municípios de todo o país a implementar novas políticas..</li> <li>• Dinamizar práticas de trabalho articulado – facilitar a agregação de recursos e dinâmicas através de uma resposta partilhada e integradora é uma preocupação e, neste sentido, é fundamental melhorar e criar novas sinergias, promovendo um trabalho em rede.</li> <li>• Capacitar do setor social e da comunidade, com o objetivo de “contagiar a sociedade civil” e sensibilizá-la para esta temática – esta capacitação deve envolver a academia.</li> <li>• Criar um plano estratégico de promoção da inovação social por concelho (em articulação com os municípios).</li> </ul>
<b>PILAR 2 Projeto de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a que as soluções sejam pensadas e produzidas conjuntamente com a população para que os projetos sejam acolhidos e lhes seja reconhecida importância.</li> <li>• Tirar partido do contacto com as universidades e centros de formação da região, importantes na difusão e esclarecimento do conceito e na elaboração de métricas de avaliação de impacto.</li> <li>• Tirar partido da conectividade da AMP para alavancar o desenvolvimento de IIES.</li> <li>• Criar de uma plataforma de contacto entre os empreendedores sociais, para que exista entre si uma partilha ativa de boas e más práticas de execução dos projetos.</li> </ul>
<b>PILAR 3 Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar novas respostas depende do respetivo financiamento. Para tal, é necessário facilitar o acesso ao mesmo, bem como definir modelos de gestão, quer para o impacto dos projetos, quer para a sustentabilidade financeira no futuro de iniciativas da região.</li> <li>• Apostar na mediação do investimento social, afirmando que os projetos, ao trabalharem a capacitação ao nível da avaliação de impacto, atrairão mais investidores, tornando o ecossistema mais favorável ao setor privado (discriminação positiva).</li> <li>• Criar modelos de negócios e apostar na elaboração de relatórios de sustentabilidade, com o intuito de divulgar a informação aos potenciais <i>stakeholders</i>, uma vez que o envolvimento da comunidade e dos empresários garante mais sustentabilidade aos projetos.</li> <li>• Apelar para a responsabilidade social empresarial, com o intuito do investidor não financiar apenas, mas adquirir um papel mais ativo, por exemplo, na partilha de conhecimentos, na capacitação, entre outros.</li> <li>• Para esta região, a missão do município centra-se em facilitar a comunicação e a agregação de recursos, salientando que o financiamento obriga a alterações ou até mesmo novas práticas que deverão ser implementadas.</li> <li>• Apostar no investimento social mais próximo do território, para que haja uma maior facilidade dos pequenos investidores financiarem os projetos.</li> <li>• Criar um manual de boas práticas de investimento social privado, através do qual se faça o paralelismo entre responsabilidade social tradicional e responsabilidade social de impacto.</li> </ul>
<b>PILAR 4 Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilizar processos de micro-financiamento para as organizações terem mais tempo para cumprirem as suas tarefas.</li> <li>• Criar possibilidades de multiplicar iniciativas.</li> <li>• Ter em consideração o tempo necessário para as iniciativas ganharem sustentabilidade.</li> <li>• Trabalhar com as universidades com indicadores claros de medição do impacto das iniciativas, clarificando adequadamente os conceitos de medição de metas e medição de impacto.</li> <li>• Reconhecer a importância da participação cívica, promovendo o envolvimento dos destinatários na construção das políticas.</li> <li>• Tornar a inovação e a mudança mais transversais.</li> </ul>

Tabela 7: Recomendações da Região Norte



## 4.2. REGIÃO CENTRO

### 4.2.1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A região Centro é composta por oito comunidades intermunicipais, 100 municípios e 972 freguesias e representa cerca de 22% da população portuguesa, com um total de cerca de 2,2 milhões de residentes (INE, 2021). Apresenta, no entanto, uma diminuição de cerca de 120 mil habitantes face aos dados dos Censos de 2001, com exceção das CIMs do litoral, que têm vindo a aumentar a sua população residente (Oeste, Região de Aveiro e Região de Leiria). Nas restantes, no interior, agravam-se os problemas ligados ao seu crescente despovoamento.

A evolução da população residente relativamente a grandes grupos etários assemelha-se à evolução das restantes regiões: um padrão de aumento da faixa etária dos 65 ou mais anos e uma diminuição da faixa etária dos 0-14 anos (Gráfico 4). A região apresenta um cenário preocupante relativamente ao envelhecimento populacional: o índice de envelhecimento encontra-se muito acima do valor nacional (Tabela 8) e, paralelamente, o índice de dependência dos idosos é também superior, em termos relativos (Figura 9).

Os indicadores socioeconómicos da tabela seguinte (Tabela 9) permitem ter um retrato geral da região. São favoráveis, em termos comparativos, os indicadores do poder de compra per capita e o envolvimento financeiro por parte dos municípios em questões ambientais; são desfavoráveis os relativos às taxas de suicídio e escolaridade, mesmo que apenas ligeiramente superiores aos valores médios nacionais.

Indicadores Populacionais	Portugal		Centro	
	2001	2020	2001	2020
Índice de Envelhecimento (N.º)	127,6	167,0	160,7	206,8
Índice de Dependência de Idosos (N.º)	28,8	35,0	34,2	38,8
Índice de Dependência de Jovens (N.º)	22,6	20,9	21,3	18,8

Tabela 8: Indicadores Populacionais da região Centro  
Fonte: INE (2020)

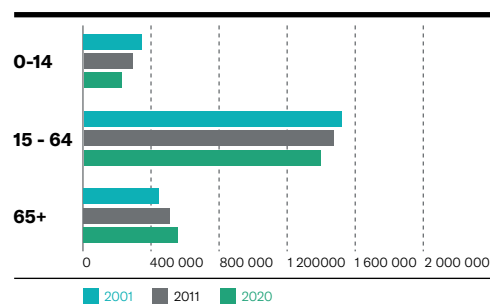


Gráfico 4: Estrutura Etária da região Centro  
Fonte: INE, 2020

Envelhecimento Populacional
Dependência do Idoso
Taxas de Abstenção
Despovoamento do Interior

Figura 9: Principais Problemas Sociais da região Centro  
Fonte: Elaboração Própria (a partir dos indicadores do INE, 2021)

Indicadores de Escolaridade		
Taxa de Escolaridade (2020)	Centro	Nacional
Nível de Ensino Básico	76,2%	77,2%
Nível de Ensino Secundário	56,9%	58,1%
Nível de Ensino Superior	26,2%	28,2%
Taxa de Abandono Precoce	6,0%	8,9%
Indicadores de Condição de Vida		
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20 (N.º) (2020)	5,6%	5,7%
População em Residente de Pobreza ou Exclusão Social (2020)	19,4%	19,8%
Taxa de Privação Material (2020)	11,6%	13,5%
Poder de Compra per capita (2020)	88,7%	100%
Taxa de Criminalidade (2020)	23,9%	29,0%
Indicadores de Saúde Física e Mental		
Número médio de anos potenciais de vida perdidos (2019)	12,3	12,7
Taxa de Mortalidade por Suicídio por 100000 habitantes (2019)	10,4%	9,7%

Tabela 9: Indicadores Socioeconómicos da região Centro  
Fonte: INE, 2021

Indicadores de Participação		
Taxa de Abstenção	Centro	Nacional
Eleições Presidência da República (2021)	57,1%	60,8%
Eleições Câmaras Municipais (2021)	43,8%	46,4%
Taxa de Abstenção: Eleições Assembleias Municipais (2021)	43,8%	46,4%
Eleições Parlamento Europeu (2019)	66,2%	69,3%
Indicadores de Emprego		
Taxa de Desemprego (2020)	5,9%	7,0%
Taxa de Desemprego de Longa Duração (2020)	1,9%	2,3%
Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior (2020)	5,8%	5,8%
Indicadores Ambientais		
Despesas em Ambiente dos Municípios p/ 1000 Hab. (€/Hab.) (2020)	61.371	70.166

## 4.2.2. ANÁLISE DOS PILARES DO ECOSISTEMA

### PILAR 1- POLÍTICAS PÚBLICAS

*“Somos dos poucos países que possuem a componente de inovação social nos programas”*

**Município**

*“A economia social desempenha um papel central”*

**Município**

*“O investimento na área social é um investimento no futuro”*

**Município**

A região Centro abrange cerca de 35% dos projetos financiados pela EMPIS, o que revela um envolvimento relevante dos agentes nas iniciativas de inovação social. Há um assinalável compromisso do sector público, refletido nos fundos disponibilizados pelo POCentro (Reprogramação COVID-19), num total 33 milhões de euros, o que torna esta região a segunda mais financiada na rubrica “Inovação Social”.

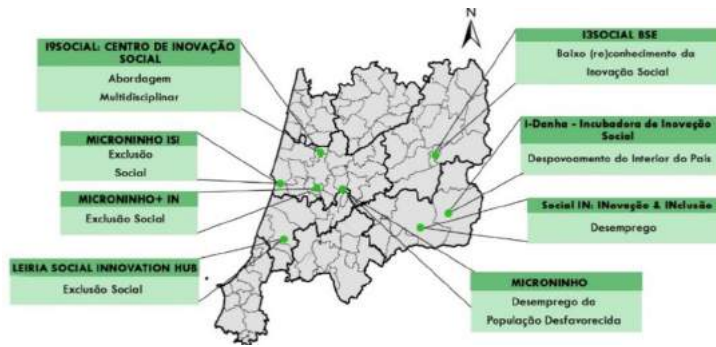
Também a “Visão Estratégica para a região Centro 2030” estabelece eixos de ação focados na geração de ideias inovadoras para alguns dos problemas sociais complexos que a região enfrenta, nomeadamente na área do envelhecimento. A CCDR-C, por sua vez, procura monitorizar e dinamizar as dinâmicas estabelecidas e emergentes, tendo produzido para o efeito um documento de caracterização da economia e inovação social a nível nacional e regional que permite capturar um retrato das principais IIES da região Centro.

A região Centro não é tão dinâmica como a região Norte, mas tem uma distribuição de financiamento de projetos de inovação social territorialmente mais equilibrada, e não obstante as maiores dificuldades associadas à interioridade e dispersão. Em todas as CIMs existem municípios que investem em projetos de inovação social. Não obstante, os agentes auscultados salientaram a existência de alguma resistência, muito associada a um certo desconhecimento do conceito de “inovação social” e da agenda associada, sugerindo que a capacitação dos municípios possa servir para aumentar o número dos que participam nestas questões e para alargar, de uma maneira geral, as suas agendas políticas neste campo.

Nesta distribuição que, como sublinhado, é territorialmente menos assimétrica, destacam-se as CIMs com maiores níveis de envolvimento: 1) Oeste, que possui o projeto “Rede para a Inovação Social no Oeste” que visa a criação de um Plano de Inovação Social e que integra o município de Torres Vedras (que faz parte da rede de Capitais Europeias da Economia Social); 2) Beiras e Serra da Estrela, com fortes dinâmicas por parte do Município do Fundão com a incubadora i9Social; 3) Beira Baixa, que integra o município que mais investe na região, nomeadamente o de Idanha-a-Nova; 4) a CIM de Coimbra, sendo que Coimbra também integra a rede das Capitais Europeias da Economia Social. Também Penela possui um forte dinamismo, sendo o único Município de Portugal com o título de *smart city*; 5) a CIM de Leiria, em que somente um município não é investidor social, evidenciando uma penetração mais transversal da temática neste território.

Esta é também a região que abrange mais incubadoras sociais financiadas pela EMPIS, com um total de oito, sendo que a CIM se destaca devido às incubadoras Microninho. Ao mesmo tempo, existe três CIMs sem incubadoras de inovação social: Viseu Dão-Dalfões, Médio Tejo e CIM de Aveiro (Figura 10).





**Figura 10: Incubadoras da região Centro**  
 Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

A menor heterogeneidade territorial relativamente ao investimento social, traduz-se, também, no facto de 71 dos 100 municípios da região investirem em projetos de inovação social. À extensão deste envolvimento territorial atual, podem juntar-se indicadores favoráveis da dinâmica inter-territorial, que poderão traduzir-se num lastro de crescimento do envolvimento dos municípios (inclusive, por via da procura de respostas no âmbito do processo, em curso, de transferência de competências do Estado Central). Não obstante o papel inestimável dos municípios na dinâmica instalada, o processo de auscultação também revelou a dificuldade em que se encontram enquanto financiadores (únicos e mais imediatos), suscitando o aparecimento de outras entidades no suporte à implementação e à continuidade dos projetos.

O Município de Idanha-a-Nova é o maior investidor social da região, mas não o que financia mais projetos. A este nível, destacam-se os Municípios de Leiria, Fundão e Penela que também se envolvem na área da inovação social através de Outras Tipologias de Políticas Públicas, sendo através de ações de capacitação (maioritariamente por parcerias com as incubadoras), ou a partir de eventos divulgação dos projetos de inovação social, disseminando boas práticas.

A região também apresenta um conjunto de políticas que, não sendo financiadas pela EMPIS, são inovadoras (figura 11). A CCDR-C, perante o tema do envelhecimento, construiu uma plataforma de recolha de boas práticas inovadoras, com o objetivo de as escalar para outros municípios. Esta iniciativa vai ao encontro da necessidade de estabelecer redes e pontes de conhecimento e permitir a criação de uma visão e respostas integradas perante este problema social. É fundamental ainda destacar um conjunto de desafios que, embora transversais, foram fortemente discutidos na auscultação dos atores. O primeiro é a existência de uma barreira entre os projetos e a política pública, que resulta da falta de perceção relativamente à capacidade de resposta da inovação social. Neste sentido, é urgente promover a capacitação relativamente aos impactos da inovação social, mas também à continuidade dos projetos. Estes aspetos são desafiantes e são pontos fracos do Ecossistema de Inovação Social português: a insustentabilidade dos projetos necessita de ser combatida através da ativação e capacitação dos agentes e a medição de impacto que, embora difícil, é imperativa para dar resposta a esta necessidade. Outros desafios mencionados são a relutância na articulação dos projetos e na partilha de experiências e a necessidade de introdução de temas sociais nas respostas inovadoras, de forma a envolver várias áreas.

No entender destes agentes, há problemas associados ao programa Portugal Inovação Social relativos à excessiva burocracia e aos processos de reembolso, que dificultam a implementação dos projetos.

*“As condições do território do interior condicionam a criação e o desenvolvimento”*

**Incubadora**

*“É fundamental capacitar o território e aproveitar as boas práticas, de forma a quebrar a resistência”*

**Incubadora**

*“Não podem ser apenas os municípios a assumirem-se como investidores sociais”*

**Município**

*“Todos os municípios têm boas práticas”*

**Município**

*“O envelhecimento é um problema grave da região e, por isso, uma área de grande investimento”*

**Município**

*“Não há cruzamento entre as áreas dos projetos e a política pública”*

**Empreendedor**

*“Há uma falta de competências para dar continuidade aos projetos”*

**Município**

*“Os projetos menos convencionais podem ajudar a dar resposta, mas é necessário medir impactos”*

**Município**

*“O principal desafio é combater resistência dos atores e fazer projetos articulados”*

**Município**

*“Existe uma dificuldade com o processo burocrático e reembolsos”*

**Empreendedor Social**



**Figura 11: Investimento Social: Municípios Centro**  
 Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

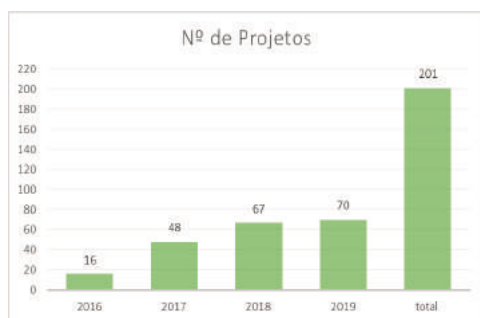


Gráfico 5: Nº de projetos aprovados na região Centro (2016-2019)

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Apesar de existir muita incomunicabilidade entre os atores do ecossistema, o município detém um papel importante na mobilização e alicerce dos projetos”*

**Universidade de Coimbra**

*“O Ecossistema Português não é um verdadeiro ecossistema: falta de intensidade, poucos atores, cooperação limitada, densidade relacional baixa, entraves burocráticos, que se traduzem em tensão entre atores mais tradicionais (economia social) e novos atores emergentes”*

**Universidade de Coimbra**

*“É importante que o ecossistema detenha uma relativa escala regional, ressaltando-se o papel chave das Câmaras Municipais e das CCDR, com uma descentralização mais dinâmica”*

**Universidade de Coimbra**

*“A EMPIS permitiu financiar soluções mais fora da caixa, o que permitiu novas respostas a velhos problemas. Muito importante também a proximidade da equipa no terreno”*

**Empreendedor Social**

*“É muito importante que os destinatários sejam envolvidos nestes processos de cocriação para que sejam sustentáveis e absorvidos”*

**Empreendedor Social**

*“Existe ainda pouco conhecimento entre os agentes dos conceitos e práticas de inovação social”*

**Empreendedor Social**

*“Problemas graves de sustentabilidade social dos idosos, e a IS tem uma ação nesse sentido”*

**Empreendedor Social**

*“A EMPIS foi muito importante na capacitação dos empreendedores. É muito relevante saber mais sobre, por exemplo, o tema da contratação pública, pois é um problema”*

**Empreendedor Social**

## PILAR 2 - PROJETOS DE IS

No que toca às IIES apoiadas, 50% concentram-se nos problemas sociais da Exclusão Social e da Doença. O Insucesso Escolar, o Défice de Competências para a Cidadania e o Desemprego englobam, em conjunto, cerca de 25% das IIES (Tabela 11). Daqui resulta que os públicos-alvo das IIES sejam, em grande medida, Crianças e Jovens (30%), a Comunidade como um Todo (20%) e os Idosos (25%), pois são os grupos sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social.

A região Centro é a segunda do país com maior número de projetos de inovação e empreendedorismo – 201 e mais de 30 milhões de euros investidos. Há um número crescente de iniciativas apoiadas, o que espelha a diversidade do ecossistema de inovação (Gráfico 5). Este dinamismo crescente deve-se em grande medida à ação mobilizadora de instituições e organizações que criam IIES com impacto social relevante sobre problemas com expressão social relevante. As instituições de ensino superior estão também alinhadas com o conceito, nomeadamente o mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, que resulta de uma parceria entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Para além do envolvimento na ação direta, antes sublinhado, o poder político local está também atento às dinâmicas de transformação da agenda da inovação social e da sua acomodação nas políticas públicas, e alguns municípios têm já pelouros de inovação ou empreendedorismo social (Águeda, Lousã, Pombal e Mealhada).

Problema Social	Nº de Projetos	%	Montante(€)	%
Défice de competências p/cidadania	7	11,3	1 332 672	9,2
<b>Desemprego</b>	<b>10</b>	<b>16,1</b>	<b>2 390 987</b>	<b>16,5</b>
Doença	5	8,1	888 042	6,1
<b>Exclusão social</b>	<b>32</b>	<b>51,6</b>	<b>7 047 660</b>	<b>48,5</b>
Incidência criminal	2	3,2	623 174	4,3
Insucesso escolar	6	9,7	2 249 840	15,5
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>100</b>	<b>14 532 376</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional</b>	<b>578</b>	<b>100</b>	<b>104 313 107</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional (%)</b>		<b>11</b>		

Tabela 10: Quadro resumo dos problemas sociais na região Centro (n.º IIES e montante (euros))

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Região Centro (sub-regiões)	Nº de Projetos	%
Beira Baixa	9	4,5
Coimbra	83	41,3
Leiria	31	15,4
Médio Tejo	11	5,5
Oeste	11	5,5
Aveiro	16	8,0
Beiras e Serra da Estrela	27	13,4
Viseu e Dão Lafões	13	6,5
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100</b>

Tabela 11: Quadro resumo dos projetos apoiados CIMs

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

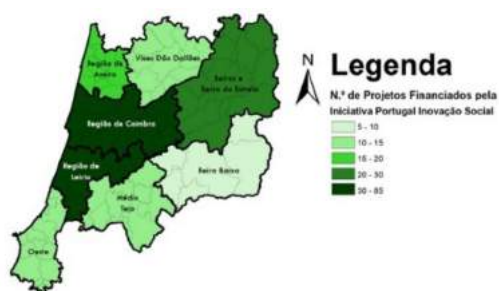


Figura 12: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados pelas CIMs

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

- A distribuição territorial das IIES é díspar, dado que, das 201 IIES, mais de 56% concentram-se em duas CIMs (Coimbra e Leiria). É sobretudo no Concelho de Coimbra que se concentram mais projetos de IS (45), seguido de Leiria (18) (Tabela 10 e 11).
- A CIM com menos IIES é o território da região da Beira Baixa, com apenas nove projetos, seguida das CIM de Viseu e Dão Lafões, com treze IIES apoiadas. Esta disparidade reflete a tendência de litoralização e concentração dos projetos em grandes aglomerados vs regiões de interior e de mais baixa densidade.
- Em termos de área temática de intervenção, em todas as regiões a Inclusão Social lidera as preocupações (50%). A área da Prevenção da Doença e zelo pela Saúde Mental é também bastante relevante (12% das IIES).
- De todas as regiões do país, é a que investe mais esforços em projetos para idosos.
- É a única região do país com IIES (duas) apoiadas cujos destinatários são as pessoas Refugiadas ou Migrantes.
- Também a título de particularidade, realça-se a região Lousã, que serviu de palco à primeira Aldeia de Inovação Social, em 2018.

Na região Centro, as entidades responsáveis por promover os projetos apoiados pela PIS são sobretudo associações (74% das IIES).

## PILAR 3 - INVESTIMENTO

### Financiamento Total e Público

**Financiamento Total:** Conta com um valor exato de 30,5 milhões de euros.

- A tipologia de financiamento com maior volume afetado são as PPI, com 24,5 milhões de euros. Seguidamente, e ao contrário da região Norte, aparece a CIS, contanto com um valor de 3,2 milhões de euros (11%) e, por último, a TIS, com 2,8 milhões de euros (9%). Salienta-se que a região Centro, quando comparada às restantes regiões, é a segunda maior em volume de financiamento (Gráfico 6).

*“É muito importante cuidarmos dos nossos idosos. E os projetos de assistência ao domicílio permitiram menos integração no lar e menos doenças. Este projeto já foi replicado noutros contextos”*

**Empreendedor Social**

*“Estes projetos ajudam a quebrar o estigma de alguns problemas sociais, sobretudo no âmbito da doença mental”*

**Empreendedor Social**

*“Existem muitos pequenos projetos, o que evidencia a dispersão geográfica do território e a necessidade de muitas iniciativas móveis, que façam as iniciativas chegar às pessoas”*

**Empreendedor Social**

*“Problemas graves de sustentabilidade social dos idosos, e a IS tem uma ação nesse sentido”*

**Empreendedor Social**

*“Falta de literacia no reconhecimento dos conceitos, que leva à resistência à mudança”*

**Empreendedor Social**

*“Os líderes políticos e investidores deveriam fazer mais visitas aos projetos, para melhor compreenderem como transformar um projeto que funciona na prática em algo que possa continuar”*

**Empreendedor Social**

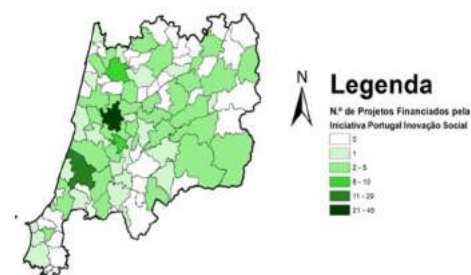


Figura 13: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Existe uma grande dificuldade na continuidade dos projetos. Quando termina o seu período de financiamento, deixam de estar no holofote e desvanecem”*

#### **Empreendedor Social**

*“É muito importante para nós tirar partido da rede de empreendedores – como o caso da Rede Europeia de Empreendedorismo Feminino. Dá-nos suporte e ideação”*

#### **Empreendedor Social**

*“Investidores acabaram por dizer que não tinham capacidade económica para ser parceiros – pequenos investidores; foram as grandes empresas e municípios que suportaram o projeto, já na reta final”*

#### **Empreendedor Social**

*“Somos co-investidores e somos vistos como parceiros dos projetos e não da PT Inovação Social... Sinto que faltou uma análise e um relatório da PT Inovação Social, não é feita a partilha de avaliação dos projetos com os financiadores... estaríamos mais motivados para financiar”.*

#### **Investidor Social**

*“Parcerias para o impacto, são vistas como forma de alavancar o financiamento do projeto”*

#### **Investidor Social**

*“PPI têm surgido como forma de apoiar, alargar e ampliar o impacto desses projetos e escalabilidade.”*

#### **Investidor Social**

*“Os projetos acabam por não ter continuidade por falta de capacidade financeiras dos parceiros.”*

#### **Investidor Social**

*“Alavancamos o projeto graças aos investidores e alargamos o público”*

#### **Empreendedor Social**

*“Os reembolsos e saldos demoram!”*

#### **Empreendedor**

*“O envolvimento com a comunidade é um ponto crítico”*

#### **Investidor Social**

*“Leiria tem um tecido empresarial forte - começa a haver investimento social e assumir do papel da responsabilidade social. As empresas não devem procurar mais-valia na responsabilidade social ou protagonismo no apoio”*

#### **Investidor Social**

*“Dificuldade de encontrar novos investidores sociais, acabam por ser sempre os mesmos e muitas vezes as câmaras e as juntas”*

#### **Empreendedor Social**

*“...projetos que tiveram sucesso contaram com o apoio dos empresários da zona industrial.”*

#### **Investidor Social**

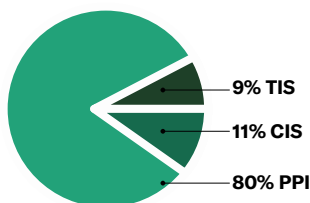
*“Temos 16 investidores, mas sentimos dificuldades em que fizessem os pagamentos”*

#### **Empreendedor Social**

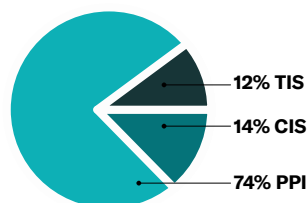
**Financiamento Público:** A região Centro detém um total de FSE de 23,1 milhões de euros.

- A tipologia com maior financiamento é novamente as PPI, correspondendo a 74%, do financiamento público total, contando com um valor de 17,1 milhões de euros; à tipologia CIS correspondem 3,2 milhões de euros (14%); por fim, os TIS conta com 2,8 milhões de euros (12%) (Gráfico 6).

**FINANCIAMENTO TOTAL NA REGIÃO CENTRO**



**FINANCIAMENTO FSE DA REGIÃO CENTRO, POR TIPOLOGIAS**



**Gráfico 6: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE da região Centro, em Percentagens**

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS – Aviso de abertura de candidaturas (2016-2021)

## **FINANCIAMENTO DOS INVESTIDORES SOCIAIS**

- A CIM de Coimbra possui o maior investimento e número de investidores, contando com 50,3% do total para a região Centro (5 109 570,72 euros) e com 169 investidores (Tabela 32 e Tabela 33 em anexo).
- Salienta-se que Leiria é a única CIM que possui Investimento Estrangeiro, no valor de 37 848,92 euros, contando com dois investidores.
- A CIM Leiria, com um investidor, possui o maior montante em Outras Entidades Economia Social, com 388 779,00€. Nesta tipologia, a CIM de Coimbra possui o maior número de investidores (15).
- Mais de 50% do investimento da tipologia Outras Entidades da Economia Social pertence à CIM Beiras e Serra da Estrela.
- Destaca-se que Viseu Dão Lafões é a CIM com menor investimento e menor número de investidores, mais concretamente 231 595,54 euros (2,3%). Conta apenas com quatro investidores e investimento de somente uma empresa privada e três municípios.

## **Municípios enquanto investidores sociais**

- Na região do Centro há um número significativo de municípios que são investidores sociais, sendo esta, em termos comparativos, a região que tem um nível mais significativo de abrangência (territorial) municipal.
- Os Municípios que se destacam são os de Idanha-a-Nova e o Fundão (Figura 14)

- À semelhança da região Norte, os projetos com maior investimento e número de investidores são referentes à Exclusão Social, com um valor de 5 139 343,38 euros (correspondente a 50,6%) e um total de 179 investidores.
- No que diz respeito aos projetos com menor investimento, a Incidência Criminal é o problema social destacado, contando apenas com cinco investidores e três projetos de um total de 201, no valor de 139 466,31 euros (1,4%).

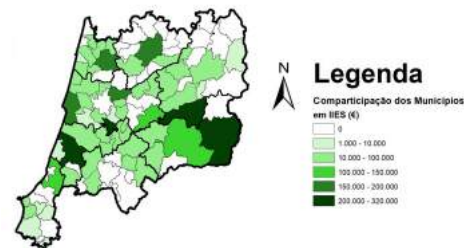
**Setor privado:** As empresas privadas, ao contrário das restantes tipologias de investidores, investiram em todos os problemas sociais, e em mais 50% dos casos na Exclusão Social, com um montante de 2 315 357,51 euros (69,4%) e com 89 investidores. Ao mesmo tempo, é nesta região que o Investimento Estrangeiro tem menor expressão, com 37 848,92 euros, e com apenas dois investidores nos problemas sociais Doença e Exclusão Social.

**Setor público:** Este setor investiu com maior foco na problemática da Exclusão Social. Metade dos municípios investiram neste problema (1 943 413,24 euros). As Outras Entidades Públicas aplicaram mais de 50% do seu investimento, (568 978,79 euros), com o envolvimento de 19 investidores (44,2%).

**Setor da economia social:** O Desemprego é o problema mais financiado pelo setor, contando apenas com 12 projetos de um total de 201 existentes na região Centro. Particularmente, foram as Outras Entidades Economia Social quem mais investiu deste setor, no valor de 476 289,50 euros (74,2%). Já as Fundações investiram um total de 379 615,90 euros (31,3%).

#### PILAR 4- DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

Do levantamento realizado das iniciativas de inovação cívica, Aveiro, Coimbra, Guarda e Covilhã são os aglomerados urbanos com maior dinamismo social e onde se concentram o maior número de iniciativas cívicas, configuradas dentro de estruturas formais e informais. Em relação aos programas públicos analisados, os municípios com projetos aprovados nos três programas são: Águeda, Aveiro, Coimbra, Covilhã e Torres Vedras. A maioria destes municípios situa-se nas CIMs que concentram mais residentes (Coimbra, Aveiro, Oeste e Leiria), sendo a cidade de Coimbra aquela em que o volume de projetos de inovação social é superior (Figura 15). Relativamente aos problemas sociais que estes projetos tentam responder, destacam-se a Exclusão Social e a Doença, sendo que a maioria dos projetos aprovados no programa Bairros Saudáveis corresponde ao eixo “social” (35), e nos Cidadãos Ativos ao eixo “reforçar a capacidade e sustentabilidade da sociedade civil” (14), cujas entidades com maior dotação financeira são a Bela Vista Centro de Educação Integrada e o Centro Paroquial de São Bernardo. A primeira entidade tem como objetivos promover a integração de crianças, famílias e grupos em risco de privação e/ou marginalização social; a segunda tem como missão melhorar a vida social das pessoas da comunidade onde está inserida, com particular atenção aos mais desfavorecidos e socialmente excluídos.



**Figura 14: Municípios enquanto investidores sociais**  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Sustentabilidade é difícil, quando os projetos deixam de ser financiados e de estar no holofote – e vem a cargo da fundação... os investidores sociais não compreendem a envolvimento para além do recurso financeiro”*

**Empreendedor**

*“No que toca ao apoio financeiro há um programa específico, depois complementam com aspetos não financeiros (avaliação de impacto, organização das organizações...) nada impede que uma organização que receba um prémio não procure novo financiamento e se candidate.”*

**Investidor Social**

*“O que nos motiva a ser investidores é contribuir para um mundo melhor, através da construção de uma estratégia de sustentabilidade... A nossa motivação faz parte da missão da empresa. Estabelecemos um compromisso de envolvimento dos colaboradores com os projetos. Quando investimos o dinheiro da empresa, investimos o tempo das ‘nossas pessoas’, não investimos algo que não é importante para a nossa comunidade”*

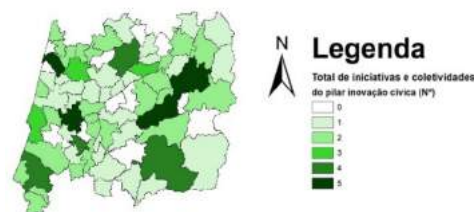
**Investidor Social**

*“Investimento na área social é sempre um investimento no futuro.”*

**Investidor Social**

*“Passar a mensagem que as próprias IPSS podem e devem ser os principais investidores desta área.”*

**Investidor Social**



**Figura 15: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na região Centro**  
Fonte: Elaboração própria



**Figura 16: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Aveiro**

Fonte: Elaboração própria

O padrão repete-se, sendo os aglomerados urbanos, com maior densidade populacional e maior capacidade de absorção nos diversos tipos de atividades, aqueles que apresentam terreno mais propício para o emergir de dinâmicas cívicas diferenciadas. Em Aveiro, é onde se concentra o maior número de candidaturas aprovadas no programa Bairros Saudáveis, com cinco iniciativas em desenvolvimento nas áreas de intervenção da saúde, social e ambiental.

A exclusão social é o maior problema a que este conjunto de iniciativas procura responder, em particular no que se refere às dificuldades de integração da população da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas, também, às condições de vulnerabilidade e isolamento social de jovens e crianças ciganas. Os projetos debruçam-se ainda sobre a falta de canais de participação cívica, desemprego feminino, insucesso escolar, habitações deficientes e insegurança alimentar e as soluções apresentadas concentram-se na oferta de capacitação tanto na área do desporto e animação, como na área técnica da construção civil. Destacam-se também soluções de melhoria da habitação através de diagnósticos participativos. As atividades são direcionadas a todos os públicos.

O mapeamento dos proponentes e parceiros dos cinco projetos localizados no município de Aveiro (Figura 16) permitiu verificar uma forte ligação entre projetos e colaboração em rede com parceiros sediados em Lisboa e no Porto. A Universidade de Aveiro mostrou-se bastante ativa, estando envolvida em várias iniciativas como parceira e colaboradora. Por outro lado, a Câmara Municipal de Aveiro participa em somente um dos projetos, demonstrando pouco envolvimento neste tipo de ação. O levantamento de iniciativas cívicas nesta região revelou a importância do tema das “Aldeias”, através de programas de dinamização cultural e económica destes territórios isolados. Tal se deve ao problema transversal que enfrenta esta região relacionado com o envelhecimento populacional e as dificuldades de adaptação aos desafios do declínio demográfico e do isolamento dos idosos, fatores que contribuem para aumentar o problema da exclusão social, referenciado no diagnóstico territorial.

Dentro da Rede Animar, no município de Castelo Branco, o projeto “Há Festa no Campo / Aldeias Artísticas”, coordenado pela Associação Eco germinar, foi considerado pela Agência Animar como inovador dentro dos parâmetros de inovação social reconhecidos pela entidade. Decorreu entre 2015 e 2017, desenvolvendo ações de dinamização cultural e social em conjunto com associações locais, para valorizar o património imaterial e cultural das aldeias como oportunidade de afirmação. Foram realizadas assembleias comunitárias com o objetivo de identificar oportunidades e necessidades locais, organizadas iniciativas e eventos socioculturais com a população, promovidas exposições de pintura e fotografia, apresentadas atividades de teatro, vídeo, música, dança, poesia, entre outras, relacionadas com os costumes, memórias e festividades locais.

Em sintonia com este tema, do repertório de 54 projetos inovadores no âmbito da Medida 10 LEADER do PDR2020, 23 estão localizados na região Centro, apresentando assim uma forte presença de projetos de renovação de aldeias através de cinco iniciativas financiadas, como o projeto de requalificação do coreto de Vilariño de São Roque, no município de Alagoas, coordenado pela GAL Aveiro Norte. De referir que as iniciativas coordenadas pelos GAL correspondem, na sua maioria, a pequenos investimentos na trans-

formação e comercialização de produtos, explorações agrícolas e projetos de renovação de aldeias.

Na sessão de auscultação foi referida a existência de um esforço maior das políticas de financiamento voltado para organizações de grandes dimensões, pois exigem uma estrutura jurídica e recursos humanos que as pequenas organizações não conseguem suportar, o que se torna incompatível com o processo de inovação e experimentação. Há, assim, um desfasamento de oportunidades, o que coloca em risco um processo de transformação mais sistémico em que todos possam estar incluídos. Por outro lado, os programas de incentivo à inovação social, que permitem a experimentação, são de curto prazo e, por isso, não promovem mudanças mais sustentáveis no tempo, o que também dificulta as avaliações de impacto, um fator decisivo para mostrar a eficácia dos projetos e garantir a sustentabilidade e replicabilidade de experiências inovadoras noutros territórios. Estas questões causam barreiras à inovação. Foi também referida a importância de realizar um acompanhamento mais sistemático com o objetivo de medir os impactos dos projetos de iniciativas cívicas inovadoras no território, destacando-se a necessidade de trabalhar em colaboração com as universidades para efetuar esta monitorização. Relativamente aos movimentos cívicos informais, destaca-se o grupo de vizinhos de Aveiro, criado no contexto da pandemia de COVID-19, com intuito de dar resposta aos problemas associados ao isolamento que a situação pandémica provocou. Este grupo, à altura com mais de 26 mil membros no Facebook, mantém uma atividade constante de partilha de informação sobre questões locais. Para além da presença nas redes sociais, o grupo criou uma página web e uma linha telefónica, onde é possível pedir e oferecer apoio (sobretudo à população mais idosa), mapear comércio e serviços e divulgar informação útil. Esta experiência coletiva desencadeou outras iniciativas cívicas locais com parcerias institucionais, nomeadamente o projeto "Cidadania Lab", vencedor do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Aveiro, que visou a criação de um laboratório de aprendizagem coletiva, experimentação e participação dos cidadãos no município.

Na sessão de auscultação, foi relatado que o projeto "Cidadania Lab" já cumpriu o seu plano de atividades, mas ainda está em desenvolvimento por persistência de alguns cidadãos, apesar das dificuldades relativas à falta de recursos financeiros para a continuação das iniciativas. O projeto lançou o desafio ao poder público para a implementação de um laboratório municipal mais permanente. No entanto, referiram sentir alguma resistência perante a possibilidade de partilha do poder de intervenção na cidade.

Na sessão foi ainda referido que embora os orçamentos participativos sejam importantes para a participação cívica, é necessário motivar os cidadãos para a intervenção social. Para isto, além do acesso a informações relacionadas com financiamento, é necessário criar redes de apoio que gerem partilha e confiança entre as pessoas, provocando processos criativos em comunidade e relações mais sustentáveis com as instituições.

*"Trabalham com universidade - medição de impacto - não têm certeza se as pessoas migrantes conseguem prosperar a dez anos / Sustentabilidade demora tempo."*

**Inovador Cívico**

*"Falta sustentabilidade financeira para as iniciativas cívicas / Cidadania Laboratório- orçamento participativo / Ideia de criação de um laboratório cívico municipal que surgiu do OPAD- criado em conjunto, criado por cidadãos - Ainda não acabou - Teve um plano de atividades que acabou - Mas houver projetos de cidadãos que estão a decorrer- persistência de alguns cidadãos - Falta de recursos - espaço de trabalho / Há uma resistência do poder local para haver uma partilha do poder."*

**Inovador Cívico**

*"Envolvimento das pessoas - É preciso motivar as pessoas para a intervenção social - Elas querem intervir, mas precisam de qualquer estímulo / É preciso criar relações de vizinhança- viver em comunidade - Temos que trabalhar mais em comunidade para sermos criativos / Não há rede entre atores/stakeholders - Não há espaço para troca - É preciso criar redes / Orçamento participativo é muito importante para colocar as pessoas a participar."*

**Inovador Cívico**

#### 4.2.3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DA REGIÃO/POR PILAR

<b>PILAR</b>	<b>REGIÃO CENTRO</b>
<b>PILAR 1 Política Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tendo em conta a coerência e alinhamento da região como um todo, recomenda-se criar redes de partilha de boas práticas e comunicação, de forma a escalar projetos.</li><li>• Integração dos projetos em política pública.</li><li>• Discriminação positiva para os municípios situados no interior.</li></ul>
<b>PILAR 2 Projeto de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tirar partido do dinamismo das Universidades na validação e avaliação dos impactos dos projetos.</li><li>• Apostar na comunicação e divulgação dos projetos para que possam ser reconhecidas a sua importância e possível replicação.</li><li>• Difundir as boas práticas dos vários projetos apoiados.</li><li>• Favorecer encontros entre os empreendedores, os grandes investidores e dirigentes políticos para captar o seu interesse.</li><li>• Promover um maior contacto entre empreendedores, de acordo com áreas temáticas dos projetos.</li></ul>
<b>PILAR 3 Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforçar o financiamento, atraindo novos investidores, principalmente no setor empresarial.</li><li>• Criação de mais apoios para os TIS.</li><li>• É necessário que a EMPIS promova uma relação de proximidade com os investidores.</li><li>• Possibilitar que haja um maior acompanhamento dos projetos, através de reuniões regulares entre os empreendedores e investidores.</li></ul>
<b>PILAR 4 Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criar mecanismos de assessoria jurídica para as pequenas organizações.</li><li>• Criar condições para imersão de novas experiências de inovação social através de regulação top down.</li><li>• Continuar a apoiar as experiências de base local que podem ocorrer por via de respostas tradicionais.</li><li>• Refletir sobre a inovação social do futuro - transformação da sociedade que redefina as relações de poder que existem e quem tem acesso aos recursos.</li><li>• Disseminar processos de participação efetiva e não meramente de consulta que permitam a negociação constante mesmo sem consensos finais.</li><li>• Construir redes de comunidades de prática em colaboração com a academia.</li><li>• Assumir a transformação social como um resultado de processos de aprendizagem coletiva.</li></ul>

Tabela 12: Recomendações da Região Centro

Fonte: Elaboração própria



### 4.3. REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

#### 4.3.1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é constituída por 18 municípios e 118 freguesias. Representa cerca de 28% da população portuguesa, com um total de cerca de 2,8 milhões de residentes (INE, 2021). Assim, e apesar de ser a menor das NUTS II, é a segunda mais populosa do país. Juntamente com a do Algarve, são as únicas regiões estudadas que têm registado um acréscimo na população residente nas últimas décadas. No contexto da AML, Lisboa e Sintra são os municípios mais populosos, concentrando cerca de 33% da população residente na AML.

A evolução da população residente não segue o mesmo padrão das restantes regiões estudadas. Embora se verifique um claro aumento do grupo etário dos 65 ou mais anos, também se verifica um ligeiro aumento do grupo etário juvenil (Gráfico 7). Para além disso, a AML possui o menor índice de envelhecimento demográfico, notavelmente inferior ao registado a nível nacional (Tabela 13). O envelhecimento é, ainda assim, elevado, justificando, também aqui, ser um alvo de iniciativas de inovação social que permitam aumentar a qualidade de vida da população sénior.

Os dados da tabela 14 permitem ter um retrato geral de algumas características da situação socioeconómica da região. Esta apresenta um conjunto de indicadores com comportamento positivo, nomeadamente as elevadas taxas de escolaridade, um investimento assinalável nas questões ambientais e um poder de compra acima da média. Destacam-se, pela negativa, as taxas de criminalidade e de desemprego. A Figura 17 destaca os principais problemas sociais da AML.

Indicadores Populacionais	Portugal		AML	
	2001	2020	2001	2020
Índice de Envelhecimento (N.º)	127,6	167,0	119,7	141,2
Índice de Dependência de Idosos (N.º)	28,8	35,0	29,0	36,0
Índice de Dependência de Jovens (N.º)	22,6	20,9	24,2	25,5

Tabela 13: Indicadores Populacionais da AML

Fonte: INE (2020)

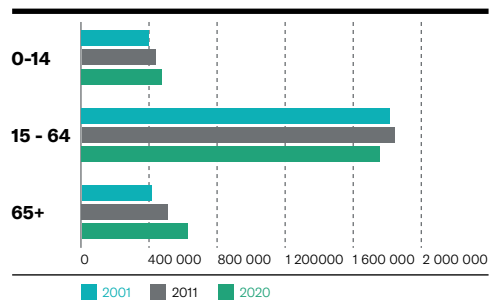


Gráfico 7: Estrutura Etária da AML

Fonte: INE (2020)



Figura 17: Principais Problemas Sociais da AML

Fonte: Elaboração Própria (a partir dos indicadores do INE, 2021)

Indicadores de Escolaridade		
Taxa de Escolaridade (2020)	AML	Nacional
Nível de Ensino Básico	87,4%	77,2%
Nível de Ensino Secundário	70,0%	58,1%
Nível de Ensino Superior	38,0%	28,2%
Taxa de Abandono Precoce	7,0%	8,9%
Indicadores de Condição de Vida		
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20 (N.º) (2020)	5,6%	5,7%
População em Residente de Pobreza ou Exclusão Social (2020)	14,6%	19,8%
Taxa de Privação Material (2020)	11,2%	13,5%
Poder de Compra per capita (2020)	121,8%	100%
Taxa de Criminalidade (2020)	31,0%	29,0%
Indicadores de Saúde Física e Mental		
Número médio de anos potenciais de vida perdidos (2019)	13,4	12,7
Taxa de Mortalidade por Suicídio por 100000 habitantes (2019)	7,8%	9,7%

Tabela 14: Indicadores Socioeconómicos da AML

Fonte: INE, 2021

Indicadores de Participação		
Taxa de Abstenção	AML	Nacional
Eleições Presidência da República (2021)	50,0%	60,8%
Eleições Câmaras Municipais (2021)	53,9%	46,4%
Taxa de Abstenção: Eleições Assembleias Municipais (2021)	53,9%	46,4%
Eleições Parlamento Europeu (2019)	60,9%	69,3%
Indicadores de Emprego		
Taxa de Desemprego (2020)	7,7%	7,0%
Taxa de Desemprego de Longa Duração (2020)	2,4%	2,3%
Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior (2020)	5,7%	5,8%
Indicadores Ambientais		
Despesas em Ambiente dos Municípios p/ 1000 Hab. (€/Hab.) (2020)	88.481	70.166

## 4.3.2. ANÁLISE DOS PILARES DO ECOSISTEMA

### PILAR 1- POLÍTICA PÚBLICA

*“Os municípios devem ser o motor da IS devido à proximidade e capacidade de captar financiamento”*

**Município**

*“Existe uma abertura à IS e a um trabalho desenvolvido com parceiros”*

**Município**

*“Existe uma dificuldade na flexibilização das respostas tradicionalistas e com pouca margem para a inovação das instituições”*

**Município**

A AML engloba apenas 11% dos projetos financiados pela EMPIS, uma vez que esta apenas alargou a sua ação a esta região em 2019, e, portanto, o período em análise diz respeito a apenas dois dos avisos de concurso a financiamento. Para além disso, verificou-se uma diminuição dos fundos disponibilizados pelo PO Lisboa: inicialmente, dispunha de 10 milhões de euros para a rubrica “Inovação Social” e, com a reprogramação COVID-19, este valor diminuiu para cerca de 7 milhões de euros.

Ainda assim, a AML assume nas suas programações estratégicas a prioridade de aumentar os níveis de inovação e empreendedorismo social através da capacitação e estímulo de respostas inovadoras, com o objetivo de dinamizar o mercado de investimento social. Esta preocupação também se encontra presente na estratégia 2030.

Na AML, face à perceção das especificidades do território, é dominante a ideia de que os municípios são os agentes que devem dinamizar e promover a inovação social. Esta é uma ideia partilhada pelos municípios mais comprometidos com a inovação social, nomeadamente Lisboa, Sintra, Cascais, Almada e Oeiras. Por exemplo, Lisboa destaca-se pela quantidade de atores dinamizadores do ecossistema, enquanto Cascais se assume como um “Laboratório de Inovação Social”, envolvido na implementação de projetos-piloto de inovação social, uma plataforma de projetos sociais, uma Comissão Municipal de Inovação Social e *hubs* de Inovação Social.

Cascais é ainda um dos municípios que integra a rede de Capitais Europeias da Economia Social. Nestas cidades, e sobretudo nos municípios que possuem também a qualidade de investidores sociais, constata-se que existe uma preocupação com a experimentação e disseminação de práticas.

No entanto, existem outros municípios que não estão envolvidos nestas dinâmicas, devido a alguma dificuldade em transitar das respostas tradicionais aos problemas sociais para outras que se enquadrem no âmbito da inovação social. Existe, por isso, necessidade de desenvolvimento de ações que permitam ativar estes municípios.

A AML tem uma massa crítica assinalável em termos de inovação social, concentrando um número apreciável de entidades dinamizadoras do ecossistema. Similarmente à região Centro, a AML concentra oito incubadoras sociais, com temas de atuação diversos, desde o desemprego à exclusão social. Existe, também, uma forte concentração de entidades dinamizadoras do ecossistema nacional no Município de Lisboa, de entre as quais se destacam a Casa do Impacto, a CASES e a Fundação Calouste Gulbenkian.

A AML é constituída por um total de 18 municípios, sendo nove deles investidores sociais, o que demonstra o dinamismo da região relativamente ao tema, enquanto existe uma margem de progressão assinalável, mediante a ativação dos municípios afastados desta dinâmica de investimento.



Figura 18: Incubadoras da região AML  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Na auscultação foi várias vezes salientada a importância do investidor social para assegurar a continuidade das iniciativas de inovação e empreendedorismo social, não só em termos monetários, mas também quanto ao apoio institucional, através do incentivo e do acompanhamento dos projetos. Este reconhecido “duplo papel” evidencia a importância atribuída aos municípios enquanto motores da inovação social, no apoio aos projetos e na articulação com outras entidades presentes no terreno. Entre os municípios que são investidores sociais destacam-se Lisboa, Sintra, Cascais, Almada, Oeiras e Vila Franca de Xira, mas também Setúbal, Barreiro e Palmela. Os grandes investidores sociais situam-se na margem norte do rio, mas existe uma dinâmica assinalável em ambas as margens. Paralelamente, muito destes municípios também implementam políticas associadas à sensibilização da comunidade e à capacitação. À semelhança da região Norte, os municípios da AML também são “produtores” de inovação social através das suas políticas locais, com abordagens interdisciplinares. São exemplos de projetos inovadores, em várias áreas e para diversos públicos, os seguintes: 1) na área ambiental, “Ecofamílias” (Palmela); 2) na área da inclusão, “Nosso Bairro, Nossa Cidade” (Setúbal); 3) direcionados para jovens, “Projeto Crescer AJU” (Cascais); 4) direcionados para idosos: “Cliques sem Idade” (Palmela). Há, portanto, um conjunto significativo de práticas que demonstra a vitalidade da intervenção na região, embora esta tenha sido incluída há pouco tempo na Portugal Inovação Social (PIS). Existem, contudo, dificuldades reconhecidas pelos agentes relativamente ao aprofundamento da ação. Referem-se, em particular, aos obstáculos relativos às linhas de financiamento existentes, que não são favoráveis à experimentação (que, consideram, deveria estar associada à inovação), e os processos burocráticos associados ao acesso e processamento do investimento, demasiado exigentes e consumidores de tempo. Também os desafios colocados pela sustentabilidade dos projetos e pela medição do impacto foram referenciados como principais problemas do ecossistema regional. Neste sentido, foi mencionada a necessidade da criação de um plano de inovação social, à escala nacional, que enquadre, designadamente, as oportunidades de ganhar escala e a vulgarização das diretrizes de medição de impacto social. Foi referida, ainda, a necessidade de ouvir o ecossistema e de criar relações e redes, uma vez que a falta de conexão é uma fragilidade, no que se refere à perda de oportunidades e ao surgimento de novas respostas e à qualificação cruzada das mesmas.

“As incubadoras estão em níveis muito diferentes – criam-se infraestruturas e depois não se capacitam as pessoas para estarem à frente das incubadoras”  
**Incubadora**

“Existe uma forte dificuldade: adquirir financiamento para colocar as ideias em prática”  
**Incubadora**

“O investidor social tem sido importante para a continuidade do projeto”  
**Empreendedor Social**

“O município desempenha um papel duplo de promotor e de incentivador”  
**Município**

“O investidor social tem sido importante para a continuidade do projeto”  
**Empreendedor Social**

“O município desempenha um papel duplo de promotor e de incentivador”  
**Município**

“As linhas de financiamento existentes limitam as oportunidades em situações de mais vulnerabilidades”  
**Empreendedor Social**

“Demora e atrasos nos pagamentos de reembolsos que colocam em risco o funcionamento das entidades”  
**Empreendedor Social**



Figura 19: Investimento Social: Municípios AML  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Ausência de sustentabilidade dos projetos e da medição de impacto”*

**Município**

*“Dificuldade de adaptação nas políticas municipais”*

**Empreendedor Social**

*“Existe uma necessidade de uma criação de um plano de ação nacional para a inovação social”*

**Município**

*“É fundamental a auscultação de todos os parceiros na matéria na procura de novas soluções”*

**Município**

*“É uma luta constante querer ‘combater o que é a economia atual e adequá-la ao que deve mudar para que a inovação social ganhe terreno.”*

**Empreendedor Social**

*“Difícil identificação de atores locais na replicação de IIES”.*

**Empreendedor Social**

*“Burocratização de pedidos de reembolso e com períodos de análise longos”*

**Empreendedor Social**

*“O processo de capacitação e ideação foi muito bem conseguido”.*

**Empreendedor Social**

*“Utilizamos as dinâmicas dos projetos para incutir valores sociais”*

**Empreendedor Social**

*“Existe um grande desconhecimento entre pares dos empreendedores sociais - não se conhecem e isso inibe o seu potencial relacional”.*

**Empreendedor Social**

*“Os recursos deveriam ser dados diretamente às organizações empreendedoras e deveriam ser elas a gerir o cash ao longo do processo”.*

**Empreendedor Social**

*“Se queremos dar espaço a que entidades mais pequenas sejam dinâmicas, é necessário que lhes seja facilitado o caminho, dado que as grandes entidades têm mais RH e dinheiro para se movimentarem mais facilmente”.*

**Empreendedor Social**

*“Nota-se uma concentração de iniciativas em organizações que já são experientes e antigas e isso dificulta a entrada de outras”.*

**Empreendedor Social**

*“Deparamo-nos com dificuldades na execução por causa da pandemia e a EMPIS foi um bom suporte, a par da ação de todos os voluntários”.*

**Empreendedor Social**

*“A experimentação da cidadania em comunidade; é algo que postulamos”.*

**Empreendedor Social**

## PILAR 2- PROJETOS DE IS

Apesar de ter respondido a apenas dois concursos, a AM Lisboa conta com 62 projetos aprovados e mais de 14 milhões de euros investidos. A ideação e implementação deste volume significativo de projetos, em apenas dois momentos, é reveladora de uma dinâmica assinalável de procura de alternativas aos desafios sociais contemporâneos que, embora alicerçadas numa rede social de suporte institucional não são suficientes, o que está em consonância com contributos aduzidos na discussão introdutória (pilares das Políticas Públicas e da Caracterização Territorial).

As instituições de ensino superior são fundamentais não só na produção de conhecimento sobre inovação e empreendedorismo social, mas também como parceiros institucionais nos processos de monitorização e avaliação de impacto gerado dos projetos. O reforço de competências nesta áreas vai sendo refletido na sua oferta formativa, salientando-se, a título ilustrativo, a pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento de Organizações de Economia Social na Universidade de Lisboa ou a pós-graduação em Economia Social e Solidária no Instituto Universitário de Lisboa.

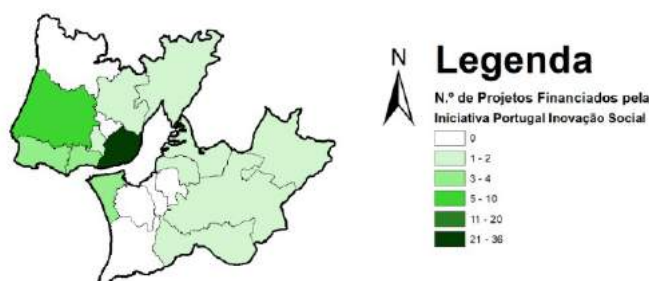


Figura 20: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município na AML  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Problema Social	Nº de Projetos	%	Montante(€)	%
Déficte de competências p/cidadania	7	11,3	1 332 672	9,2
<b>Desemprego</b>	<b>10</b>	<b>16,1</b>	<b>2 390 987</b>	<b>16,5</b>
Doença	5	8,1	888 042	6,1
<b>Exclusão social</b>	<b>32</b>	<b>51,6</b>	<b>7 047 660</b>	<b>48,5</b>
Incidência criminal	2	3,2	623 174	4,3
Insucesso escolar	6	9,7	2 249 840	15,5
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>100</b>	<b>14 532 376</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional</b>	<b>578</b>	<b>100</b>	<b>104 313 107</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional (%)</b>		<b>11</b>		

Tabela 15: Quadro resumo dos projetos apoiados na AML

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Relativamente às IIES apoiadas, 50% concentram-se nos problemas sociais da Exclusão Social (48%) e do Desemprego (16%). O Insucesso Escolar e a Doença (10% e 8%, respetivamente) são os segundo e terceiro problemas sociais com mais iniciativas envolvidas (Tabela 15). Por conseguinte, os públicos-alvo das IIES são maioritariamente as Crianças e Jovens (16 projetos) e a Comunidade como um Todo (15%, ou seja, 15 IIES). A incidência de projetos relativos aos Idosos na AML é bastante reduzida, por comparação com as outras regiões, havendo apenas dois projetos.

- A distribuição territorial das IIES é díspar. Por força da concentração populacional e da diversidade de desafios

sociais que a AML encerra, a par de um clima institucional favorável, 36 dos 62 projetos apoiados na região estão localizados no município de Lisboa, seguindo-se, à distância, o concelho de Sintra, com apenas oito IIES (Figura 20).

- Os projetos com uma abordagem mais disruptiva, como as incubadoras sociais apoiadas pela PIS, têm ainda uma atuação incipiente, dada a sua recente criação. As duas incubadoras sociais apoiadas pela Portugal Inovação Social são a FARO(L) e a Fábrica do Empreendedor. A primeira apoia a aceleração de projetos e a segunda tem como missão promover a empregabilidade.
- Na AML, as entidades responsáveis pela promoção de projetos apoiados pela EMPIS são sobretudo associações (66%), mas deve salientar-se que as candidaturas efetuadas por empresas (10 IIES) é superior ao registado em todas as restantes regiões.

### PILAR 3- INVESTIMENTO

#### Financiamento Total e Público

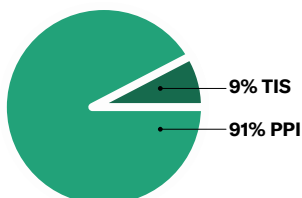
**Financiamento Total:** A AML conta com um montante total de 14,5 milhões de euros para a área da inovação social.

- A AML não possui qualquer financiamento na tipologia CIS.
- A tipologia com mais financiamento é a das PPI, com 13,2 milhões de euros (91%) e, por último, a dos TIS, com 1,3 milhões de euros (9%) (Gráfico 8).

**Financiamento Público:** O valor de financiamento do FSE nesta região é de 10,6 milhões de euros.

- PPI é a tipologia mais financiada, com o valor de 9,2 milhões de euros (87%), seguindo da TIS, com 1,3 milhões de euros (13%) (Gráfico 8).
- Os maiores investidores existentes na AML pertencem à tipologia Empresa Privada, com 1 986 494,10 euros, correspondentes a 37,5% do financiamento total (5 291 087,86 euros). É também nesta tipologia que se concentra o maior número de investidores, com 76 de um total de 151 (Tabela 36 e Tabela 37 em anexo)

**FINANCIAMENTO TOTAL DA REGIÃO LISBOA E VALE DO TEJO, POR TIPOLOGIAS**



**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO, POR TIPOLOGIAS**

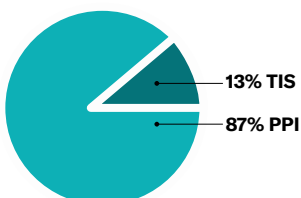


Gráfico 8: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e FSE da AML, em Percentagens

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS  
- Aviso de abertura de candidaturas (2016-2021)

*“A inovação social serve para sensibilizar para temáticas sensíveis como a inclusão da pessoa com deficiência.”*

**Empreendedor Social**

*“Para nós é muito importante a sustentabilidade do projeto a vários níveis e, para isso, é também importante ter técnicos transversais (RH) qualificados e adaptados a todas as fases do processo.”*

**Empreendedor Social**

*“Pouca flexibilidade para justificar a inovação”*

**Empreendedor**

*“Temos alguns problemas em encontrar investidores sociais”.*

**Empreendedor Social**

*“Deparamo-nos com a falta de ajuda para a aplicação de um modelo de gestão da nossa própria instituição - falta de capacitação”.*

**Empreendedor Social**

*“Existe alguma dificuldade em reconhecer o potencial das dinâmicas fora do mainstream de atuação”*

**Empreendedor Social**

*“É difícil garantir a continuidade dos projetos. Damos algum espaço ao mercado experimental, mas depois é difícil entrar no mercado de continuidade, pois não há que apoios externos e há projetos que não conseguem gerar recursos”*

**Empreendedor Social**

*“Os atores locais têm que ser os potenciais utilizadores da inovação social produzida. A experimentação da microescala pode gerar a expectativa de escalabilidade após serem bem-sucedidos”*

**Empreendedor Social**

*“Os projetos deparam-se com dificuldades de adaptação a uma sociedade em constante mudança, como o caso da pandemia. É necessário que se flexibilize todo o processo para que se adapte a essas flutuações.”*

**Empreendedor Social**

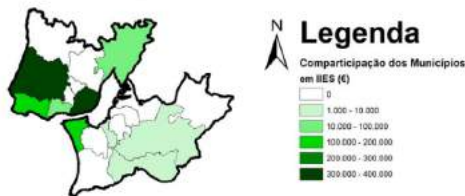


Figura 21: Municípios enquanto investidores sociais

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“A capacidade financeira dos parceiros é um problema, tem de ser revisto com seriedade e perceber o futuro dos programas de financiamento (associações, parceiros sociais e misericórdias com processos de insolvência colocam em risco as respostas)”*

**Município**

*“...investimos em cinco projetos (um TIS e quatro PPI), tivemos um que não correu tão bem, mas faz parte do risco de ser investidor social. Não desmotivamos e não deixamos de ser investidor.”*

**Investidor Social**

*“...não temos uma fundação ou uma grande estrutura que se dedique a 100% e às vezes é com algum esforço que temos de ter os report por parte das instituições e não basta o relatório de progresso. Mas acho que as empresas também têm culpa, porque não ‘basta passar só o papel’, mas sim pedir os reports e estar mais envolvidos.”*

**Investidor Social**

*“Esforço por parte dos programas de financiamento em valorizar a inovação”*

**Empreendedor Social**

*“...falta de apoio das empresas. Limitação do apoio financeiro que não permite implementar um projeto mais abrangente”*

**Empreendedor Social**

*“...projetos ficam a meio por falta do pagamento por parte da Portugal Inovação Social.”*

**Empreendedor Social**

*“Dificuldade em envolver setor privado, apenas as grandes empresas são mobilizadas”*

**Investidor Social**

*“O nosso papel enquanto investidor vai muito além do recurso financeiro/ donativo que estava contratualizado – porque já trabalhávamos com a instituição (Ex: visitas ao terreno, muito envolvimento)”*

**Investidor Social**

*“A Empis só participou numa situação em que o projeto correu mal.”*

**Investidor Social**

*“Somos um investidor social que apoia projetos para respostas muito específicas.”*

**Investidor Social**

- As Outras Entidades Públicas são as que têm um menor volume de financiamento, num total de apenas 248 961,55 euros (4,7%).
- A tipologia com menor número de investidores é a do Investimento Estrangeiro, contando apenas com seis investidores.

**Municípios enquanto investidores sociais**

- A AML destaca-se por uma dicotomia entre o norte e o sul do Tejo, sendo a norte que se concentram os municípios que são investidores sociais (Figura 21), entre os quais sobressaem os de Lisboa e Sintra;
- Na AML, tal como nas regiões Norte e Centro, o problema social com maior investimento é a Exclusão Social, com um montante de 1 785 000,29 euros (34,7%). A Exclusão Social é também o problema com maior número de projetos (32 de um total de 62) e o maior número de investidores sociais (73 investidores, de 150) (Tabela 38 e Tabela 39 em anexo)
- Pelo contrário, o problema com menor investimento (Tabelas 38 e 39, em anexo) diz respeito, novamente, à Incidência Criminal, contando com dois projetos nesta região, com um valor de 265 742,37 euros (5,2%) e três investidores.
- Salienta-se a ausência de projetos que se dediquem ao problema Agressões Ambientais e Territoriais nesta região.

**Setor Privado:** A tipologia Empresa Privada investe 780 059,43 euros (41,9%) na Exclusão Social, contando com 44 investidores. A AML conta com um investidor estrangeiro, cujo investimento é em mais de 50% e direcionado para a Incidência Criminal (169 575 euros, correspondente a 52,8%).

**Setor Público:** Os problemas sociais em que mais se investiu neste setor foram na Exclusão Social – 15 dos 29 municípios investiram 638 733,81 euros (51,5%). A tipologia Outras Entidades Públicas teve apenas três investidores, que financiaram um montante de 123 048,31 euros (49,4%).

**Setor da Economia Social:** mais de 50% do financiamento deste setor foi investido no Insucesso Escolar. Relativamente a este problema, uma Fundação (de um total de 12 investidores) investiu, sozinha, quase 52% (do total investido neste problema) (439 714,28 euros). Outras Entidades da Economia Social (de um total de 29 investidores) investiram 416 448,69 euros (67,3%) no Insucesso Escolar.

## PILAR 4- DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

A nível nacional, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que apresenta maior número de organizações e iniciativas cívicas do país. Esta realidade estará certamente relacionada com o fato de ser a região onde se concentram mais recursos e população que gravitam em torno da capital do país. Do levantamento realizado, os municípios de Lisboa, Cascais e Oeiras são os que surgem com maior dinamismo social, apresentando maior número de iniciativas organizadas em estruturas formais e não formais (Figura 22).

De referir que é nesta região que se concentram mais projetos do programa Bairros Saudáveis (38%) e é a segunda com mais projetos Cidadãos Ativos (33%). A dinâmica desta a região pode ser explicada pelo facto de ser na Área Metropolitana do Lisboa (AML) onde se concentra o maior número de residentes (nomeadamente nos municípios a norte do Tejo) com um menor índice de envelhecimento, (menor percentagem de população com 65 ou mais anos, e com a maior percentagem da população entre os 0-14 anos), tendo também a população uma taxa de escolaridade muito superior à nacional. Relativamente aos problemas sociais destacam-se a Exclusão Social e o Desemprego. A maioria dos projetos aprovados do programa Bairros Saudáveis insere-se no eixo “social”, enquanto no Programa Cidadãos Ativos se concentram no eixo designado por “Empoderar os grupos vulneráveis”.

À semelhança do que acontece com os projetos financiados pela iniciativa PIS, os dois programas públicos referidos também concentram a maioria do financiamento no município de Lisboa. De entre as dinâmicas sociais que emergiram a partir do programa Bairros Saudáveis, 96 situam-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, estando 37 iniciativas localizadas no município de Lisboa. Para além das áreas “social” e “saúde”, há uma ênfase na área “urbânica” através de iniciativas de reabilitação de espaços públicos comunitários.

O problema social de maior destaque em Lisboa é a exclusão social, nomeadamente as dificuldades de integração da população imigrante e cigana, bem como de refugiados. A violência doméstica e a insegurança alimentar também são problemas relevantes trabalhados nestas iniciativas. As respostas apontadas são diversas, desde a promoção da participação, a capacitação em diversas áreas e para vários grupos e faixas etárias, intervenções para a melhoria de espaços públicos e ações de literacia na saúde. Na sessão de auscultação dos atores da inovação cívica, foi possível perceber que o programa Bairros Saudáveis ofereceu às organizações menores e periféricas, a possibilidade de experimentar novas metodologias de trabalho e intervenção comunitária e fomentou novas colaborações com entidades e atores locais.

Na análise preliminar destes 37 projetos foram identificadas diversas respostas diferenciadas através da promoção da economia local, destacando-se o projeto “Binas na Alta”, através da criação de um negócio social de economia circular (oficinas de reciclagem de plástico e aluguer de bicicletas) partilhado entre duas associações da Alta de Lisboa: Associação Espaço Mundo e Associação de moradores do PER 11. Na área da mobilidade suave, destaca-se a criação de uma cooperativa de bicicletas com o objetivo de criar soluções de empreendedorismo. Os projetos “Rizoma Cooperativa Integral” e “A Mourada de todas e todos” trazem soluções inovadoras através da criação de redes de produtos locais para venda,



Figura 22: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis na Região LVT

*“Os projetos não podem ser só financiar, mas seguir e acompanhar os projetos e era importante que a Portugal Inovação Social trabalhasse nesta questão.”*

**Investidor Social**

*“Atuação elevada através dos prémios, o que facilita muito a proximidade com os projetos.”*

**Investidor Social**

*“... devemos racionalizar a questão económica e financeira”*

**Investidor Social**

*“Os prémios já têm nome como investidores sociais e isso contribui para angariar mais investidores sociais, nomeadamente investidores mais locais.”*

**Investidor Social**

*“Temos indicadores, monitorização a todo o tempo, promove o ponto de encontro de quem está a executar e os investidores”.*

**Investidor Social**

*“A validação dos projetos (reconhecimento do mérito), ou seja, a garantia de qualidade facilitou a atração de outros investidores sociais”.*

**Investidor Social**

*“Os investidores sociais não são realmente parceiros, mas veem-se como clientes”.*

**Empreendedor Social**

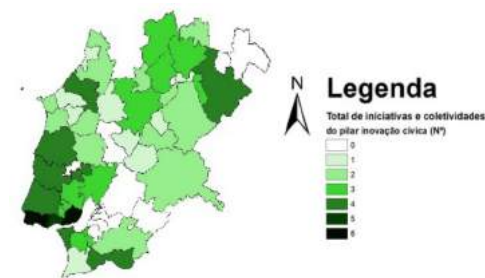


Figura 23: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região LVT  
Fonte: Elaboração própria

*“Necessidade de existirem investidores sociais externos à entidade.”*

**Empreendedor Social**

*“As linhas de financiamento são concedidas por projeto/região/atividade/periodo, o que limita a capacidade de adaptação e inovação das organizações aos desafios e oportunidades que surgem*

**Empreendedor Social**

*“Os coletivos estão muito interessados em trabalhar em conjunto e em desenvolver suas práticas colaborando.”*

**Inovador Cívico**

*“Colaboração: questão central é que consigamos colocar as entidades a trabalhar em conjunto – porque a colaboração efetiva implica um trabalho relacional que exige muito mais de cada pessoa do que somente a divisão de tarefas - é fundamental se queremos mudar a sociedade e o bem comum.”*

**Inovador Cívico**

*“Os coletivos têm dificuldades em trabalhar em conjunto com os poderes públicos - muita frustração acumulada. Não são ouvidos, são desrespeitados, acham muitas vezes que não vale a pena trabalhar com ele. Dificuldades em manter a motivação e acreditar que valia a pena.”*

**Inovador Cívico**

garantindo a sustentabilidade s depois do término do financiamento público. Nesta linha, também se evidencia o projeto “PeN-Parque das Nações”, que propõe a criação de uma bolsa de emprego, atribuindo pontos ao comércio local. O mapeamento dos proponentes (Figura 22) e das 209 parcerias proporcionadas por tais iniciativas permitiu perceber que as organizações de Lisboa tendem a ter parceiros em todas as outras regiões do país, embora se concentrem na sua região. Lisboa apresenta-se como um município bastante ativo em termos de dinâmicas sociais, apresentando um grande envolvimento das instituições de ensino nas iniciativas, desde escolas básicas até institutos, escolas profissionais e universidades. A Câmara Municipal de Lisboa é parceira de apenas nove dos 37 projetos em execução. Ao mesmo tempo verifica-se uma certa descentralização ao nível local, com muitas juntas de freguesias envolvidas em parcerias nos projetos localizados nos seus territórios. Este fenómeno poderá ser explicado pelo facto de em Lisboa haver mais recursos e redes de colaboração, existindo uma certa autonomia das iniciativas relativamente à câmara municipal. Na auscultação com os atores cívicos foi apontado como desafio a necessidade de constituição de colaborações mais sustentáveis entre os coletivos cívicos, bem como entre estes e instituições públicas. Embora haja um grande interesse em trabalhar em conjunto, há uma falta de compreensão sobre o que é efetivamente colaboração, naquilo que vai além da simples divisão de tarefas. Para além disso, as pequenas organizações cívicas têm dificuldade em trabalhar em conjunto com os poderes públicos, relatando que geralmente não são ouvidas e respeitadas. Foi ainda apontada a necessidade de democratizar metodologias dentro das organizações, a fim de desenvolver de forma mais estrutural a colaboração entre as próprias pessoas/profissionais que compõem as organizações. Esta sinergia exige esforço e trabalho, sendo necessário rever padrões de comportamentos relacionais já enraizados culturalmente dentro dos coletivos cívicos e profissionais. Na região de Lisboa e Vale do Tejo foram registadas 46 atividades e projetos da Rede Animar, entre 119 registados em território nacional. No município de Santarém, decorreu no ano de 2015 o projeto FESS – Fórum da Economia Social do Distrito de Santarém, coordenado pela União Distrital das Instituições de Solidariedade Social de Santarém, o qual foi eleito, pela Agência Animar, como uma experiência relevante na área da Inovação Social. O objetivo foi o de promover atividades e estratégias de desenvolvimento local, no que toca à coesão social, qualidade de vida das pessoas, criação de emprego e volume de negócios no distrito de Santarém, nas mais diversas áreas. Desta forma, o projeto procurou diagnosticar e articular em rede as organizações locais da economia social com os poderes local, regional, nacional e internacional. Relativamente às zonas mais rurais, as iniciativas dos Grupos de Ação Local (GAL) concentraram-se no incentivo à transformação, promoção e comercialização de produtos locais de qualidade. Dos 54 projetos selecionados como inovadores pela Federação Minha Terra, e apoiados no âmbito da Medida 10 LEADER do PDR2020, dois estão localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo. Em comparação com as outras regiões, Lisboa e Vale do Tejo foi a única região que apresentou um projeto dentro da promoção de produtos locais de qualidade, apontando preocupações ambientais na área da agricultura, nomeadamente o projeto de promoção de Pera



Rocha e Limão de Mafra, coordenado pelo GAL a2s-Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia. Em relação aos núcleos locais ligadas às redes internacionais, o município de Lisboa apresenta maior número de grupos, seguido de Cascais, Oeiras e Almada. Destaca-se a rede Re-food, concentrando 40 núcleos dos 94 espalhados pelo país. O núcleo Nossa Senhora de Fátima (NSF) foi o primeiro núcleo da Re-food a abrir, em março de 2011, com o apoio da paróquia local. O objetivo da iniciativa é combater o desperdício alimentar, lutar contra a fome e promover a inclusão social. A metodologia passa pela realização da recolha de alimentos em estabelecimentos parceiros e distribuição a famílias em situação de pobreza.

Seguindo o mesmo padrão, também o número de grupos informais identificados na região de Lisboa supera o das outras regiões, confirmando a tendência de maior dinamismo cívico nestes territórios. A pesquisa preliminar na rede social Facebook permitiu identificar mais de 40 grupos auto-organizados nesta plataforma online, um deles com cerca de 75 mil membros. De referir que a profusão de grupos é tão intensa, que alguns grupos de vizinhos das freguesias do centro urbano de Lisboa, se organizaram numa plataforma comum chamada “Vizinhos de Lisboa”, que visa a representação e defesa dos interesses dos moradores residentes no concelho de Lisboa nas áreas de planeamento, urbanismo, valorização do património edificado, mobilidade, equipamentos, bem-estar, educação, defesa do património, ambiente e qualidade de vida. Um exemplo das iniciativas que esta plataforma dinamiza é o barómetro da perceção da qualidade de vida nas freguesias de Lisboa. Apesar da difusão de iniciativas, a auscultação dos inovadores cívicos revelou que falta trabalhar a inovação com os jovens, pois é um público mais aberto a pensar “fora da caixa” e que pode trazer ideias novas para os problemas que atingem todos. Neste sentido, considerou-se ser necessário criar ambientes mais leves e flexíveis, com menos burocracias e mecanismos de vigilância e constantes validações, propícios à criação de redes dinâmicas, abertas à criatividade e à mudança, para o bem comum.

*“Todos podem ser agentes de mudança/Mudança sistémica- experimentando e sem medo de experimentar.”*

**Inovador Cívico**

*“Trazer os jovens para participar, para o processo - Formação dos mais jovens – Academias de conhecimento / Ouvir- é a primeira coisa a fazer no processo de colaboração, para depois intervir”*

**Inovador Cívico**

*“Jovens- academia Gulbenkian- descomplicar o sistema, menos burocracia- precisam sentir que há espaços em que eles podem participar e inovar, sem necessidade de serem constantemente validadas”*

**Inovador Cívico**

*“Trabalhar com escolas: Escolas transformadoras- redes de cidadania- Criar rede e aproximar – funcionar como catalisador para que os jovens possam assumir as coordenadas - Jovens transformadores – Necessidade de descomplicar, educação/participação menos burocrático -Inovação sem relógio – no laboratório”*

**Inovador Cívico**

*“Temos que começar pelos jovens- Importância de envolver as escolas e os jovens - pensam fora da caixa. Importância de envolver as escolas e os jovens”*

**Inovador Cívico**

*“Mobilização do movimento associativo – ainda tem associações muito tradicionais que não estão habituadas a envolver-se neste tipo de iniciativas. Os Bairros Saudáveis foram também a oportunidade para inovar neste aspeto. Promoveu colaborações com organizações de Lisboa.”*

**Inovador Cívico**

*“Colaboração para longo prazo- tem a ver com as relações - Importância de desenhar projetos a longo prazo.”*

**Inovador Cívico**

*“Democratizar as metodologias a que tenho acesso - Democratização das ferramentas - Tornar ferramentas e metodologias acessíveis a todos / Ferramentas que possam ser apropriadas a serviço da colaboração e da regeneração / Colaboração com transformação das pessoas que fazem parte dos coletivos - é preciso sair da zona de conforto.”*

**Inovador Cívico**

### 4.3.3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DA REGIÃO/POR PILAR

PILAR	REGIÃO AML
<b>PILAR 1</b> <b>Política Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agilizar dos processos burocráticos associados às candidaturas a fundos sociais, que inibem o desenvolvimento dos projetos.</li> <li>• Promover o envolvimento entre os municípios e as entidades dinamizadoras do ecossistema.</li> <li>• Apoiar a projetos-piloto que visem a experimentação.</li> <li>• Promover mecanismos de aproximação entre os investidores e as entidades públicas.</li> </ul>
<b>PILAR 2</b> <b>Projeto de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover reuniões com regularidade com a EMPIS para partilha de dificuldades na execução dos projetos.</li> <li>• Apoiar a criação de metodologias participativas e de governança partilhada entre <i>stakeholders</i> - aproximar quem decide da inovação social.</li> <li>• Agilizar o processo de reembolso de despesas.</li> <li>• Ponderar a abertura de concursos não por áreas geográficas, mas por necessidades/ problemas sociais.</li> <li>• Facilitar o processo de financiamento para que possa ser enviado para a organização e não para o projeto (pois facilitaria a afetação das várias despesas).</li> <li>• Promover a flexibilidade na avaliação da execução dos projetos, uma vez que estes sofrem interferências externas, diretas ou indiretas tal aconteceu com algumas iniciativas que previam proximidade física e não se realizaram devido à pandemia COVID-19.</li> <li>• Redução da carga burocrática inicial e no decorrer da execução.</li> <li>• Apostar na melhoria da comunicação dos resultados.</li> <li>• Promover um maior envolvimento da comunidade e parceiros.</li> <li>• Promover a criação de iniciativas que aproximem projetos a empresas.</li> <li>• Promover um evento anual de IS.</li> <li>• Promover uma relação em rede entre projetos para otimização de recursos.</li> <li>• Promover programas de capacitação das organizações e suas equipas técnicas nas áreas da contratação pública.</li> <li>• Possibilidade de mudar o modelo de apresentação de execução financeira - mais flexível e apelativo do que a tradicional prestação de contas (vídeos, deslocações in loco, entregáveis, etc.).</li> <li>• Colocar a academia como central nas respostas.</li> </ul>
<b>PILAR 3</b> <b>Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover maior visibilidade do impacto relativa aos projetos permitirá captar mais investidores.</li> <li>• promoção da ação dos municípios como motores o motor da IS ao nível territorial, quer seja pelos meios financeiros e pela proximidade aos problemas, quer na captação do financiamento junto das empresas.</li> <li>• Empresas precisam de mudar o paradigma de que “só as grandes é que podem investir” e deverá haver um maior acompanhamento dos projetos, não bastando a elaboração de relatórios de progresso ou o “passar o cheque”.</li> <li>• Possibilitar o investimento próprio na percentagem de investidor social (capitais próprios).</li> <li>• Dinamizar a lei do mecenato para os investidores sociais – nem todas as organizações estão ao abrigo.</li> <li>• Implementação de uma rede de investidores sociais ou a realização de eventos de promoção dos projetos, envolvendo os potenciais investidores sociais (intra e inter-regionais), para que haja uma maior relação com os próprios e se possam esclarecer dúvidas e receios. A sustentabilidade financeira dos projetos é pouco ágil (reembolsos, assinaturas de relatório, etc.). Deverá existir um maior apoio aos projetos face às dificuldades relativas ao financiamento e uma reestruturação de todo o processo burocrático para que haja um maior cumprimento de prazos e um acesso facilitado aos recursos.</li> <li>• Permitir o acesso de "empresas mais maduras" ao financiamento mais flexível, uma vez que consideram que há uma grande limitação na capacidade de adaptação e inovação das organizações na resposta aos problemas sociais.</li> <li>• Criar mais oportunidades de colaboração com as empresas e com os governos locais, não numa lógica de filantropia, mas sim de prestação de serviços.</li> <li>• Criar mais linhas de financiamento para a AML: ademais enfatiza-se a necessidade de instrumentos que possibilitem investimento em CAPEX e aquisição de propriedades e/ou espaços.</li> </ul>
<b>PILAR 4</b> <b>Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar redes existentes.</li> <li>• Desenvolver colaborações para o longo prazo.</li> <li>• Democratizar as metodologias para o desenvolvimento da colaboração, dentro e fora das organizações.</li> <li>• Capacitar o setor público para a colaboração.</li> <li>• Criar programas de capacitação para quem financia e para quem recebe o financiamento.</li> <li>• Desenvolver mecanismos para aproximar os mais jovens da inovação através de processos menos burocráticos e com possibilidade de experimentar/errar.</li> <li>• Trabalhar com as escolas, criando redes que possam catalisar processos criativos geridos pelos próprios jovens.</li> </ul>

Tabela 16: Recomendações da Região AML

Fonte: Elaboração própria

## 4.4. REGIÃO DO ALENTEJO

### 4.4.1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIAGNÓSTICOS DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A região do Alentejo é composta por cinco comunidades intermunicipais, 58 municípios e 299 freguesias e representa somente cerca de 7% da população portuguesa, com um total de cerca de 704 mil habitantes (INE, 2021), o que se traduz numa diminuição de cerca de 72 mil habitantes relativamente aos Censos de 2001. A maioria das CIMs que a compõe tem vindo a sofrer, ao longo do tempo, uma diminuição da população residente, à exceção das do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo, que são mais diretamente influenciadas pela atratividade exercida pela AML. A evolução da população residente, por grandes grupos etários (Gráfico 9), apresenta um padrão de aumento da faixa etária dos 65 ou mais anos e uma diminuição no grupo etário dos 0-14 anos. Desde 2001, verificou-se uma diminuição de cerca de 21 mil residentes no grupo dos 0-14 anos e um aumento de 5 mil no grupo dos 65 ou mais anos. Esta é a região que apresenta um quadro de envelhecimento mais preocupante, com uma taxa de 208,9%, muito superior à nacional, e um índice de dependência dos idosos também muito elevado (Tabela 17).

Os indicadores socioeconómicos da tabela 18 permitem ter um retrato geral dos problemas sociais da região. Esta apresenta um cenário preocupante ao nível da saúde mental, tendo em conta que é a região com maior taxa de suicídio. São também relevantes a baixa taxa de escolaridade ao nível do ensino superior, a população em risco de pobreza ou de exclusão social e o baixo poder de compra. Em contrapartida, a taxa de desemprego é inferior à média nacional. Em síntese, a região do Alentejo apresenta um cenário socio-territorial preocupante, em particular quanto ao envelhecimento demográfico e despovoamento do interior, que se traduzem nalguma escassez de recursos humanos. Os principais problemas sociais da região encontram-se representados na Figura 24.

Indicadores de Escolaridade		
Taxa de Escolaridade (2020)	Alentejo	Nacional
Nível de Ensino Básico	<b>78,2%</b>	77,2%
Nível de Ensino Secundário	<b>56,0%</b>	58,1%
Nível de Ensino Superior	<b>21,4%</b>	28,2%
Taxa de Abandono Precoce	-	8,9%

Indicadores de Condição de Vida		
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20 (N.º) (2020)	<b>5,0%</b>	5,7%
População em Residente de Pobreza ou Exclusão Social (2020)	<b>20,2%</b>	19,8%
Taxa de Privação Material (2020)	<b>12,5%</b>	13,5%
Poder de Compra per capita (2020)	<b>90,7%</b>	100%
Taxa de Criminalidade (2020)	<b>28,1%</b>	29,0%

Indicadores de Saúde Física e Mental		
Número médio de anos potenciais de vida perdidos (2019)	<b>12,6</b>	12,7
Taxa de Mortalidade por Suicídio por 100000 habitantes (2019)	<b>21,0%</b>	9,7%

Tabela 18: Indicadores Socioeconómicos da região Alentejo

Fonte: Elaboração própria

Indicadores Populacionais	Portugal		Alentejo	
	2001	2020	2001	2020
Índice de Envelhecimento (N.º)	127,6	167,0	175,0	208,9
Índice de Dependência de Idosos (N.º)	28,8	35,0	37,9	41,4
Índice de Dependência de Jovens (N.º)	22,6	20,9	19,8	21,7

Tabela 17: Indicadores Populacionais - região Alentejo

Fonte: INE (2020)

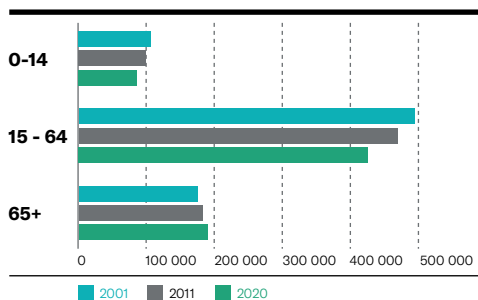


Gráfico 9: Estrutura Etária da região Alentejo

Fonte: INE (2020)

<b>Envelhecimento Populacional</b>
<b>Dependência do Idoso</b>
<b>Taxas de Abstenção</b>
<b>Despovoamento do Interior</b>
<b>Saúde Mental</b>
<b>Risco de Pobreza e Exclusão Social</b>

Figura 24: Principais Problemas Sociais do Alentejo

Fonte: Elaboração Própria (a partir dos indicadores do INE, 2021)

Indicadores de Participação		
Taxa de Abstenção	Alentejo	Nacional
Eleições Presidência da República (2021)	<b>56,8%</b>	60,8%
Eleições Câmaras Municipais (2021)	<b>43,1%</b>	46,4%
Taxa de Abstenção: Eleições Assembleias Municipais (2021)	<b>43,1%</b>	46,4%
Eleições Parlamento Europeu (2019)	<b>67,1%</b>	69,3%

Indicadores de Emprego		
Taxa de Desemprego (2020)	<b>6,0%</b>	7,0%
Taxa de Desemprego de Longa Duração (2020)	<b>2,1%</b>	2,3%
Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior (2020)	<b>5,2%</b>	5,8%

Indicadores Ambientais		
Despesas em Ambiente dos Municípios p/ 1000 Hab. (€/Hab.) (2020)	<b>82.451</b>	70.166

## 4.4.2. ANÁLISE DOS PILARES DO ECOSSISTEMA

### PILAR 1- POLÍTICAS PÚBLICAS

*“Ainda estamos numa fase inicial no que diz respeito à Inovação Social e à criação de projetos para além das respostas tradicionais”*

**Município**

*“A inovação e empreendedorismo social são desafios novos para todos nós”*

**Município**

*“Falta de recursos e de capacitação para fazer diferente”*

**Município**

*“Os municípios estão sobrecarregados”*

**Município**

*“Existe uma necessidade de orientação e ajuda externa para perceber as particularidades no território”*

**Município**

*“Queremos ser mais inovadores e queremos ajuda para as articularem a novas dinâmicas”*

**Município**

*“A incubadora funciona para ajudar as IPSS a definir os projetos, os problemas sociais e procurar investimento”*

**Casulo - Loulé**

*“O setor público tem de estar envolvido nas incubadoras”*

**Casulo - Loulé**

*“É necessário reforçar o trabalho em rede e o trabalho de partilha de experiências”*

**Fundação Eugénio Almeida**

A região do Alentejo corresponde à região com menor representatividade no âmbito do programa Portugal Inovação Social, assumindo somente 9% dos projetos financiados ao nível nacional, o que demonstra uma certa prematuridade do ecossistema regional. Não obstante, o POAlentejo (Reprogramação COVID-19) dispunha de 10 milhões de euros para o código de ação “Inovação Social” e, ao contrário do que acontece nas restantes regiões, a estratégia RIS3 englobava um capítulo direcionado para a economia social em que se identificam características distintivas, vantagens e potenciais de ação nesta área de intervenção. A inovação e o empreendedorismo social estão também presentes na estratégia 2030, através de propostas de dinamização do empreendedorismo social local. O cenário geral é o de uma região que ainda se encontra numa fase inicial da integração das dinâmicas de inovação social.

A região do Alentejo é marcada por um conjunto de desafios que dificultam o desenvolvimento e integração de dinâmicas inovadoras. Na auscultação dos municípios, foram várias vezes referidos os desafios do envelhecimento populacional, da desertificação e da dispersão territorial, que dão origem a uma falta de recursos humanos mais qualificados e de massa crítica. Foi também mencionada alguma incapacidade de incorporação destas dinâmicas devido à necessidade de responder a problemas “tradicionais”, tendo sido sugerido o aumento da capacitação dos técnicos relativamente às oportunidades que a inovação social representa, para ela própria responder a estes problemas de uma forma mais eficaz. Foi possível, contudo, identificar os municípios mais envolvidos nestas dinâmicas, que são alguns dos mais populosos: Chamusca, Beja, Odemira, Elvas e Portalegre. É também nestes municípios que se encontram algumas das incubadoras, o que potencia a ação dos mesmos.

Não obstante algumas fragilidades e as disparidades territoriais no envolvimento em inovação social, o processo de auscultação permitiu perceber uma forte predisposição para a mudança e abertura a dinâmicas inovadoras, acompanhada de um “pedido de ajuda” relativo à necessidade de orientar e capacitar os municípios que mostraram mais abertura para dinamizar o ecossistema do Alentejo. Ainda assim, encontram-se incubadoras extremamente dinâmicas na região. No total, existem quatro, financiadas pela PIS e por uma entidade muito importante para o ecossistema regional, a Fundação Eugénio Almeida (Figura 25).

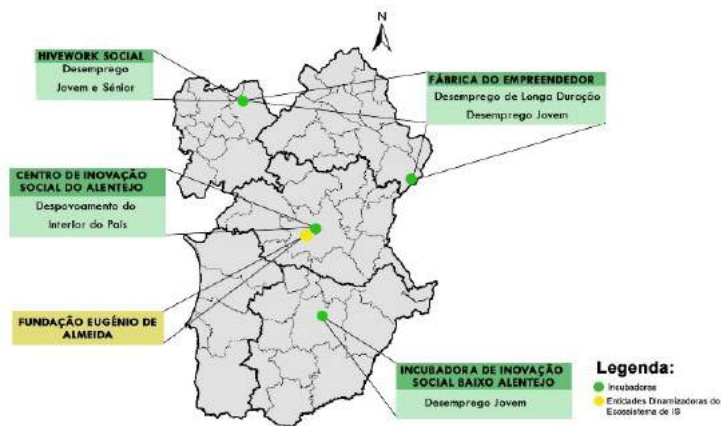


Figura 25: Incubadoras da região Alentejo  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Entre os 58 municípios da região do Alentejo, 27 são investidores sociais. No entanto, tendo em conta que existe um desconhecimento perante os princípios e conceito da inovação social, é possível que existam projetos desenvolvidos pelos municípios que pudessem ser igualmente financiados pelo programa PIS. Outro desafio que pode limitar o investimento social é a incapacidade de acompanhamento da abertura de avisos de concurso, sendo, neste sentido, fundamental que o município estabeleça um contacto mais próximo com o ativador regional do Alentejo, de forma a acompanhar estas dinâmicas e garantir que recebem o apoio que necessitam. O mapa (Figura 26) ilustra as disparidades territoriais de envolvimento na inovação social, sendo que a CIM do Alentejo Litoral é a que revela menor dinamismo. Face ao panorama, justificam-se ações que permitam ativar, na generalidade, este ecossistema regional, através da capacitação, criação de redes, incentivos, prémios e, essencialmente, da aprendizagem com outras práticas do país. Ao contrário do que acontece noutras regiões, é mais difícil encontrar respostas inovadoras, promovidas pelas Câmaras Municipais, mas relevam-se, a título ilustrativo, as iniciativas: Viver com Saúde (Município de Beja); Do Velho se faz Novo (Almeirim); Crescer com Peso e Medida (Chamusca). Ao nível da ação social, existe uma forte preocupação com o envelhecimento ativo. Alguns dos problemas, transversais a todo o ecossistema, também aqui se fazem sentir: as dificuldades associadas à burocracia e a gestão de tempo associada à mesma, que afeta o desenvolvimento dos projetos; a dificuldade em medir o impacto e todos os desafios que essa análise envolve; a insustentabilidade dos projetos, especialmente devido à ausência de investidores sociais na região; e a incapacidade de escalamento dos projetos. Como debatido, é fundamental mudar mentalidades, o que passa por alterar o posicionamento dos agentes e ver na inovação social uma oportunidade (e não um problema), usufruindo das suas dinâmicas para responder a problemas da região. Tornou-se claro que existe uma disposição para incorporar a inovação social na agenda política e, por isso, é fundamental ativar estes municípios.

*“Existe uma dificuldade de perceber que o que se está a fazer se enquadra nestas oportunidades de financiamento – falta de capacidade de acompanhar e gerir candidaturas”*

**Município**

*“O Alentejo é uma região difícil de trabalhar”*

**Empreendedor**

*“Não temos respostas imediatas” (Município)*

**Alentejo Central**

*“Temos de nos unir: mesmos nos problemas”*

**Município**

*“Existe uma incapacidade de gestão administrativa para acompanhar as candidaturas”*

**Município**

*“É essencial ocorrer um esforço pela medição de impacto”*

**Empreendedor Social**

*“É necessário repensar o potencial de escalabilidade dos projetos”*

**Empreendedor**

*“Este território é mais difícil e a grande desvantagem é a ausência de massa crítica”*

**Empreendedor**

*“A dimensão demográfica não é um problema – é um desafio para oportunidade”*

**Empreendedor**



Figura 26: Investimento Social: Municípios Alentejo  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

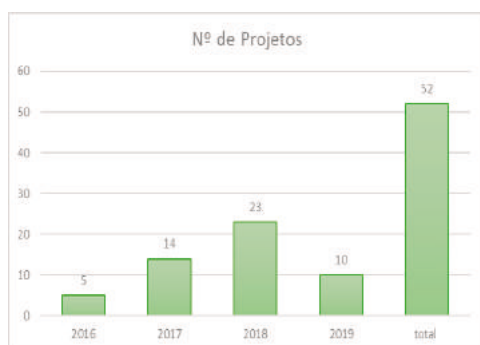


Gráfico 10: Nº de projetos aprovados na região Alentejo (2016-2019)

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

## PILAR 2- PROJETOS DE IS

A região do Alentejo é uma das regiões do país que concentra o menor número de projetos de inovação e empreendedorismo (precedendo o Algarve), com apenas 52, envolvendo 7 milhões de euros de investimento (Gráfico 10). Para este menor volume de projetos contribuíram a maior dispersão territorial das instituições e organizações que lideram estes processos, bem como a menor concentração populacional.

Face ao efeito acumulado do despovoamento, do êxodo rural e do (duplo) envelhecimento, os projetos de empreendedorismo e inovação social assumem uma extrema importância. Neste contexto socioeconómico, a problemas como a pobreza, o insucesso escolar ou as consequências das alterações climáticas, sobrepõem-se, em algumas das suas geografias, a uma certa rarefação da esfera pública. Para efeitos da inovação social, isto significa, como sugerido pelos auscultados, que os empreendedores sociais se depararam, frequentemente, com a necessidade de ir ao encontro da população, numa ótica de aproximação aos públicos mais resistentes à mudança e com menor abertura política ao tema.

No que se refere à execução dos projetos, esta pode ser perturbada não só pelos constrangimentos ao nível territorial, demográfico e político, mas também pela sustentabilidade financeira e de suporte dos mesmos. Num território com pouco tecido empresarial, a formação de parcerias torna-se mais difícil em determinados locais. Relativamente à comunidade científica e tecnológica, esta é animada particularmente pela Universidade de Évora (Univ. Évora) e pelo Instituto Politécnico de Beja (IP Beja), que embora não possuam projetos apoiados, disponibilizam áreas de estudo que se cruzam com o tema, como a licenciatura em Desenvolvimento e Empreendedorismo Social no I.P. Beja.

Relativamente às IIES apoiadas, quase 50% concentram-se nos problemas da Exclusão Social, seguida da Doença e do Insucesso Escolar (30% ao todo - Figura 27). O público-alvo das IIES são, em grande medida, a Comunidade como um Todo (27%), seguida das Crianças e Jovens (23%) e dos Idosos (21%). Para dar resposta aos problemas sociais em destaque na região, o domínio temático da Inclusão Social afigura-se como o mais significativo. Nesse âmbito, 24 projetos versam sobre a Exclusão Social, sendo nove destes relativos aos Idosos.

Problema Social	Nº de Projetos	%	Montante(€)	%
Agressões ambientais e territoriais	1	1,9	293 830	4,0
Défice de competências p/cidadania	1	1,9	71 500	1,0
Desemprego	7	13,5	1 376 847	18,8
Doença	8	15,4	809 259	11,0
<b>Exclusão social</b>	<b>24</b>	<b>46,2</b>	<b>3 174 322</b>	<b>43,3</b>
Incidência criminal	3	5,8	463 395	6,3
Insucesso escolar	8	15,4	1 138 830	15,5
<b>Total Geral</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>7 327 983</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional</b>	<b>578</b>	<b>100</b>	<b>104 313 107</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional (%)</b>		<b>9</b>		

Figura 27: Quadro resumo problemas sociais na região Alentejo (nº IIES e montante - €)  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Região Alentejo (sub-regiões)	Nº de Projetos	%
Alto Alentejo	6	11,5
Baixo Alentejo	12	23,1
Alentejo Litoral	2	3,8
Alentejo Central	18	34,6
Lezíria do Tejo	14	26,9
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Figura 28: Quadro resumo dos projetos apoiados pelas CIMs  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

- A distribuição territorial das IIES é dispar, dado que, das 52 IIES, mais de 50% se concentram em duas CIMs (Alentejo Central e Lezíria do Tejo). É, sobretudo, no Concelho de Évora que se concentram mais projetos de IS (15 dos 52), seguido de Santarém, com oito IIES apoiadas (Figura 28).
- A CIM menos representada é o Alentejo Litoral (IIES), em Odemira e Grândola, seguida da CIM do Alto Alentejo, com seis IIES apoiadas. Esta disparidade reflete a tendência de concentração dos projetos em grandes aglomerados vs regiões de interior e de mais baixa densidade (Figura 28).
- De notar que, de todas as regiões do país, o Alentejo possui, em termos relativos, o maior peso de IIES direcionadas à incubação e aceleração de projetos (cinco dos 52 projetos totais), dirigidos à promoção do emprego (três) e à proteção social (dois).
- São ainda relevantes os projetos dirigidos aos desempregados de longa duração e jovens que nem trabalham nem estudam, sendo a região do país com maior n.º de IIES identificadas com esse fim (quatro).
- Na região do Alentejo, as entidades responsáveis por promover os projetos apoiados pela EMPIS são sobretudo associações (64% das IIES).

*“O Instituto Politécnico de Beja é muito importante para a execução do projeto, são eles que fazem a avaliação do impacto”*

**Empreendedor Social**

*“A criação das IIES foi importante para valorizar algumas áreas que não estavam até agora a ser atingidas, como a preocupação com o envelhecimento ativo e com os problemas ambientais”*

**Empreendedor Social**

*“Temos vindo a fazer o nosso trabalho, mas com muitas dificuldades. O Alentejo é uma região difícil de trabalhar porque são sempre as empresas grandes para investir, portanto, vamos sempre às mesmas, estão sempre a bater à mesma porta e nós não podemos entrar nesse mercado”*

**Empreendedor Social**

*“Temos notado que temos deixado ‘semente’ de competências e ferramentas que possa ficar depois dos projetos terminarem”*

**Empreendedor Social**

*“Deveria existir uma discriminação pela positiva, pois os recursos vão sempre para o litoral e, para além disso, temos realidades muito dispares na região”*

**Empreendedor Social**

### PILAR 3- INVESTIMENTO

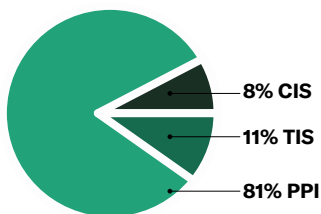
#### Financiamento Total e Público

**Financiamento Total:** O financiamento total da região do Alentejo é de 7,3 milhões de euros, sendo, como se referiu, a região do país menos financiada.

- A tipologia com maior percentagem são as PPI, com 81% do total da região (5,9 milhões de euros), seguida da tipologia dos TIS, com 773 511,55 euros (11%) , por último, a CIS, com 612 394,01 euros (8%) (Gráfico 11).

**Financiamento Público:** A participação do FSE nesta região é de 5,5 milhões de euros.

**FINANCIAMENTO TOTAL NA REGIÃO ALENTEJO, POR TIPOLOGIAS**



**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A REGIÃO ALENTEJO, POR TIPOLOGIAS**

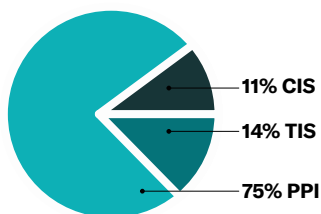


Gráfico 11: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE da região Alentejo, em Percentagens

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS – Aviso de abertura de candidaturas (2016-2021)

*“No Alentejo é difícil de trabalhar... Há menos atores capazes de investir”*

**Empreendedor Social**

*“O grande desafio era a própria sustentabilidade do projeto; no entanto, consegui integrar na PP e para nós foi um alívio”*

**Empreendedor Social**

*“Adesão da rede e do território foi muito positiva”*

**Empreendedor Social**

*“É muito relevante para nós as respostas ao domicílio pela aproximação dos beneficiários diretos dos projetos - são eles que têm que validar a nossa ideia”*

**Empreendedor Social**

*“A nível da execução, o desafio foi mesmo a pandemia, porque, de resto, tínhamos muita liberdade para atingir os nossos objetivos... tivemos uma resposta muito positiva, que nos surpreendeu porque por vezes a questão de ser inovador traz algum receio nas pessoas!”*

**Empreendedor Social**

*“O contacto intergeracional é muito interessante e importante para que se mantenham as tradições (...) os jovens estão muito empenhados nestas iniciativas”*

**Empreendedor Social**

*“O objetivo principal das nossas IIES tem que ver com o envelhecimento ativo”*

**Empreendedor Social**

*“Enquanto incubadora social, notamos algum deslaçamento social, é difícil por vezes tentar motivar as pessoas”*

**Empreendedor Social**

*“Aqueles que participam não podem ser sempre os mesmos”*

**Empreendedor Social**

*“Se os investimentos dos municípios não existissem, nós não continuávamos”*

**Empreendedor Social**

*“O Alentejo é uma região difícil de trabalhar porque são sempre as empresas grandes a investir, portanto, vamos sempre às mesmas. Estão sempre a bater à mesma porta e nós não podemos entrar nesse mercado”*

**Empreendedor Social**

*“Responsabilidade social das empresas - os que normalmente aderem não podem ser sobrecarregados com participação financeira nos projetos, é difícil encontrar forma de diversificar o investimento”*

**Empreendedor Social**

*“Acho que os principais projetos são de título de impacto social”*

**Investidor Social**

*“... escolhemos as entidades que davam garantias (já em fase de piloto e que tinham probabilidades de crescer)”*

**Investidor Social**

*“Tem que haver boa vontade e capacidade financeira; às vezes, pode pôr em causa a viabilidade dos projetos.”*

**Investidor Social**

*“Não devemos ter problemas em dizer que precisamos de dinheiro, que precisamos de financiamento, mas precisamos essencialmente de investimento mais que de financiamento. O investimento é fundamental para a sustentabilidade e durabilidade destes projetos e para que os parceiros, nestes casos os investidores, percebam que ao investirem em projetos no âmbito da inovação social vão ter ganhos.”*

**Empreendedor Social**

- PPI é a tipologia mais financiada, no valor de 4,2 milhões de euros (75%), seguida dos TIS, com 773 511,55 euros (14%), e, por último, a CIS, contando com 612 394,01 euros (11%) (Gráfico 11).
- A CIM do Alentejo Central possui o maior montante de investimento, no valor de 1 243 160,48 euros (48,6%), e o maior número de investidores - 39 de um total de 88 investidores na região (Tabela 40 e Tabela 41 em anexo).
- Esta região não possui investimento estrangeiro.
- A CIM com menor investimento é, como se referiu, a do Alentejo Litoral, com um montante de 180 346,49 euros (7,1%), que envolve apenas dois investidores.
- Os únicos investidores que apostaram em todas as CIMs foram os das tipologias Empresa Privada e Municípios.
- As únicas CIMs que possuem investimento do setor social são as da Lezíria Tejo e do Alentejo Central.

### Municípios enquanto investidores sociais

- A região do Alentejo é a região com menos municípios enquanto investidores sociais (Figura 29).
- Entre os municípios, os dois maiores investidores são Chamusca e Beja.

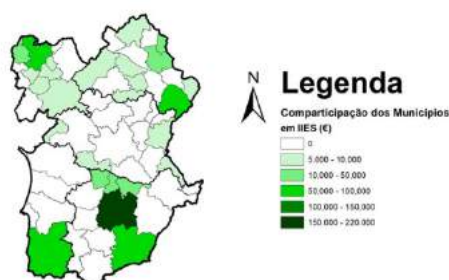


Figura 29: Municípios enquanto investidores sociais

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

- A Exclusão Social é o problema com mais projetos (24 de 52 projetos) e o mais financiado, com o montante de 1 228 027,00 euros (48,0%) e 22 investidores (Tabela 42 e Tabela 43 em anexo)
- Já o problema com maior número de investidores é referente ao Desemprego, com 25 dos 88 investidores, em apenas sete projetos.
- No que diz respeito aos projetos com menor investimento, e tal como acontece nas restantes regiões, são relativos ao problema social Déficit de Competências para a Cidadania - apenas um projeto e dois investidores, no montante de 21 450,00 euros (0,8%).

**Setor Privado:** Neste setor, a tipologia Empresa Privada é a única que investiu em todos os problemas sociais, sendo quase 50% do seu investimento total é na Exclusão Social, com apenas três investidores (de um total de 26) e um montante de 579 737,31 euros (49,6%). O Desemprego é o problema social com maior número de investidores (oito).



**Setor público:** Os Municípios e as Outras Entidades Públicas investiram sobretudo na Exclusão Social, num total de, respetivamente, 476 700,35 euros (46,8%) envolvendo dez investidores, e 52 412,49 euros (39,9%) dividido por 4 investidores.

**Setor Economia Social:** A tipologia Fundação aplicou mais de 50% do seu investimento na Exclusão Social, no valor de 119 176,86 euros (65,8%) e contando com cinco investidores. Entre as Outras Entidades da Economia Social, um dos seus seis investidores aplicou mais de 50% do investimento total desta tipologia na Incidência Criminal (problema social que possui três projetos), com um montante de 29 748,21euros (51,9%). Salienta-se que Outras Entidades de Economia Social não financiaram Exclusão Social.

#### PILAR 4- DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

A dispersão territorial que se verifica na região do Alentejo é também perceptível na distribuição de associações. Os municípios de Évora, Portalegre e Beja surgem como os mais dinâmicos, apresentando maior número de iniciativas cívicas (Figura 30). Nesta região não foi identificado nenhum município com projetos nos três programas públicos analisados. A dinâmica cívica deste território será influenciada pela menor densidade populacional, menor taxa de escolaridade e menor percentagem de residentes com o ensino superior. Sendo o Alentejo a região com menos investimento em inovação social, os municípios de Beja e Évora destacam-se como os maiores investidores e com mais projetos financiados pela iniciativa Portugal Inovação Social. O problema social em destaque prende-se com a Exclusão Social, sendo que no caso do programa Bairros Saudáveis é precisamente esse o eixo com mais projetos aprovados. Do conjunto de iniciativas cívicas suportados pelo programa nacional Bairros Saudáveis, apenas 27 das 246 candidaturas aprovadas a nível nacional se situam na região do Alentejo, sendo que sete destas estavam sediadas no município de Évora, dirigindo-se às áreas de Intervenção Urbanística, Saúde, Social e Ambiental. O problema social mais trabalhado por este conjunto de iniciativas é o espaço público desqualificado, para além de outros problemas, como o isolamento dos idosos, alterações climáticas e insegurança alimentar. As soluções apresentadas concentram-se na criação de espaços inclusivos, interdisciplinares e recreativos para todas as idades, propondo-se a criação de novos espaços em colaboração com a comunidade. Quatro projetos apresentam soluções através da temática ambiental, como a capacitação dos cidadãos para serem guardiões de cursos d'água, um bem comum a todos. As atividades são direcionadas a todos os públicos, com destaque para os idosos e comunidade cigana. Entre os projetos contemplados, evidenciam-se o Parque Urbano de S. Sebastião, Bairros na Linha e o Espaço Multi-recreativo do Largo da Nora, que abrangem quatro áreas de intervenção do programa (Saúde, Social, Ambiental e Urbanístico), apresentando como objetivo principal a reabilitação ou criação de espaços públicos em colaboração com os cidadãos.

*“A importância de pequenos territórios (em termos de densidade populacional) pode ser alavancada com o financiamento.”*

**Empreendedor Social**

*“Dificuldade em percebermos se o que estamos a fazer se enquadra nestas oportunidades de financiamento... há uma falta de capacidade de acompanhar e gerir candidaturas.”*

**Investidor Social**

*“Acompanham os relatórios de progresso (de acompanhamento) que lhes permite avaliar as dificuldades.”*

**Investidor Social**

*“O diálogo tem de ser mais e melhor entre investidores e projeto.”*

**Investidor Social**

*“As dificuldades passam pela complexidade burocrática nas questões financeiras e no processo de análise e reembolso dos projetos - atrasos da PT IS (PT IS não conseguia dar resposta) e terem de antecipar os pagamentos”*

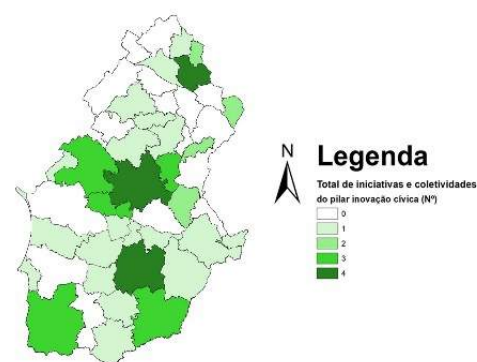
**Investidor Social**

*“Apareceram outros investidores que reforçaram o seu envolvimento (Montepio e Santa Casa recentemente) e a investir mais = flexibilizar.”*

**Investidor Social**

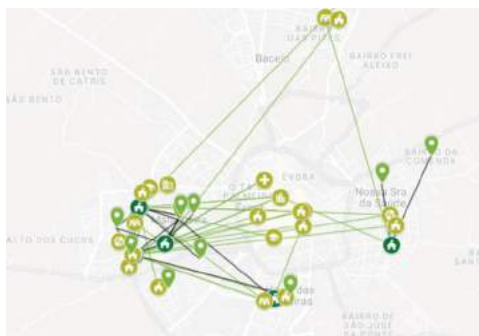
*“Nas últimas edições diminuíram a participação nos instrumentos de financiamento da PT IS = refrearam a ligação com a EMPIS.”*

**Investidor Social**



**Figura 30: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região do Alentejo**  
Fonte: Elaboração própria

O mapeamento dos proponentes e parceiros dos sete projetos de



**Figura 31: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Évora**  
 Fonte: Elaboração própria

Évora permitiu identificar uma rede fechada – a partir da Figura 31 torna-se perceptível que as entidades se concentram quase todas neste município, algo que não acontece nas outras regiões, que apresentam ligações a outros territórios. Esta constatação pode, por um lado, ser indicadora de uma dinâmica positiva, revelando um forte ecossistema dentro da região, mas, por outro lado, pode ser um fator negativo, revelando uma falta de abertura ou capacidade para alargar as parcerias. Neste sentido, o fator da proximidade entre os agentes e o território é muito forte, surgindo, muitas vezes, a Câmara Municipal de Évora como parceira das iniciativas. Das 119 atividades coordenadas pelas associações de desenvolvimento local registadas pela Rede Animar, 27 decorrem na região do Alentejo. O projeto Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste, coordenado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), foi considerado como um projeto de inovação social pela Agência Animar. A APAV é uma instituição particular de solidariedade social e tem como objetivo promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Este projeto tem o objetivo de responder à problemática da criminalidade, prestando apoio às vítimas. Tem sede em Ponte de Sor e funciona em regime de itinerância, prestando apoio a vítimas de todos os tipos de crime, mas incidindo na área da violência doméstica, nos municípios de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, aonde a equipa se desloca todas as semanas para realização de atendimento presencial.

No levantamento de iniciativas cívicas no meio rural, dos 54 projetos apoiados no âmbito da Medida 10 LEADER, do PDR2020, dez estão localizados na região do Alentejo. Destes, cinco projetos são sobre pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos locais; três dedicam-se a pequenos investimentos nas explorações agrícolas; dois focam-se na diversificação de atividades na exploração; e um é relativo à reabilitação de aldeias. A título de exemplo, o projeto Ecoturismo da Serenada promoveu a ampliação da unidade de turismo rural e modernização da produção vinícola no município Santiago do Cacém, sendo coordenado pela GAL ADL- Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano. Ainda em relação ao contexto rural e interior, a região do Alentejo apresenta uma elevada vulnerabilidade à desertificação e alterações climáticas. Tal problemática induz limitações severas não só à atividade agrícola, mas também a outras atividades económicas, como o turismo, o que conduz a um círculo de vulnerabilidade económica elevada que acelera a migração e o despovoamento. No município de Mértola, a Associação Terra Sintrópica experimenta soluções diferenciadas para este problema cíclico, destacando-se o programa Bolsa Terra, que tem o objetivo de criar uma rede alimentar local através de técnicas agrícolas inovadoras e o apoio a famílias de fora para se fixarem no território, e o Hortas Floresta, que se apresenta como dinamizador de hortas nas escolas com o intuito de fomentar práticas produtivas regenerativas e uma maior ligação entre os futuros consumidores e a produção agroecológica. Destacam-se ainda algumas questões levantadas na sessão de auscultação, como a necessidade das pequenas organizações se conseguirem libertar dos financiamentos tradicionais para trabalhar por objetivos e resultados no contexto do desenvolvimento local. Foi considerado que, só desta forma, será possível experi-

mentar e inovar a partir de pequenas experiências, para depois fazer um scaling up, passando de um nível municipal para um nível regional e nacional. Neste sentido, o caminho mais promissor para a inovação poderá passar por, primeiro, encontrar mecanismos de afirmação e reconhecimento das potencialidades locais e, depois, procurar financiamentos maiores para dar sustentabilidade e escalabilidade às iniciativas. A capacitação dos agentes cívicos será crucial neste processo.

Relativamente aos núcleos locais ligados às redes internacionais, do total de 94 espalhados pelo país, 12 estão localizados na região do Alentejo. A título de exemplo, dos 19 núcleos distribuídos pelo país da rede Transition Towns, três estão localizados nesta região. As Eco-comunidades na Planície - Iniciativas para a Transição do Baixo Alentejo, localizadas em Beja, apresentam-se como grupos informais de cidadãos que desenvolvem atividades com o intuito de agregar outros cidadãos através da participação ativa, procurando melhorar a resiliência ambiental das comunidades.

Ainda sobre iniciativas cívicas de caráter mais espontâneo, foram identificados apenas dois grupos de apoio de vizinhos na rede social Facebook. Um grupo de Santarém, que visa essencialmente a troca de informação sobre assuntos locais, e um grupo de Beja, intitulado Beja merece +, dinamizado por um movimento de cidadãos organizados pela defesa da linha ferroviária do Alentejo, apelando a Intercidades diretos entre Beja-Lisboa-Beja.

*“Laboratório local/para o futuro- transição agroecológica- parceria informal entre diversos atores locais - (novos residentes, vieram de fora) / Necessidade de desprender das candidaturas europeias que não respondem aos problemas e coesão dos territórios / Novos residentes- colaboradores de fora – conjunto de atores que perceberam os problemas sociais que temos / desertificação - fazer algo despreendendo dos financiamentos tradicionais / Crowdfunding - Empoderar para transformar - Desertificação da região - é possível fazer muita coisa inovadora e depois foram buscar financiamentos mais ágeis e que permitem trabalhar por objetivos e resultados- Fazer scaling up de uma iniciativa local para nível regional.”*

**Associação Local**

#### 4.4.3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DA REGIÃO/POR PILAR

<b>PILAR</b>	<b>REGIÃO ALENTEJO</b>
<b>PILAR 1 Política Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitar técnicos dos municípios de forma a incorporarem a inovação social no combate aos desafios da região.</li><li>• Capacitar a comunidade e envolvimento nas dinâmicas de inovação social.</li><li>• Apostar na discriminação positiva (interioridade).</li><li>• Contribuir para a rede de partilha de boas práticas com outras regiões, nomeadamente com a região Centro, devido à partilha de desafios sociais comuns (ex: envelhecimento populacional).</li><li>• Ativar outros municípios (demonstraram uma nova vontade de incorporar a IS nas agendas políticas).</li><li>• Promover as estruturas de governação intermédia como parceiros ativos na dinamização dos diversos atores.</li></ul>
<b>PILAR 2 Projeto de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Incentivar a comunicação dos impactos com respetiva partilha de bons resultados, por exemplo, através da realização de workshops;</li><li>• Incentivar a influência e representação dos empreendedores sociais junto do poder político.</li><li>• Incentivar momentos de reflexão conjunta e partilha de saberes.</li><li>• Capacitação dos empreendedores para que estes consigam que os seus projetos sejam autossustentáveis.</li></ul>
<b>PILAR 3 Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alavancar mais financiamento sobretudo nos territórios de menor dimensão.</li><li>• Possibilitar o financiamento em géneros e não exclusivamente em dinheiro, sobretudo ao nível das empresas/particulares, com o intuito de fazer face aos custos.</li><li>• Incentivar o estado português a divulgar novas fontes de financiamento, uma vez que não deverão ser sempre os mesmos a investirem, apesar do número reduzido de investidores para esta região.</li></ul>
<b>PILAR 4 Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver parcerias com/entre atores locais para fortalecer a rede local existente.</li><li>• Encontrar mecanismos alternativos às candidaturas tradicionais.</li><li>• Descentralizar os recursos dos centros urbanos para o interior.</li><li>• Atrair colaboradores de fora do território com ideias novas.</li><li>• Trabalhar por resultados concretos e não indicadores para financiamento.</li><li>• Encontrar formas de experimentar soluções rápidas para depois expandir pelo território.</li><li>• Capacitar os agentes do desenvolvimento local.</li></ul>

Tabela 19: Recomendações da Região do Alentejo

Fonte: Elaboração Própria

## 4.5. REGIÃO DO ALGARVE

### 4.5.1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A região Algarve representa somente cerca de 5% da população portuguesa, com um total de cerca de 467 mil residentes em 2021 (INE, 2021), registando-se um aumento de 70 mil residentes face ao ano de 2001. Assim, o Algarve e a AML são as únicas regiões estudadas que apresentam um aumento populacional. Nesta região os municípios mais populosos são Loulé, Faro, Portimão e Albufeira, sendo que estes representam cerca de 52% da população do Algarve.

A evolução da população residente relativamente a grandes grupos etários, tal como nas outras regiões, apresenta um aumento preocupante da faixa etária dos 65 ou mais anos (Gráfico 12). No entanto, ao contrário das outras regiões que apresentam uma diminuição constante do grupo 0-14 anos (à exceção da Área Metropolitana de Lisboa), o Algarve apresenta um aumento desta faixa etária, assim como dos 15-64 anos no ano de 2011. Nesta região é ainda de salientar o elevado índice de dependência de jovens.

Os indicadores socioeconómicos da Tabela 21 permitem ter um retrato geral dos problemas sociais da região. Entre estes, destacam-se a criminalidade (com a taxa mais elevada do país), a saúde mental, a taxa de privação material, bem como a pobreza e exclusão social, acompanhadas por elevadas taxas de abstenção e de desemprego. Pelo contrário, há indicadores favoráveis relativamente à educação e nas despesas em questões ambientais.

Em síntese, podemos concluir que enquanto o envelhecimento populacional e a falta de participação são problemas transversais em todas as regiões, nesta região os problemas associados ao desemprego, criminalidade, saúde mental e à pobreza e exclusão social têm uma particular incidência. Os principais problemas encontram-se representados na Figura 32.

Indicadores Populacionais	Portugal		Algarve	
	2001	2020	2001	2020
Índice de Envelhecimento (N.º)	127,6	167,0	149,2	125,3
Índice de Dependência de Idosos (N.º)	28,8	35,0	30,0	35,2
Índice de Dependência de Jovens (N.º)	22,6	20,9	23,6	24,0

Tabela 20: Indicadores Populacionais da região Algarve  
Fonte: INE (2020)

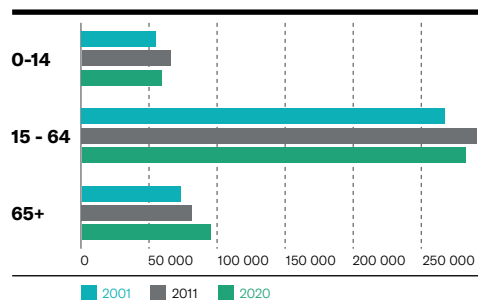


Gráfico 12: Estrutura Etária da região Algarve  
Fonte: INE (2020)

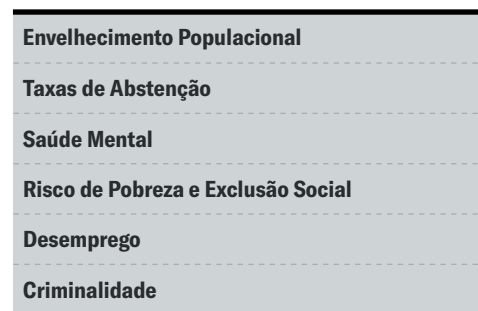


Figura 32: Principais Problemas Sociais do Algarve  
Fonte: Elaboração Própria (a partir dos indicadores do INE, 2021)

Indicadores de Escolaridade		
Taxa de Escolaridade (2020)	Algarve	Nacional
Nível de Ensino Básico	80,0%	77,2%
Nível de Ensino Secundário	57,8%	58,1%
Nível de Ensino Superior	24,4%	28,2%
Taxa de Abandono Precoce	-	8,9%

Indicadores de Condição de Vida		
Indicador	Algarve	Nacional
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20 (N.º) (2020)	5,3%	5,7%
População em Residente de Pobreza ou Exclusão Social (2020)	22,3%	19,8%
Taxa de Privação Material (2020)	19,5%	13,5%
Poder de Compra per capita (2020)	100,8%	100%
Taxa de Criminalidade (2020)	45,4%	29,0%

Indicadores de Saúde Física e Mental		
Indicador	Algarve	Nacional
Número médio de anos potenciais de vida perdidos (2019)	13,3	12,7
Taxa de Mortalidade por Suicídio por 100000 habitantes (2019)	15,3%	9,7%

Tabela 21: Indicadores Socioeconómicos do Algarve  
Fonte: INE, 2021

Indicadores de Participação		
Taxa de Abstenção	Algarve	Nacional
Eleições Presidência da República (2021)	57,9%	60,8%
Eleições Câmaras Municipais (2021)	54,2%	46,4%
Taxa de Abstenção: Eleições Assembleias Municipais (2021)	54,2%	46,4%
Eleições Parlamento Europeu (2019)	73,1%	69,3%

Indicadores de Emprego		
Indicador	Algarve	Nacional
Taxa de Desemprego (2020)	8,4%	7,0%
Taxa de Desemprego de Longa Duração (2020)	-	2,3%
Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior (2020)	6,4%	5,8%

Indicadores Ambientais		
Indicador	Algarve	Nacional
Despesas em Ambiente dos Municípios p/ 1000 Hab. (€/Hab.) (2020)	120,420	70,166

## 4.5.2. ANÁLISE DOS PILARES DO ECOSISTEMA

### PILAR 1- POLÍTICAS PÚBLICAS

*“A Região do Algarve chegou muito tarde à questão de inovação social, mas a resposta foi fantástica”*

**Município**

*“O diálogo com a EMPIS é fundamental”*

**Município**

*“Temos estado preocupados e focados na inovação social - tem dado um apoio a todas as áreas, tem dado respostas”*

**Município**

*“Neste momento focamo-nos mais nos problemas mais graves”*

**Município**

*“O conceito de Inovação Social é estranho por parte das entidades”*

**Empreendedor**

*“Trabalho em rede é um ponto relevante, é fácil contactar com os técnicos, contudo carece a sustentabilidade”*

**Empreendedor**

*“A vontade existe, mas a grande contrapartida tem a ver com a continuidade do projeto”*

**Município**

*“Falta trabalhar soluções de forma sistémica”*

**Empreendedor**

A região do Algarve representa 6% dos projetos financiados pela EMPIS, uma percentagem considerável tendo em conta que a região é constituída por apenas oito municípios. O POAlgarve (Reprogramação COVID-19) dispõe de cerca 7 milhões de euros na rubrica “Inovação Social”, o que é revelador da importância estratégica da inovação social na região. A Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 também sustenta esta prioridade, ao considerar a inovação e o empreendedorismo social como ferramentas imprescindíveis para a capacitação de agentes locais, na resposta aos desafios sociais.

A auscultação aos municípios permitiu perceber que, apesar do tema da inovação social ter surgido mais tardiamente nesta região, o investimento é assinalável e tem produzido resultados positivos. À semelhança do que acontece na região Centro, a distribuição de financiamento em projetos de inovação social é homogénea também no Algarve. No entanto, o envolvimento noutras tipologias de política pública é menor, nomeadamente em políticas direcionadas para a capacitação, prémios e sensibilização da comunidade. Também foi mencionado um desconhecimento por parte das entidades públicas acerca do conceito de inovação social, o que pode estar a dificultar o desenvolvimento de respostas menos tradicionalistas noutras tipologias de política.

Foi referida também a dificuldade em estabelecer contactos e redes sustentáveis, o que afeta negativamente o ecossistema de inovação social da região.

Existe a intenção por parte dos municípios de tornar a inovação social numa prioridade na agenda política, no entanto, ainda há vários entraves associados à falta de capacitação e às próprias dinâmicas do ecossistema nacional que dificultam o desenvolvimento dos projetos.

Existem três sedes de incubadoras no Algarve, no entanto focam-se todas na mesma temática, designadamente no desemprego.

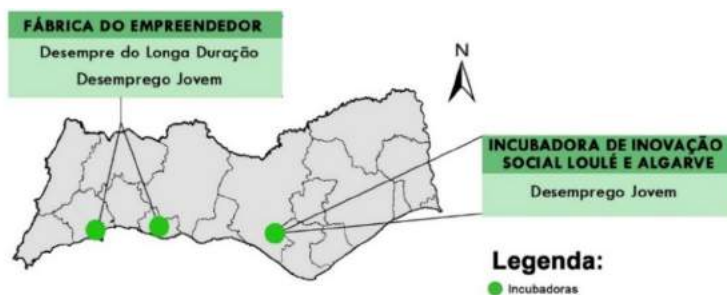


Figura 33: Incubadoras Região Algarve

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da EMPIS

É a única região em que todos os municípios são investidores sociais. Esta homogeneidade e abertura ao tema da inovação social parecem indicar a necessidade de criação de redes de parcerias e a partilha de boas práticas. Na auscultação aos municípios tornou-se clara esta necessidade de partilha, que pode ser otimizada na integração da inovação social nas agendas políticas de cada município. Os municípios também produzem respostas inovadoras que não são financiadas pela PIS. Estas dinâmicas são mais facilmente identificáveis no Norte, Centro e AML, mas também existem na região do Algarve. Alguns exemplos de políticas inovadoras são: Educação Feliz em Casa, que responde a uma forma de permanecer em contacto durante o período de pandemia (Câmara Municipal de Lagoa), e o projeto Integrar, focado na integração na área da deficiência/incapacidade (Câmara Municipal de Albufeira). Ambos são exemplos destas práticas que, embora não sejam diversas, já começam a surgir. Por fim, na auscultação dos agentes foram discutidos vários problemas transversais que afetam negativamente o ecossistema de inovação social português. O primeiro é a ausência de capacitação, tanto da sociedade civil, como dos técnicos e dos empreendedores sociais. Esta falta de capacitação inibe o envolvimento da comunidade nestas dinâmicas, quando é fundamental tornar a comunidade num agente ativo no ecossistema. Existe também um problema de comunicação e uma excessiva burocracia que afeta o acesso aos fundos para o desenvolvimento dos projetos. As principais problemáticas mencionadas foram, nomeadamente a insustentabilidade dos projetos que limitam um desenvolvimento a longo prazo das respostas sociais, bem como uma incapacidade de medir os impactos, o que contribui para essa insustentabilidade. É também sempre mencionada em todas as regiões a necessidade de criar redes e parcerias, tanto entre municípios como com parceiros, investidores e empreendedores, de forma a criar uma rede coerente.

*“A Incubadora Social é, sem dúvida, o motor para acelerar projetos e para apoiar as candidaturas de projetos: as incubadoras são uma boa prática a replicar”*

**Município**



Figura 34: Municípios como Investidores Sociais: Algarve

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da EMPIS

## PILAR 2- PROJETOS DE IS

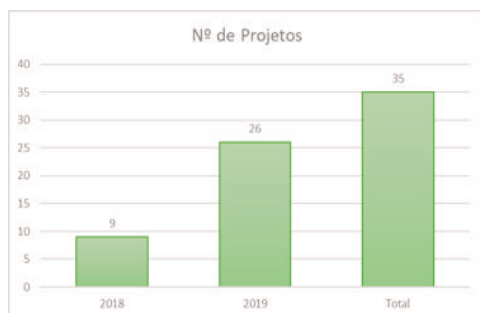


Gráfico 13: N.º de projetos aprovados na região Algarve (2018-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da EMPIS

*“As respostas sociais ligadas à inovação social não têm sido prioridade porque há respostas mais emergentes que devem ser tidas em conta”*

**Empreendedor Social**

*“Existem iniciativas frutíferas ligadas a algumas iniciativas ligadas a associações de desenvolvimento local”.*

**Empreendedor Social**

*“Começa-se a estabelecer uma ligação à Universidade do Algarve, no entanto em projetos pontuais, sobretudo na área do envelhecimento ativo”*

**Empreendedor Social**

*“A população em geral é algo resistente à mudança e novas abordagens”*

**Empreendedor Social**

*“Deparamo-nos com algumas dificuldades a nível interno: a população mais jovem recém-formada vem muito formatada e com falta de espírito empreendedor e de fazer diferente, e com pouca abertura para novas ferramentas de trabalho”*

**Empreendedor Social**

*“Falta-nos trabalhar as soluções de forma sistémica”*

**Empreendedor Social**

*“É necessário trabalhar o conceito de Inovação Social, que é estranho por parte das entidades, e diferenciar da criação de respostas de caridade”*

**Empreendedor Social**

*“A Universidade do Algarve pode ser um veículo fundamental para o reconhecimento do conceito”*

**Empreendedor Social**

A região Algarve é a região do país menos interventiva no que se refere ao volume de projetos de inovação e empreendedorismo, com 35 IIES aprovadas entre os anos de 2018 e 2019 e cerca de 9 milhões de euros investidos (num total de mais de 100 milhões totais - Gráfico 13). Esse volume reduzido de projetos pode ser explicado, por um lado, pela adesão tardia da região comparativamente a outras, mas também devido à dispersão territorial e envelhecimento populacional. No entanto, a região deve tirar partido do facto de ser, a par da AML, um território que apresenta um aumento populacional, bem como uma percentagem significativa de residentes dos 25-64 anos. Ou seja, os projetos de empreendedorismo e inovação social revelam-se de enorme necessidade e utilidade, dado que, num contexto socioeconómico de fragilidade, as dinâmicas de resposta tradicionais não têm sido eficientes, mantendo-se elevados os níveis de pobreza e desemprego (superiores à média nacional).

A distribuição temáticas das IIES nesta região, assemelha-se à das outras, com a Exclusão Social a liderar a resposta aos problemas sociais (45%). Segue-se a Doença, com sete projetos apoiados (20% - Tabela 22).

De todas as regiões do continente, o Algarve é aquela que apresenta respostas sociais de forma mais tradicional, pois apenas possui duas Incubadoras Sociais. A Incubadora de Inovação Social Loulé/ Algarve (IISLA) propõe o desenvolvimento de projetos IS como uma oportunidade para a inclusão sustentada e qualificada no mercado de trabalho de jovens. A Fábrica do Empreendedor tem como missão promover o desenvolvimento local a partir da empregabilidade e do empreendedorismo, potenciando os recursos ativos do território (tecido social, empresarial e organizacional), para que se estabeleça um matching de oportunidades.

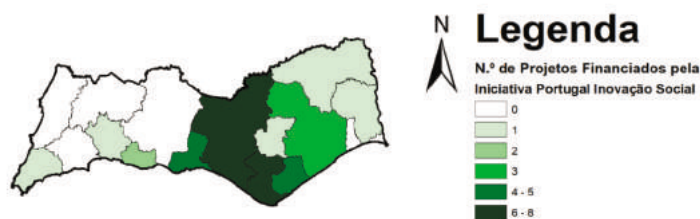


Figura 35: Mapa da distribuição territorial dos projetos apoiados por município  
Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

Problema Social	N.º de Projetos	%	Montante(€)	%
Défice de competências p/cidadania	4	11,43	473 991	5,33
Desemprego	5	14,29	1 971 954	22,16
Doença	7	20,00	1 725 534	19,39
<b>Exclusão social</b>	<b>16</b>	<b>45,71</b>	<b>3 996 402</b>	<b>44,90</b>
Insucesso escolar	3	8,57	732 536	8,23
<b>Total Geral</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>8 900 416</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional</b>	<b>578</b>	<b>100</b>	<b>104 313 107</b>	<b>100</b>
<b>Total Geral Nacional (%)</b>		<b>6</b>		

Tabela 22: Quadro resumo dos problemas sociais na região Algarve (nº IIES e montante (euros))

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS



A distribuição territorial das 35 IIES identificadas é díspar. Há um maior dinamismo no Barlavento Algarvio, sobressaindo Loulé (oito) e Olhão (cinco). A capital do distrito, Faro, também merece destaque, com oito projetos, mas, em contraste, os concelhos de Aljezur, Lagos, Monchique, Silves e Vila Real de Santo António não possuem quaisquer projetos apoiado pela PIS (Figura 35). Relativamente aos destinatários, a Comunidade como um Todo é o principal público-alvo (25% das IIES totais na região). Seguem-se os Idosos e as Crianças e Jovens, com seis projetos cada. É a única região do país sem qualquer IIES ligada ao problema da Incidência Criminal. Na região do Algarve, a grande maioria das entidades responsáveis por promover os projetos apoiados pela EMPIS são associações (85%).

### PILAR 3- INVESTIMENTO

#### Financiamento Total e Público

**Financiamento Total:** O Algarve é a segunda região menos financiada, contando com um valor total de 8,9 milhões de euros.

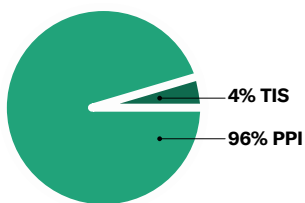
- À semelhança da AML, não dispõe de financiamento CIS.
- PPI é a tipologia mais financiada, com 96% do financiamento total, ou seja, 8,5 milhões de euros, e a TIS, com 362 411,36 euros, retém 4% do financiamento total da região (Gráfico 14).

**Financiamento Público:** Totalizado em 6,3 milhões de euros do financiamento total, de 78,2 milhões de euros (8,1%).

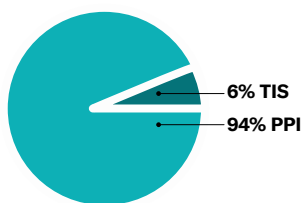
- O financiamento público concentra-se, como nas restantes regiões, maioritariamente na tipologia PPI, contando com 6 milhões de euros (94%), e dispendo apenas para TIS de um valor de 362 411,36 euros (6%) (Gráfico 14).

Gráfico 14: Financiamento Total (FSE e Investidores Sociais) e o FSE da região

**FINANCIAMENTO TOTAL DA REGIÃO ALGARVE, POR TIPOLOGIAS**



**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A REGIÃO ALGARVE, POR TIPOLOGIAS**



#### Algarve em Percentagens

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS – aviso de abertura de candidaturas (2016-2021)

### FINANCIAMENTO DE INVESTIDORES SOCIAIS

- À semelhança da região do Alentejo, salienta-se a ausência de investimento estrangeiro nesta região (Tabela 44 e Tabela 45 em anexo).

*“Estes projetos promovem a coesão social e territorial, sobretudo na inclusão dos idosos”*

**Empreendedor Social**

*“Grandes dificuldades na gestão burocrática, sobretudo nos reembolsos”*

**Empreendedor Social**

*“É importante agir na capacitação dos jovens para a participação cívica e política”.*

**Empreendedor Social**

*“A pandemia atrasou a execução dos projetos”*

**Empreendedor Social**

*“Atuamos numa zona rural, o território é vasto e há muitas diferenças contextuais”*

**Empreendedor Social**

*“As parcerias foram essenciais para nos ajudarem a chegar às pessoas e para divulgar o projeto”*

**Empreendedor Social**

*“Deveríamos arranjar uma metodologia de validação dos projetos, que permita certifiá-los e que provem a melhoria do bem-estar direto na população – temos que provar ao Governo e demonstrar que é importante flexibilizar o financiamento a estas respostas diferenciadoras”.*

**Empreendedor Social**

*“Temos um projeto que conseguiu escalar para outras zonas do país”.*

**Empreendedor Social**

*“É para nós um desafio garantir a sustentabilidade dos projetos a longo prazo”*

**Empreendedor Social**

*“A continuação dos projetos depende dos investidores sociais, por isso necessitamos que os projetos sejam mais financiados”*

**Investidor Social**

*“A grande questão colocada consiste em perceber como dar continuidade aos projetos que já terminaram (organização sociais não têm sustentabilidade financeira)”*

**Investidor Social**

*“Os investidores privados são fundamentais para os projetos sociais, e temos de andar de mão dadas com eles”*

**Empreendedor do Algarve**

*“Os coinvestidores permitiram que fôssemos mais e melhores investidores”*

**Investidor Social**

*“Utilizamos modelos de acompanhamento de monitorização e avaliação – metodologias para prever dificuldades e dar conselhos”*

**Investidor Social**

*“No início não tínhamos uma estrutura montada (reporte e execução financeira, submissão de despesas...)”.*

#### **Empreendedor Social**

*“Flexibilidade da dimensão de financiamento, demorado e complexo;”*

#### **Empreendedor Social**

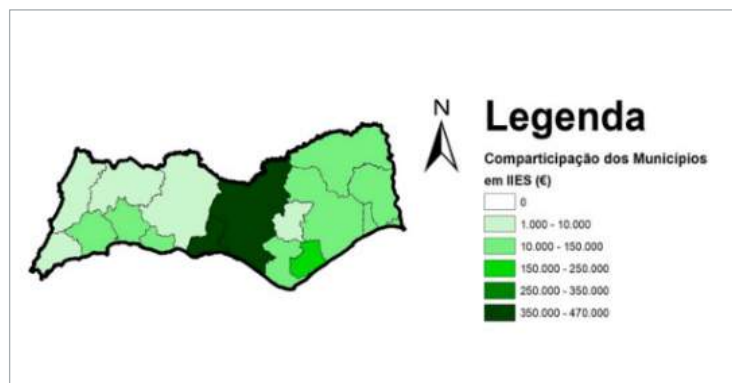
*“Outra dificuldade é a sustentabilidade financeira. A condição de recursos é muito baixa”.*

#### **Empreendedor Social**

- O Município é o maior investidor nesta região, com um valor de 1 718 533,43 euros, correspondente a mais de 50% do financiamento total de 2 923 813,73 euros e com o maior número de investidores - 46 de um total de 96.
- Outras Entidades da Economia Social é a tipologia de investidores que menos financia projetos, contando com apenas um investidor com um valor de apenas 143 euros.

### **Municípios enquanto investidores sociais**

- A região do Algarve possui todos os municípios como investidores sociais, realidade que não se verifica em mais nenhuma região (Figura 36).
- Os municípios que mais investiram em projetos financiados pela EMPIS foram Loulé e Albufeira.



**Figura 36: Municípios enquanto investidores sociais**

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

*“Acompanhamento muito regular/próximo aos projetos. Algumas das dificuldades sentidas foram sobretudo nos reembolsos (maioria IPSS e uma Associação Juvenil) – que forçou o município a intervir (também com a EMPIS) ...muitas vezes o município teve que avançar com o investimento”*

#### **Investidor Social**

*“Não há uniformidade na análise dos orçamentos dos projetos.”*

#### **Investidor Social**

*“Os projetos vieram mostrar novos caminhos de resposta e o município tem intenção de manter algumas das respostas ... Os projetos que terminam os financiamentos são absorvidos pelo município”*

#### **Investidor Social**

*“Os parceiros são muito importantes e o próprio poder local também é um parceiro”*

#### **Empreendedor**

*“É fundamental haver mais interação entre os atores que estão no terreno”*

#### **Município**

*“Em conjunto são maiores do que a soma das partes”*

#### **Município**

- Além disso, e à semelhança das restantes regiões, o problema com maior investimento é a Exclusão Social (com 16 projetos), contando com 1 299 405,13 euros (44,4%) e 25 investidores.
- No entanto, o problema social com maior número de investidores é a Doença, com 46 investidores num total de 96.
- O Défice de Competências para a Cidadania é o problema com menor investimento e número de investidores, nomeadamente 142 197,22 euros (4,9%) e seis investidores de um total de 96.

**Setor privado:** Este setor conta apenas com cinco investidores, que direcionaram 50% do seu investimento total para a Exclusão Social, no valor de 388 621,41 euros. Salienta-se que a Doença é o problema social com maior número de investidores (Empresa Privada), contando com 17 investidores de um total de 31.

**Setor público:** Os Municípios e as Outras Entidades Públicas investiram com maior incidência na Exclusão Social. Isto é, 13 Municípios investiram 802 452,73 euros (46,7%) e, no caso das Outras Entidades Públicas, sete investidores direcionaram um investimento correspondente a 108 330,99 euros (60,9%) para este problema social. No entanto, no que diz respeito à tipologia Município, a Doença é o problema com maior número de investidores, contando com 21 de um total de 46.

**Setor da economia social:** Este setor apenas investe em dois problemas sociais: o Desemprego e a Doença. A tipologia Fundação conta com três investidores, sendo que um deles investiu 233 962,22 euros (93,3%) no Desemprego e os outros dois investiram na Doença um montante de 16 766,525 euros (6,7%). Quanto às Outras Entidades da Economia Social, apenas investiram no problema social referente à Doença, e com um único investidor, no montante exato de 143,00 euros.

#### PILAR 4- DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS

O levantamento de iniciativas cívicas nesta região mostrou que os municípios de Tavira, Portimão, Loulé, Faro e São Brás de Alportel apresentam perfis similares relativamente ao número de iniciativas e organizações cívicas identificadas (Figura 37). Na região do Algarve, também não foi identificado nenhum município com projetos nos três programas públicos analisados. A dinâmica social e cívica será o reflexo do carácter mais tradicional das respostas sociais nesta região. De referir que esta região apresenta o menor número de projetos quer no programa Bairros Saudáveis (7%), quer no programa Cidadãos Ativos (3%). A resposta ao problema da Exclusão Social, identificado como mais urgente na região, também é visível nos projetos do programa Bairros Saudáveis que incidem no eixo “social”.

A análise mais aprofundada do conjunto de iniciativas que emergem do programa Bairros Saudáveis permitiu perceber que o município de Tavira concentra quatro das 17 iniciativas localizadas nesta região, abrangendo principalmente as áreas de intervenção na “saúde” e “social”. Os problemas sociais a que este conjunto de iniciativas tenta dar resposta são: habitação e espaço público deficientes, insegurança alimentar e exclusão social relacionada com o isolamento de idosos. As soluções apresentadas concentram-se na melhoria das condições de habitação e dos espaços públicos, por meio da oferta de serviços básicos ao domicílio a idosos, criação de um espaço intergeracional, instalação de hortas urbanas e a criação de melhores condições para a mobilidade suave. As atividades são direcionadas para públicos específicos, principalmente crianças e idosos. Entre os projetos contemplados, destaca-se o Semente, que abrange as quatro áreas de intervenção (saúde, social, económico e ambiental), coordenado pela Associação In Loco, com o objetivo de combater a insegurança alimentar através da construção colaborativa de hortas urbanas.

O mapeamento dos proponentes e parceiros dos quatro projetos localizados no município de Tavira (Figura 38) permitiu obter algumas pistas sobre a rede local de colaboração. Comparativamente com os municípios analisados nas outras regiões, verifica-se que neste não existem muitas entidades parceiras – o que poderá indicar um número reduzido de organizações e/ou falta de cooperação, revelando um micro ecossistema fragmentado. Apesar disso, o mapeamento dos atores permitiu verificar uma forte cooperação da Câmara Municipal como parceira dos projetos. Por outro lado, a Universidade do Algarve é parceira em apenas um dos projetos. Verificou-se também uma forte ligação a parceiros sediados em Lisboa, o que revela uma rede local dependente de aglomerados urbanos maiores.

*“É fundamental existir uma maior colaboração entre os municípios”*

**Município**

*“A dificuldade foi o estabelecimento destas parcerias, ainda há muita dificuldade em trabalhar em rede”*

**Empreendedor**

*“Ao nível da ação social, tentam colmatar algumas lacunas”*

**Município**

*“É fundamental levar a problemática à sociedade civil e empresários locais”*

**Município**

*“É fulcral garantir a informação dos apoios europeus e, internamente, é importante mais sessões de esclarecimento e de capacitação das pessoas”*

**Município**

*“Há uma falta de flexibilidade da dimensão de financiamento: é demorado e complexo”*

**Empreendedor**

*“Os fundos direcionados para a inovação social devem aumentar, não só para apoiar os projetos, mas também para capacitar e medir os impactos”*

**Município**

*“A grande questão: como dar continuidade aos projetos que já terminaram?”*

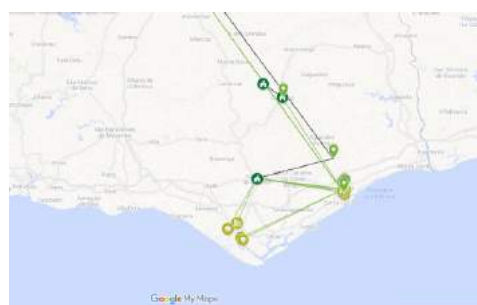
**Município**

*“É fundamental melhorias das sinergias / parcerias”*

**Município**



**Figura 37: Mapa agregado das iniciativas e organizações de inovação cívica na Região do Algarve**  
Fonte: Elaboração própria



**Figura 38: Mapa dos projetos, proponentes e parceiros Bairros Saudáveis em Tavira**  
Fonte: Elaboração própria

*“Encontrar no setor social forma de continuar a fazer inovação social de uma maneira não amarrada ao Estado e procedimento de financiamento com prestação de serviço ao Estado. O setor público está desejoso de fazer inovação, não tem todas as competências e quer contratar pessoas que o saibam fazer / Cuidado - extensão do aparelho do Estado para resolver questões sociais / É bom trazer as empresas para esta área, mas que isso não diminua o papel do Estado.”*

#### **Associação com intervenção a nível nacional**

A associação In Loco, localizada São Brás de Alportel, destaca-se pelas suas atividades na região, sendo uma entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento de base local com vista à melhoria da qualidade de vida nas suas múltiplas dimensões. Os objetivos da entidade são: qualificar e valorizar as pessoas e as organizações; qualificar e valorizar o território de intervenção numa perspetiva de sustentabilidade; promover a cidadania ativa e solidária; incentivar e apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local; e produzir conhecimento de apoio à intervenção. A organização apresenta uma sólida experiência na criação de soluções inovadoras e sustentáveis.

O projeto Lura - Aprender Naturalmente, coordenado por esta associação, apresenta-se como um espaço de educação ambiental para o desenvolvimento de atividades interativas que promovam uma consciência ecológica e sustentável, aliados à aprendizagem e aprofundamento do conhecimento científico. Pretendem também fomentar a relação com a cultura e tradições algarvias ligadas à exploração de recursos ambientais e alimentação, juntamente com o conhecimento da fauna e flora autóctones da região.

Foi registado na sessão de auscultação aos agentes que, por um lado, existe o risco de tornar as organizações do setor como extensões do Estado para resolver problemas sociais e, por outro, é importante trazer as empresas para esta área, sem que isso signifique a substituição do papel do Estado.

Do total de 54 projetos relevantes e replicáveis apoiados no âmbito da Medida 10 LEADER do PDR2020, três estão localizados na região do Algarve e direcionam-se a pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização destes produtos. O projeto coordenado pela GAL Terras do Baixo Guadiana- Associação Terras do Baixo Guadiana, “Melhorar a produção e a transformação dos produtos feitos no Zambujal”, no município de Alcoutim, abrange estas duas tipologias de projetos.

Na sessão de auscultação também foi referida a iniciativa comunitária EQUAL, que abriu amplas possibilidades para os territórios rurais inovarem e criarem soluções realmente úteis para o território. Em relação às iniciativas locais ligadas às redes internacionais, no Algarve concentram-se 40 dos 94 núcleos contabilizados a nível nacional. Dos 29 núcleos da rede internacional Transition Towns espalhados pelo território nacional, cinco estão localizados no Algarve. Um exemplo é a iniciativa “Lagoa em Transição”, com mais de 100 cidadãos envolvidos em grupos de trabalho, que desenvolvem diversas atividades para promover comportamentos mais sustentáveis e saudáveis, como a construção de uma horta comunitária, elaboração de um plano de ação para a poupança energética, criação de um banco de tempo, organização de feiras de trocas e encontros de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Por fim, relativamente às iniciativas mais espontâneas e informais, na região do Algarve foi identificado apenas um grupo de vizinhos ativo na rede social Facebook. O grupo de vizinhos de Albufeira tem cerca de cinco mil membros que trocam informação sobre questões locais.

### 4.5.3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS DA REGIÃO/POR PILAR

<b>PILAR</b>	<b>REGIÃO ALGARVE</b>
<b>PILAR 1 Política Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver outras tipologias de política pública: capacitação, prémios, sensibilização da comunidade.</li><li>• Capacitar técnicos.</li><li>• Criar uma rede de partilha e comunicação entre os municípios, de forma a criar respostas integradas.</li><li>• Escalar os projetos para a política pública.</li></ul>
<b>PILAR 2 Projeto de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criar uma plataforma que facilite o reconhecimento e a comunicação entre projetos - criação de espaços de networking.</li><li>• Reforçar o reconhecimento do conceito e a sensibilização para a diversificação de respostas.</li><li>• Reforçar a ação de mapeamento regional não só de iniciativas, mas também de parceiros e investidores sociais.</li><li>• Simplificar o reporte financeiro das despesas.</li><li>• Reforçar o envolvimento da comunidade em geral na ideação das IIES.</li></ul>
<b>PILAR 3 Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inovar para responder de forma mais eficaz às carências dos empreendedores. Para tal, é necessário garantir a continuidade dos projetos que já terminaram, através de:<ul style="list-style-type: none"><li>• Divulgação dos problemas à sociedade civil e empresários locais, apelando para a responsabilidade social das organizações;</li><li>• Outras linhas de financiamento para além do município;</li><li>• Aumentar os fundos para a Inovação Social e não apoiar unicamente os projetos, mas apostar também na sua capacitação e medição de impacto.</li></ul></li><li>• Sensibilizar as entidades para promoverem os projetos de economia social.</li><li>• Criar um road show de divulgação para investimento.</li><li>• Apostar e divulgar o financiamento internacional e/ou europeu, com o intuito de facilitar o acesso a novas fontes de financiamento, como também no investimento junto às IPSS.</li><li>• Incentivar a marcação de reuniões periódicas com os diferentes atores do ecossistema, com o intuito de perceber as suas dificuldades e, assim, permitir que haja um acompanhamento próximo com a EMPIS.</li></ul>
<b>PILAR 4 Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investir em infraestruturas, mas também em processos de participação cívica.</li><li>• Inserir o tema da inovação social em todos os programas de forma transversal.</li><li>• Promover financiamento específico para os municípios implementarem programas de inovação social nas suas próprias dimensões.</li><li>• Dar oportunidade de financiamento para projetos de diferentes escalas a fim de haver um efeito demonstrador e multiplicador para outros territórios.</li></ul>

Tabela 23: Recomendações da Região do Algarve

Fonte: Elaboração própria



## 5. SWOT E RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL

Uma leitura regional do ecossistema de inovação social não deve prescindir de fazer um esforço de leitura nacional das dinâmicas e uma identificação das suas principais forças e fraquezas. Nesse sentido, apresenta-se a seguinte matriz SWOT.

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Políticas Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente abertura política à inovação social;</li> <li>• Principais instrumentos de política pública com eixos para a inovação social (programas de Governo e acordos-parceria);</li> <li>• Iniciativa pioneira Portugal Inovação Social com instrumentos financeiros, iniciativas de ativação, consolidação e eventos;</li> <li>• Lei de Bases da Economia Social que apoiou a definição e reconhecimento jurídico da economia social;</li> <li>• Conselho Nacional para a Economia Social que acompanha e avalia as estratégias da economia social;</li> <li>• Incubadoras sociais e aceleradoras como forças motrizes de dinamização do ecossistema;</li> <li>• Municípios pioneiros na IS;</li> <li>• Desenvolvimento de Planos de Inovação Social nas Comunidades Intermunicipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de um quadro jurídico associado à inovação, com definições jurídicas de IS e “empresas sociais”;</li> <li>• Confusão entre conceitos de inovação social e de inovação científica e tecnológica nas estratégias nacionais;</li> <li>• Sobrevalorização da inovação tecnológica em detrimento da inovação social;</li> <li>• Falta de monitorização dos instrumentos de política pública;</li> <li>• Regiões, Comunidades Intermunicipais e Municípios muito dispares na produção de políticas públicas de inovação social e no seu reconhecimento;</li> <li>• Falta de instrumentos políticos nas diferentes escalas de atuação;</li> <li>• Instrumentos de financiamento público existentes excessivamente burocráticos, sobretudo para organizações com poucos meios;</li> <li>• Falta de escalabilidade dos projetos para a política pública;</li> <li>• Dificuldade de ligação a outras políticas públicas;</li> <li>• Personalização das políticas públicas (dependência da liderança);</li> <li>• Falta de uma cultura de experimentação.</li> </ul>
<b>Projetos de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quase 600 projetos apoiados pela PIS, a par de um elevado número de candidaturas mesmo sem apoio;</li> <li>• Domínios temáticos que procuram responder a necessidades sociais;</li> <li>• Dimensão dos projetos – alguns projetos ultrapassam a dimensão regional e/ou nacional;</li> <li>• Densificação das relações em rede entre implementadores e investidores sociais;</li> <li>• Forte dinamismo associativo na promoção de projetos de Inovação Social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentração dos projetos nos centros urbanos e na faixa litoral;</li> <li>• Dificuldade em dar-se a conhecer, interna e externamente, o que limita a aproximação de outras organizações ao ecossistema;</li> <li>• Desconhecimento de indicadores de medição de impacto, o que leva à ausência de monitorização e avaliação dos projetos;</li> <li>• Dificuldade de continuidade/ sustentabilidade a vários níveis do projeto após cessação do apoio;</li> <li>• Dificuldade de compreensão dos avisos de candidatura.</li> </ul>
<b>Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiplicidade e diversidade dos investidores sociais e dos montantes envolvidos (35 998 289,74 euros);</li> <li>• Participação conjunta de financiamento público e investidores sociais permite um maior diálogo, soluções e um maior investimento total;</li> <li>• Diferentes motivações dos investidores sociais (responsabilidade social corporativa e valores);</li> <li>• Considerável montante de financiamento montante do financiamento dos projetos de inovação social (114 712 253,09 euros).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assimetrias regionais no financiamento;</li> <li>• Reduzida informação (e dispersão) sobre fontes de financiamento, para além da Portugal Inovação Social;</li> <li>• Investimento regional em inovação social é muito dependente das condições políticas;</li> <li>• Financiamentos dirigidos com maior foco a determinadas temáticas (respostas sociais) e menos a outras (desafios societais);</li> <li>• O investimento social privado tem uma forte concentração territorial longe das zonas do interior do país.</li> </ul>

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Dinâmicas Territoriais e Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de tipos de iniciativas de inovação cívica espalhadas pelo território (modelos organizativos e áreas de intervenção);</li> <li>• Forte capacidade de mobilização social na busca de resolver problemas comunitários;</li> <li>• Existência de redes de iniciativas <i>bottom-up</i> ligadas ao tema da sustentabilidade já bem organizadas, apresentando mapeamentos nas suas plataformas;</li> <li>• Grande parte das organizações são formalizadas em associações, facilitando a captação de recursos e parcerias institucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de capacidade para dar visibilidade aos projetos e seus impactos;</li> <li>• Dificuldades de medir os reais impactos sociais, económicos e ambientais das iniciativas;</li> <li>• Dificuldades de articulação com poderes públicos locais;</li> <li>• Falta de formação técnica para captação de apoios institucionais;</li> <li>• Não apresentam enquadramento exigido pelas instituições para captação dos recursos;</li> <li>• As plataformas existentes não apresentam interação entre si e não são dinâmicas e flexíveis;</li> <li>• Grande parte das iniciativas não apresentam sustentabilidade no tempo e acabam por desaparecer por várias razões (p. ex. falta de apoio institucional ou centralização das atividades em poucas pessoas).</li> </ul>

**Tabela 24: SWOT Nacional**

Fonte: Elaboração Própria

A partir desta leitura, e beneficiando da investigação produzida e dos contributos do processo de auscultação, apresentam-se as seguintes recomendações:

	<b>Recomendações</b>
<b>Ecossistema</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar uma plataforma e um mapeamento dinâmico dos atores da Inovação Social (IS);</li> <li>• Organizar a comunidade de prática da IS, conhecer e criar ligações, estimular a interajuda, empatia e novos desafios; trabalho em rede e associativo a uma só voz;</li> <li>• Apurar o conceito de ecossistema/rede de atores; compreender os serviços sistémicos do ecossistema de IS;</li> <li>• Clarificar a natureza dos pilares da IS (emergentes - inovadores cívicos; resilientes - desenvolvimento local, economia social);</li> <li>• Criar um observatório regional da IS – identificar, monitorizar e avaliar o impacto social, compreender o valor acrescentado e justificar mais apoio público, promover mudança nas organizações, nas pessoas e no território, mobilizar as comunidades para se envolverem nestas práticas e estimular novos investidores sociais;</li> <li>• Replicar ideias bem-sucedidas: «A solução está ali ao lado»; plataforma de partilha orientada de práticas e aprendizagens nos diferentes domínios;</li> <li>• Promover a pedagogia da IS envolver os media na divulgação de práticas exemplares para diferentes públicos; road show da IS; jornal da IS;</li> <li>• Trabalhar as novas gerações da IS: realizar um trabalho nas escolas e universidades – educação para a cidadania, projetos pedagógicos das escolas,...; equacionar concursos de ideias para alunos universitários, numa lógica interdisciplinar e colaborativa, envolvendo a penta-hélix e focada nos desafios sociais;</li> <li>• Sistematizar metodologias, práticas e aprendizagens do ecossistema; os laboratórios de experimentação têm de ser mobilizados para responder aos novos desafios da transição verde, justa e inclusiva, como desenvolvimento sustentável (ODS), crise climática e energética, economia circular, integração migrante;</li> <li>• Mapear as diferentes fontes de financiamento próximas da IS;</li> <li>• Valorizar o capital de proximidade dos atores regionais da PIS;</li> <li>• Criar indicadores de medição do impacto social.</li> </ul>
<b>Políticas Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar os apoios à IS das diferentes fontes; a cultura da inovação social tem de contaminar várias políticas públicas (para além das sociais, as ambientais, territoriais, culturais, económicas);</li> <li>• Promover uma discriminação positiva dos territórios e organizações (interior, zonas de baixa densidade...); organizar uma reflexão sobre os desafios da IS em territórios de baixa densidade;</li> <li>• Compreender a especificidade dos territórios na forma como se concebem e apoiam projetos de IS;</li> <li>• Envolver os municípios nos projetos de IS que financiam para incorporarem as mudanças experimentadas nas suas políticas públicas, na sua organização interna e na relação com os parceiros, empresas, universidades comunidades e cidadãos (penta-hélix);</li> <li>• Planejar de forma estratégica as políticas de inovação social ao nível municipal e intermunicipal (orientações de vários setores);</li> <li>• Aproveitar o momento da transferência de competências para os municípios na área social para introduzir novas práticas; no entanto, estão assoberbados de trabalho, em risco de exaustão;</li> <li>• Produzir um agregador de recursos da comunidade à escala municipal /intermunicipal – edifícios, equipamentos, meios técnicos – para gerar maior eficácia e impacto;</li> </ul>



<b>Recomendações</b>	
<b>Políticas Públicas (cont.)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitar a importância do nível intermunicipal para coordenar a ação e estimular os que não fazem – CIM e AM;</li> <li>• Criar novos espaços de cocriação de ideias – de base comunitária, territorial, à escala do bairro e do problema/desafio;</li> <li>• Articular a figura do mentor territorial/gestor de impacto social.</li> </ul>
<b>Projetos de IS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover encontros regulares dos empreendedores sociais por regiões/temas;</li> <li>• Avaliar o potencial de escalabilidade dos projetos já implementados;</li> <li>• Consubstanciar as práticas que já existem (risco de ir à procura de novas e perder o trabalho realizado – lento, demorado, útil);</li> <li>• Aproximar a relação entre organizações sociais e <i>start-ups</i>;</li> <li>• Tornar os projetos mais horizontais e humanizados – critérios IIES – problema social, resposta diferenciada, impacto social + dimensão colaborativa/horizontal;</li> <li>• Simplificar os processos de prestação de contas e acelerar pagamentos;</li> <li>• Tipificar os modelos de negócio (quais são, como funcionam, como contaminam as organizações);</li> <li>• Melhorar o modelo de <i>governance</i> das organizações (profissionalização) – bloqueio à inovação (avaliar spin-off);</li> <li>• Criar a figura do gestor de impacto.</li> </ul>
<b>Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver os investidores sociais num compromisso pelas causas que apoiam, para além do financiamento; envolver os trabalhadores;</li> <li>• Mostrar os resultados e impacto – explicar a relação com o território e comunidade;</li> <li>• Importância dos prémios promovidos pelos investidores para o conhecimento dos projetos e construção de laços de confiança e construção coletiva, através da mobilização de outros investidores (mais pequenos e próximos) e de sessões de esclarecimento;</li> <li>• Estabelecer uma relação de proximidade ao projeto - Reuniões regulares, relatórios de uma página, visitas e acompanhado auditado;</li> <li>• Promover o envolvimento dos trabalhadores das empresas dos investidores sociais através de ações de voluntariado ou da criação de campanhas de co-doação (1 euro por colaborador/2 ou 3 euros da empresa) por forma a aumentar o compromisso partilhado;</li> <li>• Envolver a EMPIS através de um maior acompanhamento na relação com os investidores sociais, nomeadamente no feedback final dos projetos e na partilha.</li> </ul>
<b>Dinâmicas Territoriais e Cívicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver e responsabilizar a sociedade civil no acompanhamento do funcionamento das organizações – envolver as associações de famílias nas IPSS (tal como as associações de pais);</li> <li>• Desenvolver mecanismos flexíveis para as organizações cívicas experimentarem (com a possibilidade de errarem) ideias novas/soluções rápidas, criando formatos e modelos que possam ser replicados e expandidos pelo território;</li> <li>• Criar condições para a sustentabilidade das iniciativas com o desenvolvimento de colaborações para o longo prazo;</li> <li>• Trabalhar em parceria com as universidades no desenvolvimento de indicadores de medição de impacto das iniciativas;</li> <li>• Inserir o tema da inovação social em todos os programas de forma transversal, de modo a tornar o conceito mais claro;</li> <li>• Criar condições para imersão de novas experiências de inovação social através de regulação top down;</li> <li>• Criar mecanismos de assessoria jurídica para as pequenas organizações;</li> <li>• Continuar a apoiar as experiências de base local com incentivos à respostas mais inovadoras;</li> <li>• Disseminar processos de participação efetiva e não meramente de consulta que permitam a negociação constante, mesmo sem consensos finais;</li> <li>• Consolidar redes existentes, mas também abrir possibilidades de colaboração com atores de fora do território que tragam ideias novas;</li> <li>• Democratizar as metodologias para o desenvolvimento da colaboração, dentro e fora das organizações públicas e privadas;</li> <li>• Criar programas de capacitação em inovação social para quem financia e para quem recebe o financiamento;</li> <li>• Desenvolver mecanismos para aproximar os mais jovens da inovação através de processos menos burocráticos e com possibilidade de experimentar/errar;</li> <li>• Trabalhar com as escolas, criando redes que possam catalisar processos criativos geridos pelos próprios jovens;</li> <li>• Democratizar recursos para os diferentes tipos de organizações, como também descentralizar os recursos, dos centros urbanos para o interior;</li> <li>• Encontrar mecanismos alternativos às candidaturas tradicionais, procurando trabalhar por resultados concretos e não indicadores para financiamento;</li> <li>• Promover financiamento específico para os municípios implementarem programas de inovação social nas suas próprias dimensões.</li> </ul>

Tabela 25: Recomendações Nacionais

Fonte: Elaboração Própria



## 6. SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL

O bom desempenho de um programa ou iniciativa de inovação social depende da capacidade de gerar benefícios tangíveis e intangíveis para o público-alvo a que se destina, bem como para os agentes envolvidos na ação: financiadores, gestores públicos e parceiros/entidades sociais. No processo de auscultação destes diferentes *stakeholders*, promovido no âmbito estudo do Ecossistema da Inovação Social (EIS), em Portugal, foi identificada uma carência de ferramentas e de processos de avaliação do impacto gerado pelas iniciativas de Inovação Social, no âmbito da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS). Constatou-se que, normalmente, o processo de avaliação é realizado de uma forma não especializada pelas próprias organizações, com recurso a ferramentas e métricas não standardizadas, o que impossibilita a medição da extensão total dos impactos das iniciativas, dificultando a continuidade e escalabilidade dos projetos, e, portanto, a sua viabilização ou a possibilidade de se tornem instrumentos de política pública.

Neste sentido, para obter recursos para o desenvolvimento das iniciativas de inovação social, é necessário que estas demonstrem impacto social positivo, e isso depende de ferramentas para a organização/visualização de dados que demonstrem este impacto de forma clara e confiável. Os recursos e a monitorização são dimensões intimamente interligadas na inovação social, por isso devem ser trabalhados em constante relação (Kemp et al, 2007).

A avaliação de inovações sociais é um campo em rápido desenvolvimento como resposta a uma gama cada vez maior de perguntas sobre inovação, os seus resultados e impactos, considerando, também, a diversidade de contextos em que opera e com os quais interage. É essencial desenvolver mecanismos de avaliação e divulgação dos resultados para a mobilização de recursos financeiros, pois ao demonstrar a sua capacidade em cumprir os objetivos institucionais, as organizações estão a aumentar a sua credibilidade junto dos potenciais financiadores, melhorando a sua posição na competição por investimento (Tenório, 1997). De modo semelhante, o esforço desenvolvido pelas organizações envolvidas na divulgação do impacto justifica-se essencialmente pelo efeito que surte nos níveis de legitimidade dos projetos desenvolvidos e na captação de recursos de diferentes financiadores (Silva, 2016). Além disso, a medição do impacto é importante para firmar mais sólidas parcerias entre entidades sem fins lucrativos e instituições governamentais. As organizações públicas precisam do resultado da avaliação para suportar a tomada de decisão quanto à continuidade da parceria (Gianelle et Kleibrink, 2015).

Para o desenvolvimento de um modelo de monitorização, é necessário construir uma metodologia própria que consiga atender aos diferentes interesses envolvidos. As perspetivas dos atores do setor social diferem daquelas dos atores do setor com fins lucrativos, de modo que a adaptação e aplicação de modelos de desempenho usados no setor com fins lucrativos – como medidas de lucro ou produtividade – são potencialmente problemáticas para os atores

do setor social. Para os atores do setor social, o desempenho financeiro é muitas vezes um meio e não um fim da atividade. Os atores do setor social estão focados na missão e, portanto, precisam de medidas baseadas na missão para avaliação de desempenho (Kemp et al, 2017).

No entanto, a investigação sobre esta temática mostra que, até ao momento, o debate em torno da medição dos resultados e impactos da inovação social reflete principalmente a perspetiva estratégica de alocação de capital das finanças do setor privado. Assim, as ferramentas existentes para avaliação do impacto social são principalmente aquelas emprestadas da economia e da contabilidade, não sendo adequadas e direcionadas para as especificidades do campo de atuação (Kemp et al, 2017). Outra questão crítica é a própria natureza da inovação. Como ela acontece num contexto de incerteza, os implementadores muitas vezes visualizam o caminho a seguir testando uma abordagem, abandonando o que parece não funcionar e focando-se no que parece estar a resultar. Poucas abordagens de avaliação são adequadas para apoiar esse tipo de abordagem, de tentativa e erro e, de facto, muitas operam no sentido inverso, obstaculizando-a (Preskill et Beer, 2012).

Por isso, parece ser necessário criar novos métodos ou agregar e adaptar diferentes instrumentos de monitorização já existentes, com o objetivo de responder às preocupações de avaliação dos diferentes *stakeholders* e às necessidades de avaliação que surgem em diferentes fases do processo de um programa ou iniciativa de inovação social. É essencial o desenvolvimento de metodologias que consigam agregar um conjunto de métodos, e valorizar, além dos resultados, a compreensão dos processos e caminhos através dos quais os resultados e impactos são produzidos (Norese et al, 2019). Além de atender aos diferentes interesses e perspetivas, também é necessário que estas metodologias estejam assentes numa visão comum, pautada pela ideia de que os recursos utilizados pelas organizações foram empregues com o objetivo de criar valor para a sociedade (Weber et Rohrer, 2012).

Uma metodologia de monitorização de inovação social deverá:

- Fornecer informações sobre o estado atual;
- Ajudar a tomar medidas corretivas imediatas, se necessário;
- Centrar-se nos *inputs* e *outputs* das iniciativas;
- Incluir momentos regulares de aferição conjunta (reuniões, discussões);
- Utilizar dados geralmente quantitativos;
- Dar respostas relativamente à obtenção de resultados previstos tendo em conta os recursos humanos, orçamento, materiais e e resultados;
- Disponibilizar um relatório regular com atualizações sobre o projeto/programa.

Importa, ao mesmo tempo, compreender que quanto maior a escala, mais complexo se torna um sistema de monitorização, mas que é precisamente ao nível macro que é possível obter melhores *outputs* do processo de mudança. Os indicadores a nível macro

são, geralmente, agregados e de natureza comparativa, e possibilitam obter resultados comparáveis, que atendam às diferentes perspectivas envolvidas: inovadores, organizações sociais, setor privado e sector público (Krlav, Bund & Mildemberger, 2014).

Existe uma variedade de métodos de avaliação de impacto que podem compor um modelo ou arquitetura de um sistema de monitorização específico. Cada um desses métodos foi desenvolvido de acordo com diferentes propósitos, pelo que a escolha do método mais adequado deve ter em conta a finalidade da avaliação, bem como a escala ou o estágio de desenvolvimento da organização/iniciativa em análise (Clark et al, 2004). É possível classificar os métodos existentes de avaliação em quatro grandes categorias (Bernardino et Santos, 2016).

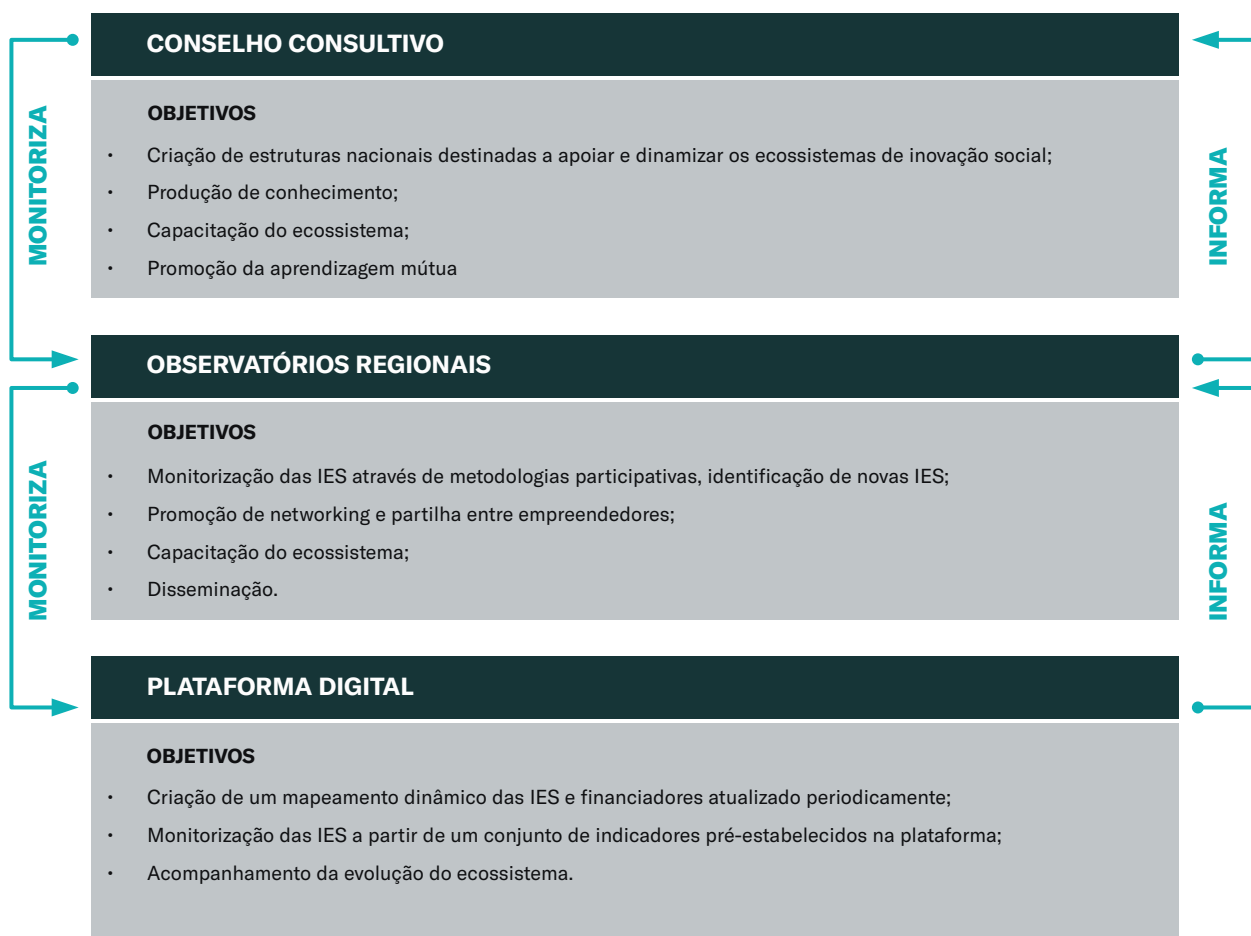
- **Métodos de processo:** Utiliza o planeamento estratégico e o orçamento para promover o alinhamento entre as estratégias da entidade e as ações a desenvolver, através do mapeamento e monitorização de indicadores de análise dos resultados alcançados.
- **Métodos de impacto:** Ferramentas que relacionam *outputs* e *outcomes*; procuram quantificar os resultados obtidos por comparação com a situação em que a organização não desenvolvesse essa(s) atividade(s).
- **Métodos de monetização:** Instrumentos que convertem os resultados ou o impacto obtido em valores monetários, para a compreensão do retorno do investimento social.
- **Métodos de diagnóstico:** Fazem o diagnóstico da intervenção, para orientar o planeamento de ações e projetos sociais, bem como definir parâmetros que auxiliem a comparação futura dos resultados atingidos.

Este documento propõe lançar algumas pistas para a construção de um **Sistema de Monitorização da Inovação Social em Portugal**, para o qual se sugere a seguinte organização:

- **Conselhos consultivos:** Conselho Consultivo é composto por diversas entidades dos setores público, social e privado, que trabalharam em conjunto no sentido de apresentar uma versão renovada da estratégia nacional para a inovação social e investimento de impacto 2022-2030.
- **Observatórios regionais:** instrumento estratégico, de nível regional, destinado a adquirir um conhecimento aprofundado acerca das iniciativas de inovação social e cívica em cada território, detetar oportunidades e a antever necessidades ligadas a este setor, permitindo uma maior eficiência no planeamento e gestão da inovação social.
- **Plataforma online:** Banco de dados dinâmico construído e alimentado de forma fácil e acessível, apresentando uma forma atrativa de demonstração dos projetos, seus dados e impactos, dirigida aos diversos stakeholders envolvidos, políticos, inovadores sociais e cívicos, académicos e financiadores.

Estas três dimensões deverão estar em constante interação, tanto a nível institucional na dinamização dos Conselhos Consultivos, como na alimentação dos Observatórios Regionais, no incentivo à experimentação e troca de experiências entre em empreendedores, tendo como eixo de ligação uma Plataforma flexível que disponibilize as ferramentas necessárias para o maior envolvimento dos *stakeholders* durante todas as etapas dos processos de inovação social implementados.

Assim, o sistema de monitorização terá como objetivo permitir mapear, categorizar, relacionar e apoiar iniciativas de inovação social de forma eficiente, transparente e de controle democraticamente partilhado. Para este fim, será necessário disponibilizar recursos que fomentem métodos de colaboração contínuos, abertos e entre pares para, assim, criar valor público diferenciado. Neste sentido, a arquitetura do sistema de monitorização segue a seguinte lógica:



## 6.1. CONSELHO CONSULTIVO

A criação de um Conselho Consultivo para a conceção do Centro Nacional de Competências para a Inovação Social, surge no âmbito da iniciativa da Comissão Europeia, via Direção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, para promover a criação de Centros Nacionais de Competências para a Inovação Social em cada um dos Estados Membros (EM) até 2023.

Para o efeito, lançou em 2020, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu (FSE+) e pelo EaSI – Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social, um concurso para consórcios transnacionais com o objetivo de criarem, em parceria e com recursos especializados, estas estruturas nacionais destinadas a apoiar e dinamizar os ecossistemas de inovação social.

Em março de 2021 foram aprovados seis consórcios, incluindo 24 países da União Europeia e o Reino Unido.

Portugal está representado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) num desses consórcios, que inclui também a Irlanda, a Bulgária e o Chipre, designado de FUSE – Facilitating United Approaches to Social innovations in Europe.

O trabalho desenvolvido resultará na criação de um Centro Nacional de Competências para a Inovação Social, que desenvolva e apoie a comunidade nacional de inovadores sociais, através de produção de conhecimento, capacitação do ecossistema e promoção de aprendizagem mútua.

Atividades a desenvolver pelo consórcio:

- 5 Observatórios Regionais (Norte | Centro | AML | Alentejo | Algarve)
- Programa de capacitação transnacional;
- Programa de capacitação nacional
- Aldeia da Inovação Social (2.ª edição)
- Pacto para o Impacto (sector privado)
- Academia de Resultados (setor público)
- Guia prático FSE+ (sobre fundos comunitários para apoiar a inovação social)
- Estratégia e plano de ação para apoiar a inovação social (período de 2021-2027)

### EXEMPLO 1: IRLANDA

O centro de competência para a inovação social deve ser “reconhecido como um recurso profissional pelos promotores e partes interessadas da inovação social, academia, organizações locais de desenvolvimento social e económico”.

#### Resultados esperados do Centro Nacional de Competências:

1. É criado um centro de competência para inovação social capaz de realizar os seguintes tipos de atividades:

- Desenhar uma visão abrangente do ecossistema de inovação social sintetizando as visões, necessidades, oportunidades e prioridades das partes interessadas e promotores relevantes da inovação social, a fim de produzir uma estratégia e plano de ação para impulsionar a inovação social no Estado-Membro, nomeadamente no âmbito do FSE +.
- Recolher, validar, mapear e comunicar ferramentas e métodos, abordagens e modelos, práticas e exemplos inspiradores, através dos meios de comunicação social, plataformas da web, conferências e seminários.

- Organização de ações de sensibilização e inspiração para os promotores da inovação social.
- Fornecer orientação, coaching, mentoring e formação na aplicação/adaptação de ferramentas, métodos e práticas adequados aos promotores de inovação social.
- Criar e facilitar redes (temáticas) de promotores de inovação social, académicos e organismos locais para acelerar a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas.
- Facilitar e apoiar o desenvolvimento de (novas formas/novas combinações) de financiamento liderado pela comunidade/controlado pelos cidadãos para impulsionar o desenvolvimento de inovações sociais. Monitorar e avaliar continuamente o apoio público à inovação social e elaborar recomendações para melhorar a capacidade de resposta, eficácia e governança das políticas públicas para a inovação social.
- Fornecer orientação, coaching, mentoring e formação para centros de competência menos experientes, e auxiliá-los na aprendizagem mútua e intercâmbio de boas práticas.
- Partilhar ferramentas e métodos adequados e bem-sucedidos, abordagens e modelos, práticas e exemplos inspiradores com outros centros de competência.

2. Análise dos pontos fortes e fracos em relação à inovação social e identificação de áreas ou abordagens que possam servir de inspiração para outros territórios (áreas/abordagens políticas podem incluir, por exemplo, inclusão social, acesso a serviços, habitação, competências, abordagens sociais para gestão de energia, gestão comunitária de recursos, cuidados centrados na pessoa, extensão e parcerias, etc.)

3. Desenvolvimento de uma estratégia e plano de ação para apoiar a inovação social no país, incluindo apoio no âmbito do FSE+.

4. Um sistema estabelecido para procurar melhorias contínuas e adaptações de ferramentas, metodologias, recursos e práticas para cada centro de competência através da colaboração em rede com os outros centros de competência.

5. Uma coleção de iniciativas de inovação social iniciadas ou ampliadas/replicadas.

Fonte: <https://www.gov.ie/pdf/?file=https://assets.gov.ie/198423/0a3591cd-6615-4c2f-aa45-d36153a3b2d4.pdf#page=null>

No âmbito do Centro Nacional de Competências para a Inovação Social foi criado um Conselho Consultivo, constituído por entidades de reconhecido mérito no ecossistema de inovação e investimento social em Portugal. A coordenação deste Conselho Consultivo é assegurada pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), tendo em conta a sua experiência e papel de liderança em Portugal nesta área temática.

### **Os membros do Conselho Consultivo estarão divididos em três grupos de trabalho:**

**Grupo 1 – Dinamizar a inovação social e o empreendedorismo de impacto:** novos instrumentos de financiamento público na área da inovação social

**Grupo 2 – Acelerar o envolvimento do setor público no investimento de impacto:** contratualização e desenho de serviços com foco em resultados;

**Grupo 3 – Encorajar o setor privado a considerar o impacto social e ambiental nas suas cadeias de valor e áreas de negócio**



## Responsabilidades dos membros do Conselho Consultivo:

- a) Participar nas reuniões plenárias do conselho
- b) Participar nas reuniões do respetivo grupo de trabalho (ou quando convocados no caso das organizações académicas ou jurídicas);
- c) Partilhar a sua experiência e perspetiva relativamente à inovação social em Portugal através das reuniões plenárias, das reuniões do respetivo grupo de trabalho e, pontualmente, em entrevistas individuais;
- d) Contribuir para a conceção do modelo operacional do CNCIS;
- e) Contribuir para a construção da Estratégia Nacional para o Investimento e Inovação Social no período 2021-2030

### EXEMPLO 1: IRLANDA

#### Papel do Grupo Consultivo:

O Grupo Consultivo apoiará o objetivo de reunir as partes interessadas relevantes e aumentar a conscientização sobre o papel do Centro Nacional de Competência para Inovação Social e o potencial do ESF+ para apoiar o setor de inovação social. Em particular, o Conselho Consultivo Nacional fornecerá conselhos e sugestões sobre:

1. O desenvolvimento de uma estratégia e plano de ação para apoiar todo o espectro de atividades de inovação social, desde a idealização e criação até a implementação, dimensionamento e adoção sistémica, focados em atender aos desafios prioritários enfrentados pela sociedade irlandesa.
2. Contribuir para um exercício de Mapeamento Inicial do Ecossistema Nacional de Inovação Social a ser realizado.
3. Aconselhar sobre as várias atividades a serem realizadas para alcançar os resultados descritos na Chamada VP/2020/010.
4. Participar ativamente dos principais eventos e reuniões organizados no âmbito da Chamada VP/2020/010

Fonte: <https://www.gov.ie/pdf/?file=https://assets.gov.ie/198423/0a3591cd-6615-4c2f-aa45-d36153a3b2d4.pdf#page=null>

## RECOMENDAÇÕES:

- (A) Promover ações de sensibilização e inspiração para os empreendedores sociais, bem como uma cultura de experimentação de novas iniciativas;
- (B) Contribuir para o reconhecimento/mapeamento das IIES;
- (C) Participar ativamente nos eventos e reuniões organizados pelos Observatórios Regionais;
- (D) Auxiliar na realização/esboço de linhas de atuação prioritárias dos Observatórios Regionais e/ou IIES;
- (E) Auxiliar no estabelecimento de métricas de monitorização e avaliação de impacto das IIES;

- (F) Auxiliar na garantia de divulgação dos dados relativos ao estado atual do EIS;
- (G) Promover a mobilização e envolvimento do setor público no investimento de impacto;
- (H) Promover a mobilização de investimento privado em IES através da divulgação e de incentivos fiscais.

## 6.2. OBSERVATÓRIOS REGIONAIS

Como referido, o Centro Nacional de Competências para a Inovação Social irá implementar um conjunto de atividades, entre as quais, a criação de cinco observatórios regionais no Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve. Estes observatórios irão surgir como um instrumento estratégico, de nível regional, destinado a detetar oportunidades e a antever necessidades ligadas ao setor da inovação social, tendo em conta as especificidades de cada território. Com estes observatórios, será possível adquirir um conhecimento aprofundado dos impactos da atividade da Inovação Social no território e gerar uma maior eficiência no planeamento e gestão das iniciativas.

É de salientar que os Observatórios Regionais de Inovação Social estão a começar a emergir, e já existe esta tipologia de organismo em Portugal:

### EXEMPLO DO ATLANTIC SOCIAL INNOVATION OBSERVATORY <sup>1</sup> (CIM OF AVE COMO PARCEIRA)

“O Atlantic Social Innovation Observatory consiste num action-think tank e numa ferramenta de monitorização para fornecer conteúdos sobre inovação social através da transferência de conhecimento, divulgação de notícias, relatórios, artigos e informação estatística sobre o Espaço Atlântico e a Europa.”

“O Observatório atuará como um “Farol de Inovação Social”, fornecendo evidências regulares sobre as últimas tendências em inovação social, e sobre a maneira como soluções inovadoras estão sendo desenvolvidas e trazidas para fornecer soluções para necessidades sociais.”

1 - <https://atlanticsociallab.ces.uc.pt/the-observatory/>

Estes observatórios podem vir a desempenhar vários papéis que visam colmatar as lacunas do Ecosistema de Inovação Social em Portugal, entre os quais:

- O défice de informação, tanto por parte dos empreendedores sociais como do próprio setor público;
- A falta de conhecimento entre os promotores de inovação social e os investidores sociais;
- As limitações associadas à mobilização de financiamento privado;
- Complexidade dos processos de candidatura a instrumentos de financiamento;
- A falta de interação e partilha entre os projetos de inovação social existentes;
- A ausência de capacitação dos recursos humanos da Administração Pública na vertente da inovação social;
- A falta de continuidade dos projetos de inovação social.

Estes organismos podem vir a desempenhar um papel fulcral na mitigação destes pontos fracos do ecossistema e na sua dinamização. Para definir os papéis / principais atividades deste observatório é fundamental recorrer a exemplos de observatórios de inovação social já existentes e verificar quais são as suas tipologias de atuação.

## EXEMPLO DO HESIOD - HERITAGE AND SOCIAL INNOVATION OBSERVATORY<sup>2</sup>

### Tipologia de Objetivos:

- **Obter Dados:** “Realizar uma pesquisa básica através de questionários, trabalho de campo e estudos de caso para saber onde, como e quem inova socialmente no campo do património cultural”;
- **Mapeamento e Análise:** “Mover para um mapa online a informação para ter uma ferramenta de análise geográfica. Realizar estudos comparativos entre diferentes casos, regiões ou países”;
- **Construir uma Comunidade de Inovadores:** “Criar uma plataforma online através da qual as iniciativas socialmente inovadoras sejam mais visíveis, possam interligar-se, cooperar, criar *networking* e partilhar experiências”;
- **Divulgar:** “Entrar no debate sobre património cultural e inovação social na sociedade e no mundo académico, através da organização e participação em conferências e reuniões científicas”.

### Tipologia de Atividades:

- “Conceção e implementação de um **inquérito geral fechado** sobre o estado da inovação social às organizações dedicadas à inovação social”;
- “Tratamento de dados e análise de resultados e **seleção de casos específicos socialmente inovadores para um estudo mais detalhado** através de estratégias qualitativas e trabalho de campo”;
- “**Criação de uma plataforma online para partilha** das informações obtidas”;
- “**Organização de workshops e conferências**, como espaço de encontro aberto a administrações, organizações, empreendedores sociais e especialistas para analisar, discutir e partilhar as questões objeto de investigação.”;
- “**Participação em eventos internacionais**”;
- “**Avaliação da utilidade dos resultados**”.

2 - <https://hesiod.eu/en/>

## PWC SOCIAL INNOVATION OBSERVATORY<sup>3</sup>

### Tipologia de Objetivos:

“O observatório prevê a criação de um *dashboard* atualizado em tempo real que analisa tendências e mudanças no comportamento do consumidor e da empresa com impacto no mercado de referência das organizações.”

### Tipologia de Atividades:

- “Atualização de dados em tempo real”;
- “Publicações semanais com comentários de especialistas da PwC”;
- “*Newsletter* mensal para a interpretação dos fenómenos mais relevantes”;
- “Atualização dinâmica através de novas visualizações e dados de interesse das organizações”.

3 - <https://www.pwc.com/it/it/services/social-innovation-observatory.html>

## RECOMENDAÇÕES:

A partir da identificação das lacunas do ecossistema e da identificação destas boas práticas, definiu-se as seguintes tipologias de atividades para os observatórios regionais:

### **A) Monitorização das Iniciativas de Inovação Social e Cívica**

O principal objetivo destes observatórios é o de efetuar um levantamento acerca das iniciativas que já existem no ecossistema de inovação social português e monitorizar a sua atividade e impacto. Os observatórios regionais constituem-se, assim, numa ferramenta chave para a plataforma de mapeamento do Ecossistema de Inovação Social (EIS), em Portugal, que tem como objetivo apresentar um mapeamento dinâmico das iniciativas afetas ao ecossistema e que permitirá a sua monitorização.

Os observatórios identificados anteriormente possuem uma “plataforma online para partilha das informações obtidas” e, neste sentido, esta plataforma seria a principal ferramenta de trabalho deste observatório. Assim, as principais tarefas do laboratório, neste âmbito, serão:

- Auxiliar no correto funcionamento da plataforma digital;
- Intervir em função da informação disponível na plataforma:
  - intervir nos territórios que possuem uma maior ausência de iniciativas de inovação social;
  - continuar a dinamizar os territórios que possuem maior abundância de iniciativas de inovação social;
- Auxiliar na identificação de novas iniciativas que se podem agregar a plataforma;
- Efetuar uma monitorização mais qualitativa dos projetos através de metodologias participativas;
- Auxiliar os projetos ao longo da sua atividade (ex: nas candidaturas a financiamentos, apoios logísticos, etc);
- Capacitar os projetos para a sua continuidade.

### **B) Criação de estratégias/planos/guias de inovação social às escalas regional e municipal**

### **C) Networking e Partilha**

Uma das principais lacunas identificadas, no processo de auscultação dos empreendedores sociais, foi a ausência de uma plataforma de comunicação entre os vários empreendedores e, por vezes, a falta de interação entre os proponentes dos projetos e os financiadores privados. Os observatórios regionais assumem um papel preponderante na criação de redes e na identificação de possíveis financiadores para os projetos. Neste sentido, as principais atividades serão:

- Realizar reuniões mensais entre os dinamizadores de projetos da mesma área de intervenção para partilhar os resultados, identificar dificuldades, promover a interação e partilha de recursos e conhecimentos. Estas reuniões devem recorrer a metodologias participativas diferenciadas e que promovam uma participação ativa dos proponentes dos projetos:

**Grupos Focais** – metodologia que reúne um pequeno grupo de pessoas para discutir um tópico de interesse mútuo a partir de um ambiente moderado e com questões abertas. Esta metodologia foi utilizada ao longo das sessões de auscultação no âmbito do projeto.



**Brainstorming** – “ferramenta de recolha de informação e de intervenção que, através do incentivo à participação de pessoas com suas ideias e propostas, possibilita a geração de alternativas no processo criativo de procura de soluções se problemas”

**Design Thinking** – “um modo de pensar, como uma metodologia de resolução de problemas complexos e de apoio à inovação ou uma ferramenta de pesquisa (...) aborda os problemas de forma holística e que tenta equilibrar pensamento analítico com intuição”

**Storyboard** – “utiliza a disposição de elementos visuais que representam uma narrativa no tempo (...) É construído através de uma sequência de planos (quadrados em branco), que são agrupados numa mesma página e que permite pensar em sequência, numa perspetiva de que uma coisa leva à outra”.

3 - [https://lge.ces.uc.pt/pdf/LGE\\_Kit\\_ferramentas\\_digital.pdf](https://lge.ces.uc.pt/pdf/LGE_Kit_ferramentas_digital.pdf)

- Identificar potenciais financiadores privados, a partir da sondagem das entidades que estão a reconhecer a importância dos setores sociais, e que possuem medidas relacionadas com este tópico, bem como empresas que abordem questões sociais semelhantes às mobilizadas por projetos que necessitem de financiamento, como por exemplo educação, saúde, ambiente, etc.;
- Auxiliar no estabelecimento de uma relação ativa entre os financiadores privados e os proponentes dos projetos, recorrendo ao planeamento de reuniões periódicas entre os mesmos.

### D) Capacitação

Os observatórios devem considerar a componente da capacitação em três níveis: a) para os empreendedores sociais; b) para a comunidade em geral; c) para os trabalhadores da administração pública. Neste sentido, as principais atividades a desempenhar são:

1. Realizar *workshops*, *bootcamps*, ou outras tipologias de iniciativas que visem capacitar a comunidade, empreendedores e trabalhadoras da administração pública.

## EXEMPLOS DE INICIATIVAS DE CAPACITAÇÃO:



### Workshop de Desenho de Projetos



Formador: IRIS  
Especialistas em Inovação Social

## E) Disseminação

A disseminação dos resultados e a produção científica são também uma componente fundamental para os observatórios, podendo inspirar outros para a implementação destas metodologias e práticas. As principais atividades são:

- Publicar uma *Newsletter* trimestral;
- Participar e realizar conferências e reuniões científicas;
- Publicar artigos científicos;
- Publicar guias técnicos.

## EXEMPLOS DE CONTEÚDOS CIENTÍFICOS:

ATLANTIC SOCIAL INNOVATION OBSERVATORY

Atlas of Social Innovation – New Practices for a Better Future

Taste of Home Social Innovation Laboratory

Case study on Social Innovation in Emilia Romagna

Greening Technical VET – Sustainable Training Modules for the European Steel Industry

Research on Social Innovation : Inventory of projects funded under the EU Research Framework Programmes

Old problems, new solutions: Measuring the capacity for social innovation across the world

Understanding Social Innovation as an Innovation Process

Estes laboratórios devem ser constituídos por um conjunto de atores-chave:

- **Universidades** (essencialmente para a produção de relatórios, guias, participação em conferências, criação de novo conhecimento);
- **Incubadoras** (possuem um conhecimento mais alargado acerca do ecossistema);
- **Empreendedores sociais** (necessidade de um critério para selecionar).

É também de salientar a importância destes observatórios possuírem um espaço físico, possibilitando o trabalho colaborativo e a realização das metodologias participativas.



### 6.3. PLATAFORMA ONLINE

As plataformas online tem como objetivo criar uma forma mais atrativa de demonstração dos projetos e seu impacto, altamente atrativo para os públicos-alvo, principalmente para políticos, inovadores sociais e empreendedores, acadêmicos.

Estas plataformas são compostas por estruturas de dados online, importados de bases de dados das entidades que suportam institucionalmente e/ou financeiramente os projetos, ou pelas próprias entidades proponentes, com base nos campos de investigação definidos como estratégicos, tais como: informações sobre entidades proponentes das iniciativas, parceiros e investidores/financiadores bem como valores de financiamento. Podem e devem contar ainda com informação sobre o funcionamento e propósito do projeto ou atividade.

Este tipo de recolha possibilita o mapeamento da informação em tabelas e mapas, que traduzam os resultados e suas correlações, tais como: mapeamento de redes de relações; o mapeamento georreferenciado; as representações de grandezas (Dashboard)

Atualmente, já existe uma variedade de plataformas online que visam demonstrar a dispersão geográfica de projetos de inovação social e dos seus devidos empreendedores sociais. Estes mapeamentos são, normalmente, acompanhados por um conjunto de filtros que visam fornecer mais informação acerca de cada um destes elementos.

#### A) EXEMPLOS DE PLATAFORMAS ONLINE

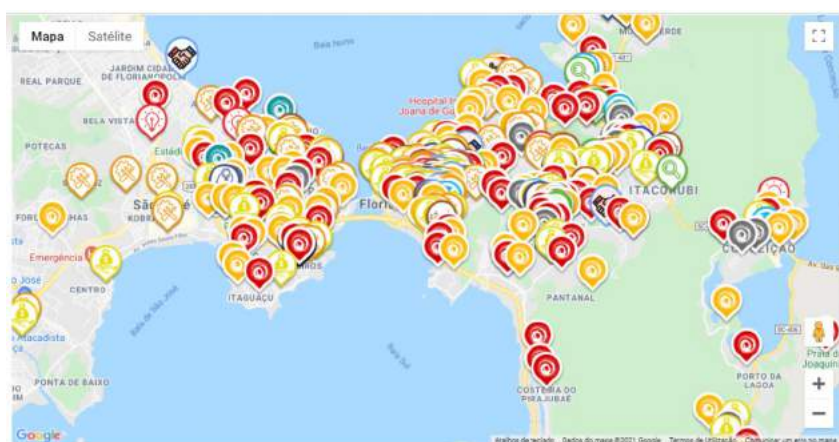
##### Exemplo 1: Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) – 2017

Esta plataforma foi criada com o objetivo de dar visibilidade à rede de inovação e empreendedorismo social de Florianópolis e apresenta quatro escalas de análise: a cartografia do ecossistema de inovação social; a inscrição territorial e institucional do ecossistema de inovação social; a etnografia em áreas públicas e experiências e, por fim, o inter-relacionamento entre cada uma destas escalas.

Neste caso, os projetos e os empreendedores podem têm a possibilidade de fazerem parte deste mapeamento a partir da resposta a um inquérito. O inquérito encontra-se dividido em quatro etapas (no caso de uma organização: Introdução; Atividades e Público; Iniciativas, Apoiantes e Parcerias; Metodologias e Tecnologias; no caso de uma iniciativa: Introdução; Causa e Público; Incidência, Problemas e Soluções; Parceiros e Financiadores).

O mapeamento adota a seguinte configuração:

Cada icon representa o tipo de iniciativa ou o tipo de apoio. As informações consultáveis em cada projeto neste mapeamento são: o tipo de iniciativa; o estado atual (mapeada, acompanhada ou observada); as atividades desenvolvidas; a localização; os contactos; o público-alvo e o tipo de apoio que recebe.

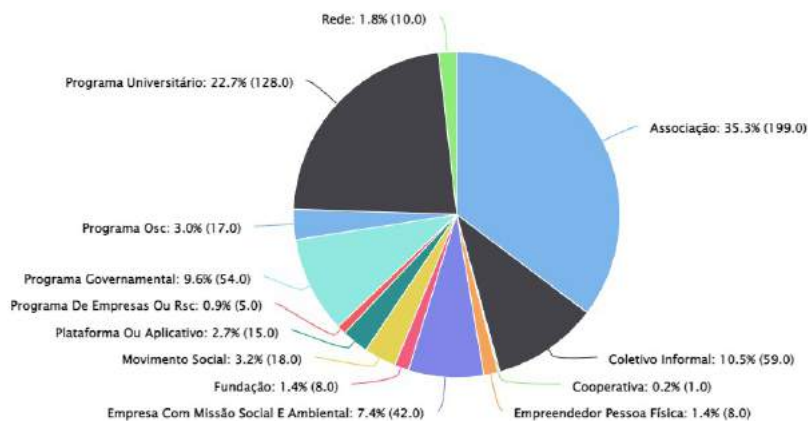


Fonte: <https://www.observafloripa.com.br/is-home>

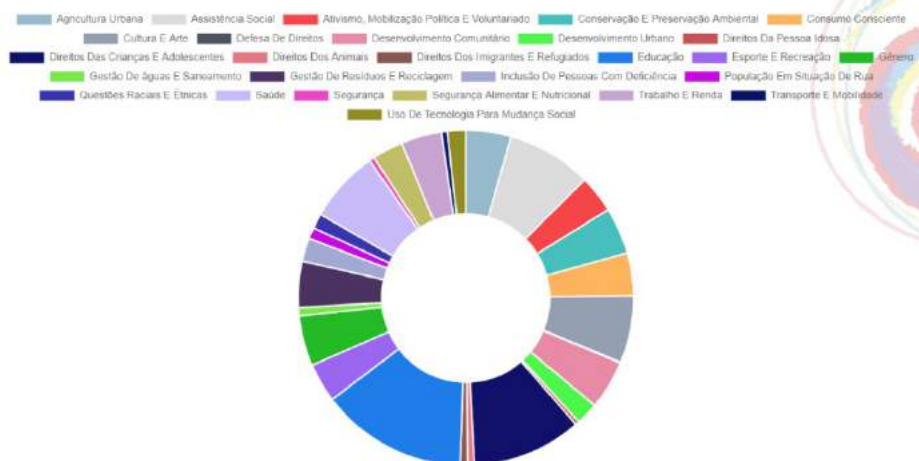
## EXEMPLO 1: OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS (OBISF) – 2017

Este mapeamento apresenta também um conjunto de gráficos que visam caracterizar o ecossistema como um todo. Seguem-se alguns exemplos:

TIPO DA INICIATIVA Nº de iniciativas por tipo



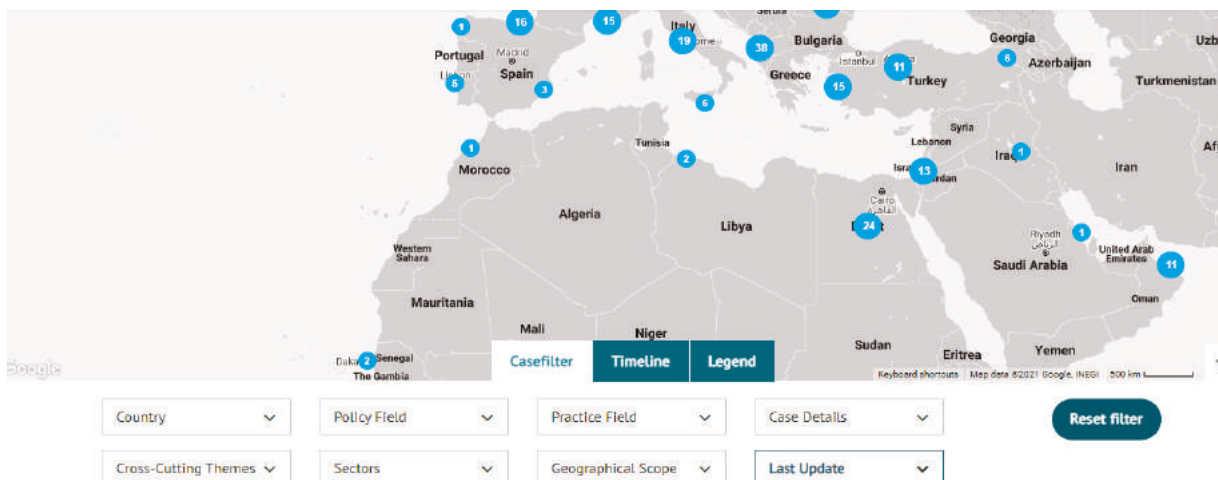
CAUSA Nº de iniciativas por causa que atua



Fonte: <https://www.observafloripa.com.br/chart>

## EXEMPLO 2: ATLAS OF SOCIAL INNOVATION - 2017

Este projeto, para além de focar-se numa vertente mais teórica, também contribuiu para a criação de um mapa a nível mundial com a seguinte configuração:



Neste mapeamento, é possível consultar, para cada projeto: o país; o campo de política pública; detalhes acerca do projeto, temas transversais, setores de atuação e quando é que foi efetuada uma última atualização acerca da informação do projeto.

Fonte: <https://www.socialinnovationatlas.net/map>

## EXEMPLO 3: TRANSFORMATIVE SOCIAL INNOVATION THEORY – PROJETO TRANSIT

Este mapeamento possui informação sobre os Projeto - Deliverables com descrição do projeto; representantes dos projetos e contactos; visão e missão; parceiros; recursos-> inputs para mapeamento georreferenciado-> inspirações. Um repositório sobre inovação social transformadora: Fontes Académicas e Profissionais;/ Videos sobre inovação social; Eventos (usando uma linha do tempo). Será possível utilizar os "filtros": a) dos atores do sistema; b) de governação; c) aprendizagem social; d) financiamento; e) monitorização

Social innovation initiatives on the map

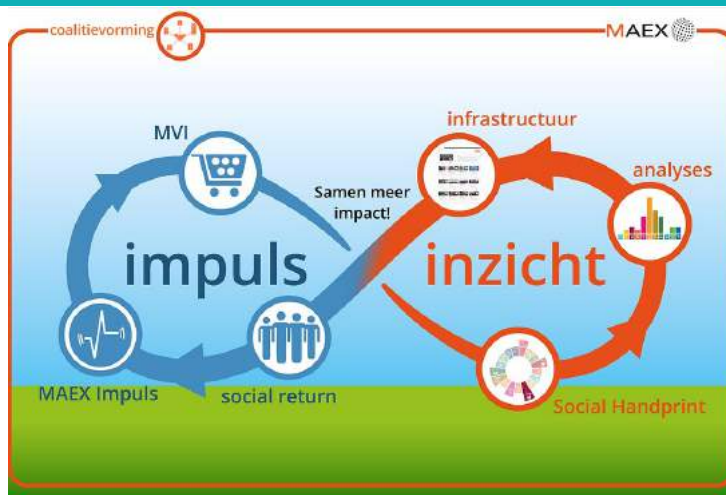


Fonte: <http://www.transitsocialinnovation.eu/content/original/TRANSIT%20outputs/113%20TRANSIT%20D6.2%20Launch%20web-based%20resource%20hub.pdf>

## EXEMPLO 4: MAEX NA HOLANDA

Na Holanda, uma plataforma para empreendimento social e iniciativa cidadã chamada “Kracht in NL” criou um sistema métrico para impacto social chamado MAEX. O MAEX consiste em 8 elementos que são pontuados numa escala de 0 a 10 (a pontuação mais alta): uso inteligente dos recursos existentes; autoconfiança; coesão social; cooperação para um ambiente melhor; segurança (social); apoio de sustento; lazer; educação/desenvolvimento. A pontuação é feita pelas próprias iniciativas e reflete sua própria avaliação subjetiva de impacto. O MAEX torna visíveis as iniciativas que ocorrem em toda a Holanda (1091 no total), sinalizando quais os impactos sociais estão a ser criados e quais recursos de que precisam (conhecimentos específicos, dinheiro, materiais etc.). Para os interessados (voluntários, governo local, empresas) oferece um portal de participação. Para governo e investigadores, oferece dados sobre IEs com informações sobre a natureza das atividades, tipos de impacto social que estão sendo criados, quantidade média de tempo de voluntariado por semana.

Fonte: <https://www.indema.eu/kracht-in-nl>



Embora estas plataformas sejam inspiradoras, verifica-se uma ausência de uma representação de uma rede de relações, algo que é característico de um ecossistema. Considerou-se fundamental encontrar exemplos que representem estas relações, e identificou-se o seguinte exemplo:

## EXEMPLO 5: TORINO SOCIAL IMPACT: A TECHNOLOGY-DRIVEN SOCIAL INNOVATION ECOSYSTEM (ITALY)

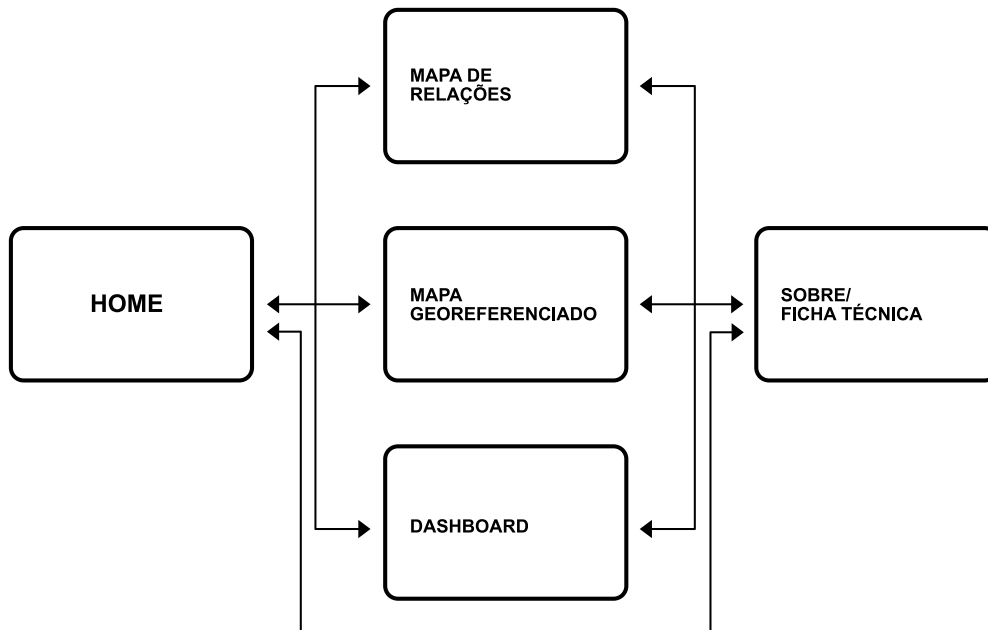
O Torino Social Impact é uma plataforma que traduz o ecossistema de inovação social, assente na tecnologia, projetado para enfrentar desafios sociais. Reúne mais de cem empresas, instituições, operadores financeiros, universidades, instituições de caridade, fundações e empresas sociais na cidade de Turim, Itália. A missão do Torino Social Impact é fortalecer o sistema económico local da cidade de Turim, fomentando a inovação e soluções empresariais perseguindo metas económicas com objetivos de impacto social, resolvendo “desafios societais”.



Fonte: <https://kumu.io/Torinosocialimpact/torino-social-impact>

## B) A PLATAFORMA: FUNCIONALIDADES E TIPOLOGIAS DE REPRESENTAÇÃO

Tendo estas boas práticas em conta, pretende-se que a plataforma possua os seguintes elementos com a seguinte configuração:

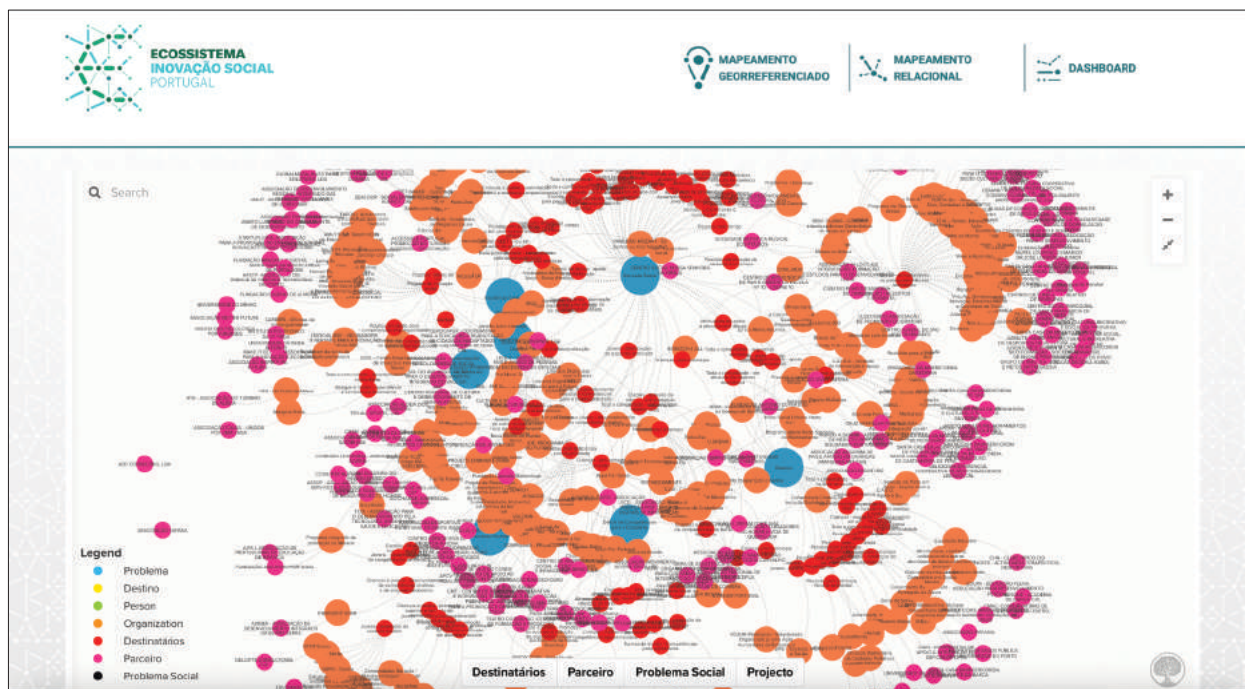


Homepage da plataforma

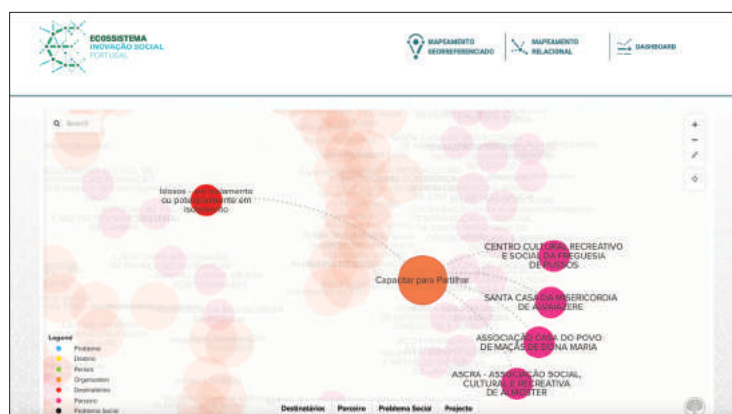
## B.1) Mapa de Relações

O objetivo deste mapeamento é o de fornecer balizas conceptuais conjuntas para auxiliar os utilizadores da plataforma a explorar no espaço de colaboração. Para este mapeamento foram consideradas as seguintes representações a desenvolver:

- Problema Social > destinatários > projeto(s) > parceiros
- Perfil de entidade > Entidades > Problema Social > projetos > parceiros
- Tipologia de operação (financiamento) > Problema Social > projetos > parceiros



Vista das relações do ecossistema (Problema > Destinatário > Projeto > Parceiro).

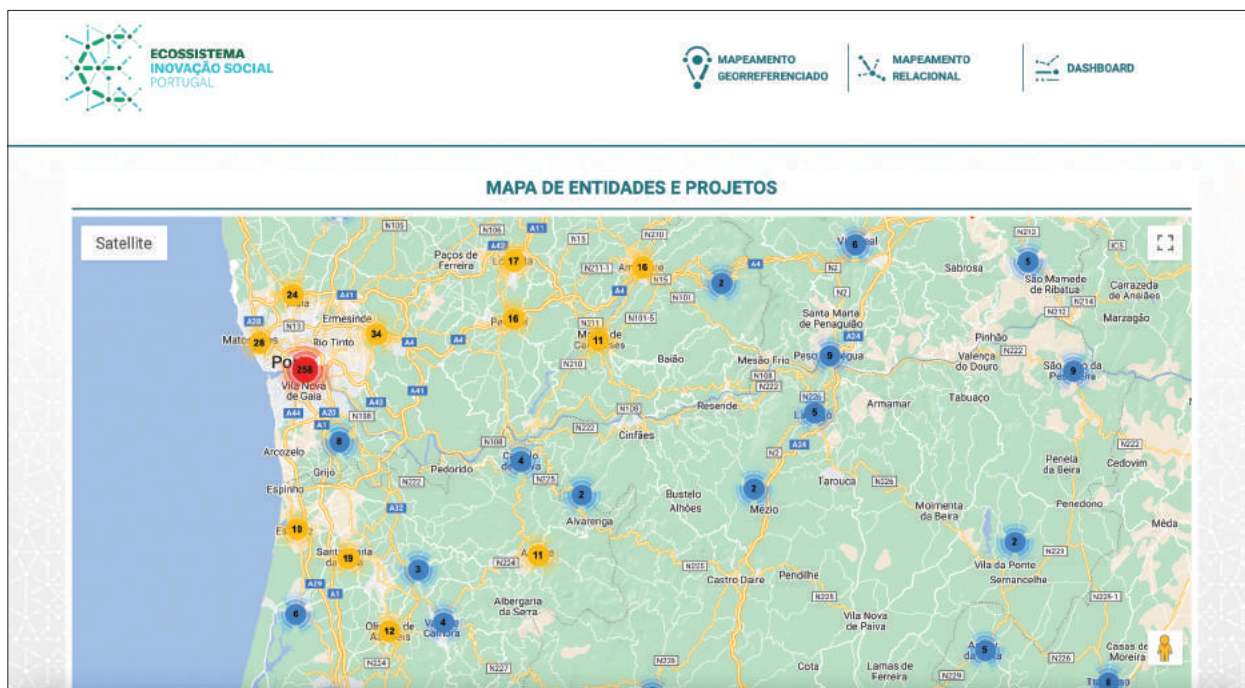


Consulta de relações de um projecto (Capacitar para Partilhar) no ecossistema (Destinatário > Projeto > Parceiros).

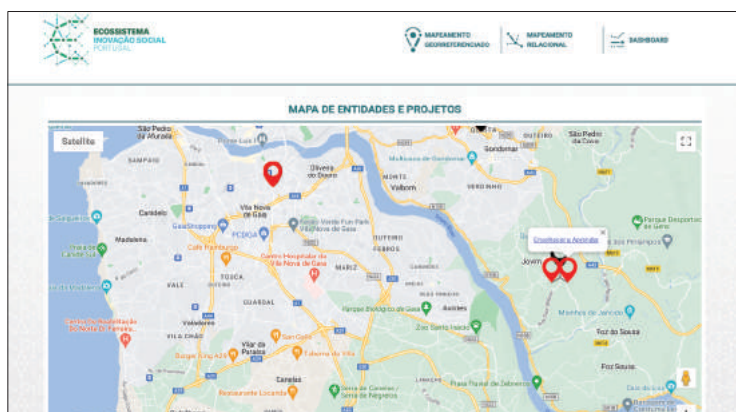
## B.2) Mapa Georreferenciado

O mapeamento georreferenciado vai permitir verificar o posicionamento geográfico dos atores dentro do ecossistema de inovação social. Para este mapeamento, consideraram-se duas opções:

- Representação apenas por dispersão geográfica: mapeamento da localização dos projetos e das entidades (**EXEMPLO A**);
- Representação de quantidades (**EXEMPLO B**):
  - Financiamento total por região NUTS II > distrito > concelho
  - Número de projetos por região NUTS II > distrito > concelho (em cada nível mostrar o nº de projetos por: Problema Social > Área de intervenção > projeto > parceiros)



Dispersão geográfica de Projetos e Entidades dos ecossistema.

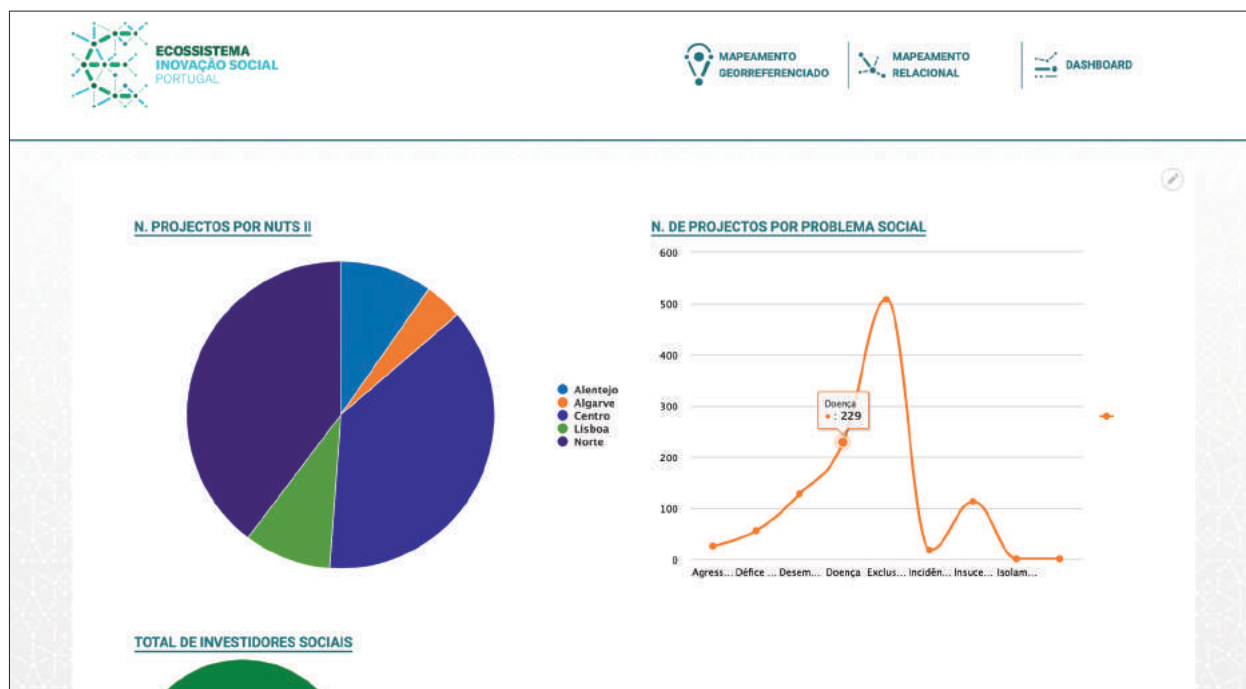


Seleção de Projeto (Envelhecer a Aprender)

### B.3) Dashboard

À semelhança do que acontece no caso de Florianópolis, este mapeamento pretende capturar uma fotografia do ecossistema a partir de dados mais gerais (**EXEMPLO C**). Para esta representação, considerou-se representar os seguintes elementos:

- **projetos:**
  - nº total e filtros:
  - nº projetos por problema social
  - nº projetos por região NUTS II > distrito > concelho
  - perfil de entidade
- **investidores:**
  - total
  - investidores por problema social
  - investidores por região NUTS II > distrito > concelho



Exemplo de consulta ao Dashboard (Nº de projetos por Problema Social > Doença)



## RECOMENDAÇÕES:

- (A) A plataforma deve possuir informação sobre a visão e missão; parceiros; recursos e estado de desenvolvimento dos projetos;
- (B) Os dados a serem importados para a plataforma de inovação social devem estar codificados nas mesmas unidades de medida;
- (C) O mapa georreferenciado, relacional, deve permitir obter dados mais concretos das relações entre parceiros, investidores e proponentes, otimizando a identificação e caracterização do “perfil do ecossistema”, por exemplo: projetos>parceiros>investidores
- (D) A plataforma deve ser autossustentada, isto é, devem ser criados mecanismos de atualização dos dados, pelas entidades proponentes e/ou pelas instituições que suportam econômica e institucionalmente os projetos e iniciativas, para garantir a “fotografia” do EIS em “tempo real” e a maturidade e progresso do mesmo.
- (E) Poderá ser útil uma imagem única do ecossistema de IS, por setor de ação, isto é, através do mapeamento georreferenciado, poder-se visualizar as áreas temáticas dos projetos em geral. Tal daria uma imagem dos clusters de interesse de ação e/ou necessidade sociais, de cada região.
- (F) A avaliação do desempenho inovador dos projetos e/ou avaliação da capacidade de inovação das organizações pode ser medida através de indicadores de: Relevância - verifica em que medida o propósito do projeto permanece consistente com as necessidades dos beneficiários, tendo em vista potenciais mudanças face à respostas tradicionais; Eficácia - verifica em que medida os resultados esperados avançaram ou foram alcançados contribuindo para o propósito do projeto; • Eficiência - mede a utilização de recursos na implementação das atividades ou ações; Impacto - mede os efeitos alcançados a longo prazo. É o objetivo final para o qual o projeto contribui; Sustentabilidade - refere-se à continuidade das iniciativas ao longo do tempo, após a conclusão de um projeto. Está relacionada ao desenvolvimento de capacidades, recursos e à apropriação das atividades do projeto pela comunidade.



## 7. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, F., & Santos, F. (2016). Portugal inovação social: na encruzilhada dos tempos. *Cooperativismo e Economia Social*, 39(39), 443–462.
- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista De Administração Pública*, 54(1), 181–200. Retrieved from <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81093>
- Azevedo, C. & Martins, M. (nd) A barreira Invisível – o que une a Madre Teresa de Calcutá, o Steve Jobs e o Obama?, 208 – 210.
- BEPA (2010) Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union. Luxembourg: Publications Office of the European Union
- Berzin, S., Pitt-Catsouphes, M., & Peterson, C. (2014). Role of State-Level Governments in Fostering Social Innovation. *Journal of Policy Practice*, 13, 135–155. <https://doi.org/10.1080/15588742.2014.901205>
- Bloom P. & Dees J. (2008) Cultivate your ecosystem. *Stanford Social Innovation Review*, 47- 53
- Bock, B. (2012). “Rural Marginalisation and the Role of Social Innovation; A Turn Towards Nexogenous Development and Rural Reconnection.” *Sociologia Ruralis* 56(4), 552–73.
- Bouchard, M. (Ed.) (2013). Innovation and the Social Economy. The Québec Experience. Toronto: University of Toronto Press
- Bridge, S.; Murtagh, L., & O’Neill, K. (2009). Understanding the social economy and the third sector. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Burgos, A. L., & Bocco, G. (2020). Contribuciones a una teoría de la innovación rural. *Cuadernos de Economía*, 39(79), 219–247. <https://doi.org/10.15446/cuad.econ.v39n79.74459>
- Carayannis, E. G., Grigoroudis, E., Campbell, D. F. J., Meissner, D., & Stamati, D. (2017). The ecosystem as helix: an exploratory theory-building study of regional co-opetitive entrepreneurial ecosystems as Quadruple/Quintuple Helix Innovation Models. *R&D Management*, 48(1), 148–162. Portico. <https://doi.org/10.1111/radm.12300>
- CCDR-A (2014). Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 - Reprogramação COVID-19. 7.1, 1-536. Disponível em <http://www.alentejo.portugal2020.pt/>
- CCDR-A (2020). Estratégia Regional do Alentejo 2030. 3-60. Disponível em <http://www.alentejo.portugal2020.pt/index.php/8-noticias/674-estrategia-regional-do-alentejo-2030>
- CCDR-ALG (2014). Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020 - Reprogramação COVID-19. 6.1, 1-439. Disponível em <https://algarve2020.pt/>
- CCDR-ALG (2020). Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento Regional. 10-203. Disponível em <https://www.ccdr-alg.pt/site/info/algarve-2030>
- CCDR-C (2014). Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 - Reprogramação COVID-19. 9, 1-519. Disponível em <http://www.centro.portugal2020.pt/>
- CCDR-C (2020). Visão Estratégica para a Região Centro 2030. 1-34. Disponível em: [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3326:visao-estrategica-para-a-regiao-centro-2030&catid=8&Itemid=40](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3326:visao-estrategica-para-a-regiao-centro-2030&catid=8&Itemid=40)

- CCDR-LVT (2014). Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 - Reprogramação COVID-19. 6, 1-430. Disponível em <https://lisboa.portugal2020.pt/>
- CCDR-LVT; Área Metropolitana de Lisboa (2020). Estratégia Regional de Lisboa AML - Lisboa 2030. 2-119. Disponível em: <https://www.aml.pt/index.php>
- CCDR-N (2014). Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 - Reprogramação COVID-19. 7, 1-478. Disponível em <https://www.norte2020.pt/>
- CCDR-N (2020). Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia. 14-204. Disponível em: <https://www.ccdr-n.pt/pagina/norte2030>
- Cloutier, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? Cahier du CRISES, Collection Études théoriques – no ET0313. Québec : CRISES
- Comissão Europeia & Direção-Geral da Política Regional e Urbana. (2013). Guide to social innovation, *Publications Office*, <https://data.europa.eu/doi/10.2776/72046>
- Comissão Europeia (2017), Directorate-General for Research and Innovation, Addarii, F., Lipparini, F., Vision and trends of social innovation for Europe, *Publications Office*, <https://data.europa.eu/doi/10.2777/08700>
- Europe, S. I. (2012). Financing Social Impact Funding social innovation in Europe – mapping the way forward About the Social Innovation Europe Initiative. <https://doi.org/10.2769/31019>
- Evers, A. (1995). Part of the welfare mix : the third sector as an intermediate area. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 6(2), 119-139.
- Gatica, S., Soto, W., y Vela, D. (2015). Ecosistemas de Innovación Social: el caso de las Universidades Latinoamericanas. Santiago, Chile
- Gordon, A., Becerra, D. & Fressoli, M. (2017). Potentialities and Constraints in the Relation between Social Innovation and Public Policies: Some Lessons from South America. *Ecology and Society* 22(4).
- Hulgård, L. and S. Ferreira (2019), 'Social Innovation and Public Policy', in J. Howaldt, C. Kaletka, A. Schröder and M. Zirngiebl (eds.), *Atlas of Social Innovation*, Vol 2: A World of New Practices, Munich: Oekom Verlag, pp. 26-29.
- Manzini, E. (2014). *Design, When Everybody Designs*. Cambridge, Massachusetts. MIT Press.
- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A. & Hamdouch, A. (ed.), (2013). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing
- Mourato, J. & Bussler, A. (2019). Community-based initiatives and the politicalization gap in socio-ecological transitions: lessons from Portugal. *Environmental Innovation and Societal Transitions Journal*. 33, 268-281. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210422418302983>
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali R. & Sanders, B. (2007). Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated in *Working Paper, Oxford Said Business School*, 1-52
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2017). *The open book of social innovation* 10 (12).
- OECD (2021), "Building local ecosystems for social innovation: A methodolo-

gical framework", *OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers*, No. 2021/06, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/bef867cd-en>

OECD. (2016). *Policy Brief on Scaling the Impact of Social Enterprises Policies for social entrepreneurship*. <https://doi.org/10.2767/45737>

Phills JA, Deiglmeier K & Miller DT (2008) Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34-43

Pinto, H., Ferreira, S., & Guerreiro, J. A. (2021). The emergence of a Social Innovation Ecosystem in Portugal: An exploratory approach based on the perspective of strategic stakeholders. *European Public & Social Innovation Review*, 6(2), 15-34. Retrieved from <https://pub.sinnergiak.org/esir/article/view/154>

Pinto, H., Nogueira, C., Guerreiro, J. A., & Sampaio, F. (2021). Social Innovation and the Role of the State: Learning from the Portuguese Experience on Multi-Level Interactions. *World*, 2(1), 62-80. <https://doi.org/10.3390/world2010005>

Pol, E., & Ville, S. (2009). Social innovation: Buzz word or enduring term? *The Journal of Socio-Economics*, 38(6), 878-885. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>

Santos, Boaventura de Sousa and Nunes & Arriscado, J. (2004). Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal, *South European Society and Politics*, 1-15. <http://dx.doi.org/10.1080/1360874042000253465>

Santos, F. (2012) A Positive Theory of Social Entrepreneurship. *Journal of Business Ethics* 111(3), 335-351

Seixas, J. & Mota, J. (2021). Dialogues, tensions and expectations between urban civic movements and city administration. Lessons for urban politics evolution from two recent participatory processes in Portugal. *The Evolving Scholar. IFoU 14th Edition*. DOI:10.24404/616ca02036561a00099446b7

Tricarico, L., Vidovich, L. & Billi, A. (2021). "Situating Social Innovation in Territorial Development: A Reflection from the Italian Context." *Smart Innovation, Systems and Technologies* 178 SIST(September) 939-52.

Young, R. (2006). For what it is worth: Social value and the future of social entrepreneurship. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change*, 56-73 Oxford: Oxford University Press

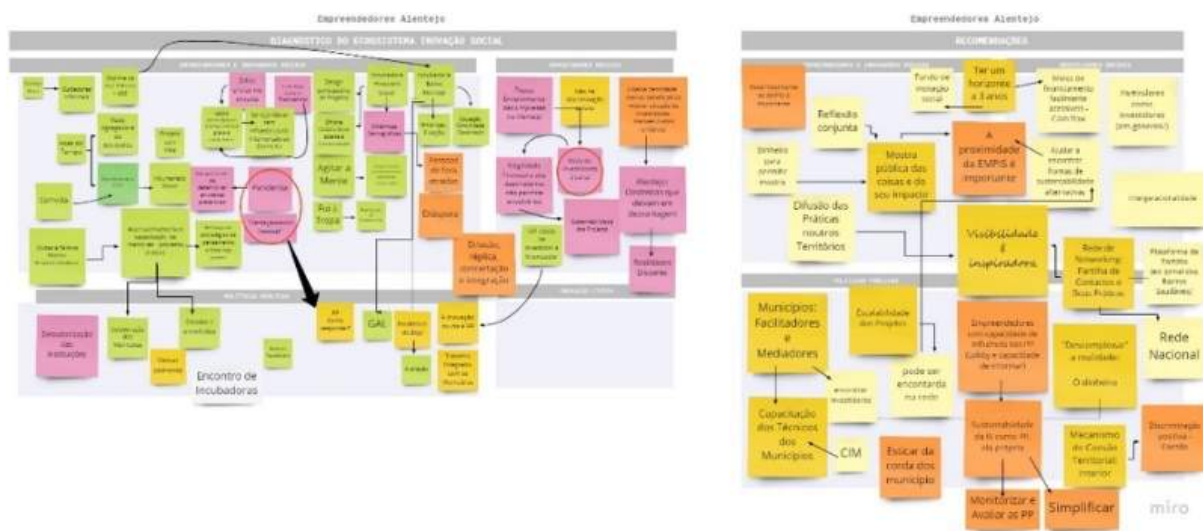


## 8. ANEXOS





**Figura 39: Exemplo do resultado das reuniões online de auscultação do Ecosistema de Inovação Social (registo dos contributos dos participantes através da ferramenta Miro)**



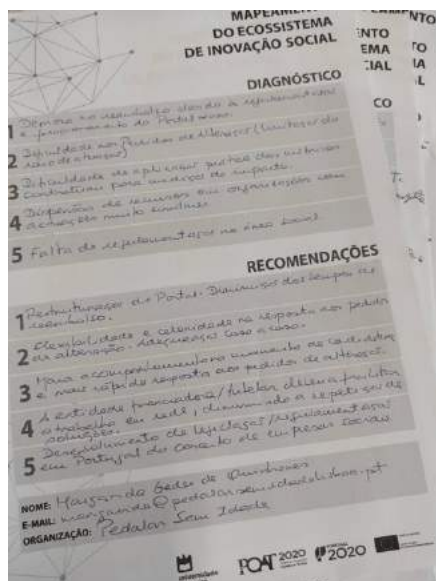
Fonte: Elaboração própria

**Figura 40: Reunião presencial auscultação do Ecosistema de Inovação Social**



Fonte: Elaboração própria

**Figura 41: Exemplo de recolha de contributos em reunião presencial de auscultação do Ecosistema de Inovação Social**



Fonte: Elaboração própria

**Tabela 27: Elementos do ecossistema de inovação social de acordo com abordagens seleccionadas**

	Relatório da OCDE: Quadro Nacional para a Inovação Social na Croácia	Projeto SI-DRIVE	Projeto TEPSIE	Uma abordagem exploratória para um ecossistema regional de inovação social (RISE)	The Economist: Índice Nacional de Inovação Social
Elemento 1	Condições da Estrutura	Atendimento às Necessidades e Desafios	Estrutura Institucional	Atores	Política Pública e Quadro Institucional
Elemento 2	Capital Humano	Recursos Fornecidos	Estrutura Política	Instituições como Elementos Estruturantes	Financiamento
Elemento 3	Infraestruturas (Hard e Soft)	Capacidades e Restrições	Estrutura de Recursos	Desenvolvimento de Caminhos	Empreendedorismo
Elemento 4	Instrumentos Financeiros	Atores, Redes e Mecanismos do Governo	Estrutura do Clima Social	Estrutura legal para a Inovação Social	Sociedade
Elemento 5		Desenvolvimento de Dinâmica de Processos		Ambiente para a Inovação Social	
Elemento 6				Diferenças Culturais	

Nota 1: O número do elemento não se refere à sua maior ou menor importância

Nota 2: Uma abordagem exploratória ao modelo de Ecossistema Regional de Inovação Social (RSIE) foi elaborada pelo autor com base no artigo de pesquisa

Nota 3: A designação do projeto SI-DRIVE é "Social Innovation: Driving Force of Social Change"; TEPSIE significa "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe"

Fonte: desenvolvido pela OCDE com base em (Domanski e Kaletka, 2018; Krlev, Bund e Mildnerberger, 2014; OCDE, 2016; The Economist, 2016; Terstripe, Rehfeld e Kleverback, 2020)

Fonte: OCDE (2021)

**Tabela 28: Montantes dos investidores da região Norte pelas respetivas CIMs e AMP**

MONTANTE INVESTIDO														
SUBREGIÃO	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%
Alto Minho	184 219,7	3,0							176 372,2	35,3	305 156,3	39,6	665 748,2	4,4
Cávado	140 415,6	2,3					360 534,0	7,0	80 000,0	16,0			580 949,6	3,9
Ave	39 999,9	0,6					271 501,4	5,3			118 236,0	15,3	429 737,3	2,9
Área Metropolitana do Porto	5 347 674,1	86,2	119 807,5	36,2	1 857 192,1	87,7	3 839 859,2	74,5	186 472,6	37,3	347 072,5	45,0	11 698 078,0	77,6
Tâmega e Sousa	208 925,9	3,4	211 158,0	63,8	188 679,2	8,9	127 221,5	2,5	56 809,8	11,4			792 794,4	5,3
Douro	200 157,5	3,2			20 246,7	1,0							220 404,2	1,5
Trás-os-Montes	82 478,6	1,3			52 699,9	2,5	554 429,2	10,8					689 607,8	4,6
<b>Total Geral</b>	<b>6 203 871,3</b>	<b>100</b>	<b>330 965,5</b>	<b>100</b>	<b>2 118 818,0</b>	<b>100</b>	<b>5 153 545,3</b>	<b>100</b>	<b>499 654,6</b>	<b>100</b>	<b>770 464,8</b>	<b>100</b>	<b>15 077 319,4</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 29: Investidores da região Norte pelas respetivas CIMs e AMP**

N.º DE INVESTIDORES														
SUBREGIÃO	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Eco. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%	Nº de Investidores	%
Alto Minho	27	17,3							1	6,3	8	34,8	36	9,9
Cávado	5	3,2					6	4,6	1	6,3			12	3,3
Ave	1	0,6					3	2,3			1	4,3	5	1,4
Área Metropolitana do Porto	92	59,0	3	60,0	24	70,6	112	85,5	11	68,8	14	60,9	256	70,1
Tâmega e Sousa	8	5,1	2	40,0	4	11,8	2	1,5	3	18,8			19	5,2
Douro	22	14,1			4	11,8							26	7,1
Trás-os-Montes	1	0,6			2	5,9	8	6,1					11	3,0
<b>Total Geral</b>	<b>166</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>	<b>131</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>365</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 30: Montante investido pelos Investidores sociais, por problema social da região Norte**

MONTANTE INVESTIDO														
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%
Agressões ambientais e territoriais	99 122,18	1,6	209 915,93	63,4					30 000,00	6,0	294 046,80	38,2	633 084,91	4,2
Défice de Competências para a Cidadania	334 022,87	5,4			68 799,97	3,2	542 880,13	10,5	68 014,48	13,6	77 036,85	10,0	1 090 754,29	7,2
Desemprego	213 448,44	3,4	1 242,05	0,4	523 874,24	24,7	470 654,57	9,1	237 471,71	47,5	118 235,98	15,3	1 564 926,98	10,4
Doença	522 942,82	8,4	46 247,70	14,0	4 255,35	0,2	594 122,55	11,5	33 278,90	6,7			1 200 847,31	8,0
Exclusão Social	4 010 492,95	64,6	73 559,83	22,2	802 988,39	37,9	2 875 697,97	55,8	130 889,48	26,2	281 145,14	36,5	8 174 773,76	54,2
Incidência Criminal	191 957,55	3,1			101 760,81	4,8	151 210,76	2,9					444 929,12	3,0
Insucesso Escolar	831 884,46	13,4			617 139,20	29,1	518 979,37	10,1					1 968 003,03	13,1
<b>Total Geral</b>	<b>6 203 871,25</b>	<b>100</b>	<b>330 965,51</b>	<b>100</b>	<b>2 118 817,96</b>	<b>100</b>	<b>5 153 545,34</b>	<b>100</b>	<b>499 654,57</b>	<b>100</b>	<b>770 464,77</b>	<b>100</b>	<b>15 077 319,40</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 31: Investidores sociais, por problema social da região Norte**

NÚMERO DE INVESTIDORES														
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%
Agressões ambientais e territoriais	5	3,2	1	20,0					1	6,3	1	4,3	8	2,2
Défice de Competências para a Cidadania	27	17,3			4	11,8	34	26,0	3	18,8	2	8,7	70	19,2
Desemprego	15	9,6	1	20,0	6	17,6	8	6,1	5	31,3	1	4,3	36	9,9
Doença	30	19,2	1	20,0	1	2,9	12	9,2	3	18,8			47	12,9
Exclusão Social	70	44,9	2	40,0	16	47,1	54	41,2	4	25,0	19	82,6	165	45,2
Incidência Criminal	2	1,3			2	5,9	1	0,8					5	1,4
Insucesso Escolar	7	4,5			5	14,7	22	16,8					34	9,3
<b>Total Geral</b>	<b>156</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>	<b>131</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>365</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 32: Montantes dos investidores da região Centro pelas respetivas CIMs**

MONTANTE INVESTIDO														
Subregião	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%
Aveiro	229 124,55	6,9			32 560,69	2,7	385 658,11	9,4	5 203,20	0,8			652 546,54	6,4
Coimbra	2 705 549,52	81,1			623 679,97	51,5	1 483 922,97	36,3	110 644,21	17,2	185 774,06	22,20	5 109 570,72	50,3
Leiria	104 604,68	3,1	37 848,92	100	109 549,84	9,0	519 932,78	12,7	36 586,15	5,7	329 780,22	39,42	1 138 302,59	11,2
Viseu Dão Lafões	34 830,00	1,0					196 765,54	4,8					231 595,54	2,3
Beiras e Serra da Estrela	37 202,53	1,1			334 721,00	27,6	536 167,22	13,1	388 779,00	60,5	309 151,57	37,0	1 606 021,33	15,8
Beira Baixa	944,14	0,0			26 668,00	2,2	472 430,70	11,6	74 774,45	11,6	236,04	0,0	575 053,33	5,7
Oeste	36 983,49	1,1			39 967,80	3,3	186 510,33	4,6	26 100,00	4,1		0,0	289 561,62	2,9
Médio Tejo	186 500,86	5,6			44 894,90	3,7	304 187,02	7,4		0,0	11 700,00	1,4	547 282,78	5,4
<b>Total Geral</b>	<b>3 335 739,78</b>	<b>100</b>	<b>37 848,92</b>	<b>100</b>	<b>1 212 042,20</b>	<b>100</b>	<b>4 085 574,67</b>	<b>100</b>	<b>642 087,00</b>	<b>100</b>	<b>836 641,89</b>	<b>100</b>	<b>10 149 934,45</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 33: Investidores da região Centro pelas respetivas CIMs**

N.º DE INVESTIDORES														
Subregião	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%
Aveiro	8	4,6			2	8,3	8	6,9	1	4,8			19	5,0
Coimbra	74	42,5			15	62,5	49	42,2	15	71,4	16	37,2	169	44,5
Leiria	34	19,5	2	100,0	3	12,5	20	17,2	1	4,8	19	44,2	79	20,8
Viseu Dão Lafões	1	0,6					3	2,6					4	1,1
Beiras e Serra da Estrela	7	4,0			1	4,2	12	10,3	1	4,8	4	9,3	25	6,6
Beira Baixa	4	2,3			1	4,2	5	4,3	1	4,8	1	2,3	12	3,2
Oeste	10	5,7			1	4,2	6	5,2	2	9,5		0,0	19	5,0
Médio Tejo	36	20,7			1	4,2	13	11,2			3	7,0	53	13,9
<b>Total Geral</b>	<b>174</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	<b>116</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>380</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 34: Montante investido pelos Investidores sociais, por problema social da região Centro**

MONTANTE INVESTIDO																
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total			
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%		
Agressões ambientais e territoriais	28 151,09	0,8					177 794,96	4,4	24 793,62	3,9			213 173,40	25,5	443 913,07	4,4
Défice de Competências para a Cidadania	278 270,51	8,3			85 049,60	7,0	221 964,23	5,4		1,3					593 334,34	5,8
Desemprego	27 707,89	0,8			379 615,90	31,3	290 022,78	7,1	476 289,50	74,2			28 012,46	3,3	1 201 648,53	11,8
Doença	278 624,11	8,4	33 362,51	88,1	88 182,53	7,3	897 550,50	22,0		1,5			24 977,23	3,0	1 332 362,43	13,1
Exclusão Social	2 315 357,51	69,4	4 486,41	11,9	235 168,09	19,4	1 943 413,24	47,6	71 939,35	11,2			568 978,79	68,0	5 139 343,38	50,6
Incidência Criminal	16 922,00	0,5		0,0	122 544,31	10,1									139 466,31	1,4
Insucesso Escolar	390 706,67	11,7		0,0	301 481,77	24,9	554 828,95	13,6	51 349,00	8,0			1 500,00	0,2	1 299 866,39	12,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 335 739,78</b>	<b>100</b>	<b>37 848,92</b>	<b>100</b>	<b>1 212 042,20</b>	<b>100</b>	<b>4 085 574,67</b>	<b>100</b>	<b>476 642 087,00</b>	<b>100</b>	<b>836 641,89</b>	<b>100</b>	<b>10 149 934,45</b>	<b>100</b>		

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 35: Investidores sociais, por problema social da região Centro**

NÚMERO DE INVESTIDORES														
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%
Agressões ambientais e territoriais	8	4,6					7	6,0	2	9,5	1	2,3	18	4,7
Défice de Competências para a Cidadania	19	10,9			2	8,3	15	12,9	2	9,5			38	10,0
Desemprego	4	2,3			2	8,3	4	3,4	6	28,6	11	25,6	27	7,1
Doença	33	19,0	1	50,0	3	12,5	21	18,1	3	14,3	11	25,6	72	18,9
Exclusão Social	89	51,1	1	50,0	8	33,3	58	50,0	4	19,0	19	44,2	179	47,1
Incidência Criminal	1	0,6			4	16,7							5	1,3
Insucesso Escolar	20	11,5			5	20,8	11	9,5	4	19,0	1	2,3	41	10,8
<b>Total Geral</b>	<b>174</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	<b>116</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>380</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 36: Montante de investidores sociais por setor da AML**

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA															
Área Metropolitana de Lisboa	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total		
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	
Área Metropolitana de Lisboa	1 986 494,10	37,5	321 011,20	6,1	846 792,34	16,0	1 268 586,10	24,0		619 242,56	11,7	248 961,55	4,7	5 291 087,86	100

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 37: Investidores sociais por setor da AML**

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA														
	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%
Área Metropolitana de Lisboa	76	50,3	6	4,0	12	7,9	29	19,2	13	8,6	15	9,9	151	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 38: Montante investido pelos Investidores sociais, por problema social da AML**

MONTANTE INVESTIDO														
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante em €	%
Agressões ambientais e territoriais														
Défice de Competências para a Cidadania	175 020,82	9,4	31 662,72	9,9		0,0	100 885,88	8,1	6 323,18	1,0	85 908,87	34,5	399 801,47	7,8
Desemprego	120 942,98	6,5	773,50	0,2	289 307,43	34,2	282 499,11	22,8	27 093,78	4,4	20 491,99	8,2	741 108,79	14,4
Doença	271 053,29	14,5		0,0	34 171,82	4,0	103 488,31	8,3	48 073,78	7,8		0,0	456 787,20	8,9
Exclusão Social	780 059,43	41,9	76 500,00	23,8	45 355,60	5,4	638 733,81	51,5	121 303,14	19,6	123 048,31	49,4	1 785 000,29	34,7
Incidência Criminal	57 924,16	3,1	169 575,00	52,8	38 243,21	4,5		0,0		0,0		0,0	265 742,37	5,2
Insucesso Escolar	409 642,80	22,0	42 499,98	13,2	439 714,29	51,9	114 656,25	9,2	416 448,69	67,3	19 512,39	7,8	1 442 474,39	28,1
(em branco)	48 544,78	2,6		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	48 544,78	0,9
<b>Total Geral</b>	<b>1 863 188,27</b>	<b>100</b>	<b>321 011,20</b>	<b>100</b>	<b>846 792,34</b>	<b>100</b>	<b>1 240 263,36</b>	<b>100</b>	<b>619 242,56</b>	<b>100</b>	<b>248 961,55</b>	<b>100</b>	<b>5 139 459,29</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 39: Investidores sociais, por problema social da AML**

N.º DE INVESTIDORES														
Problema Social	Empresa Privada		Estrangeiro		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%
Agressões ambientais e territoriais														
Défice de Competências para a Cidadania	5	6,7	2	33,3			3	10,3	1	7,7	8	53,3	19	12,7
Desemprego	6	8,0	1	16,7	4	33,3	6	20,7	1	7,7	3	20,0	21	14,0
Doença	13	17,3		0,0	2	16,7	3	10,3	3	23,1		0,0	21	14,0
Exclusão Social	44	58,7	1	16,7	4	33,3	15	51,7	6	46,2	3	20,0	73	48,7
Incidência Criminal	1	1,3	1	16,7	1	8,3		0,0		0,0		0,0	3	2,0
Insucesso Escolar	6	8,0	1	16,7	1	8,3	2	6,9	2	15,4	1	6,7	13	8,7
<b>Total Geral</b>	<b>75</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>150</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 40: Montante de investidores sociais por setor e CIMs de Alentejo**

MONTANTE INVESTIDO												
SUBREGIÃO	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante em €	%	Montante em €	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Lezíria do Tejo	13 300,00	1,1	81 217,86	44,9	305 665,53	30,0	29 748,21	51,9	2 955,38	2,3	432 886,97	16,9
Alentejo Litoral	104 859,37	9,0		0,0	75 487,12	7,4		0,0		0,0	180 346,49	7,1
Alto Alentejo	7 385,40	0,6		0,0	222 751,69	21,9		0,0		0,0	230 137,09	9,0
Alentejo Central	987 008,16	84,5	99 791,04	55,1	31 126,00	3,1	27 563,71	48,1	97 681,57	74,4	1 243 160,48	48,6
Baixo Alentejo	55 290,76	4,7		0,0	383 655,04	37,7		0,0	30 657,47	23,4	469 603,27	18,4
<b>Total</b>	<b>1 167 843,69 €</b>	<b>100</b>	<b>181 008,90</b>	<b>100</b>	<b>1 018 685,37</b>	<b>100</b>	<b>57 301,92 €</b>	<b>100</b>	<b>131 294,42 €</b>	<b>100</b>	<b>2 556 134,30 €</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 41: Investidores sociais por setor e CIMs de Alentejo**

N.º DE INVESTIDORES												
SUBREGIÃO	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%	N.º de Investidores	%
Lezíria do Tejo	3	11,5	3	37,5	14	34,1	1	16,7	1	14,3	22	25,0
Alentejo Litoral	1	3,8		0,0	1	2,4		0,0		0,0	2	2,3
Alto Alentejo	1	3,8		0,0	13	31,7		0,0		0,0	14	15,9
Alentejo Central	20	76,9	5	62,5	4	9,8	5	83,3	5	71,4	39	44,3
Baixo Alentejo	1	3,8		0,0	9	22,0		0,0	1	14,3	11	12,5
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 42: Montante investido pelos Investidores sociais, por problema social da região Alentejo**

MONTANTE INVESTIDO												
Problema Social	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%
Agressões ambientais e territoriais	44 074,46	3,8							44 074,46	33,6	88 148,92	3,4
Défice de Competências para a Cidadania	5 000,00	0,4					16 450,00	28,7			21 450,00	0,8
Desemprego	158 846,77	13,6			298,53	31,0	8 160,00	14,2	4 150,00	3,2	486 455,30	19,0
Doença	82 041,52	7,0	4 021,46	2,2	177,40	10,4	2 943,71	5,1			195 184,09	7,6
Exclusão Social	579 737,31	49,6	119 176,86	65,8	700,35	46,8			52 412,49	39,9	1 228 027,00	48,0
Incidência Criminal	13 300,00	1,1	54 413,31	30,1	30 000,00	2,9	29 748,21	51,9			127 461,52	5,0
Insucesso Escolar	284 843,63	24,4	3 397,27	1,9	90 509,10	8,9			30 657,47	23,4	409 407,47	16,0
<b>Total Geral</b>	<b>1 167 843,69</b>	<b>100</b>	<b>181 008,90</b>	<b>100</b>	<b>1 018 685,37</b>	<b>100</b>	<b>57 301,92</b>	<b>100</b>	<b>131 294,42</b>	<b>100</b>	<b>2 556 134,30</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 43: Investidores sociais, por problema social da região Alentejo**

N.º DE INVESTIDORES												
Problema Social	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%
Agressões ambientais e territoriais	1	3,8							1	14,3	2	2,3
Défice de Competências para a Cidadania	1	3,8					1	16,7		0,0	2	2,3
Desemprego	8	30,8			14	34,1	2	33,3	1	14,3	25	28,4
Doença	5	19,2	1	12,5	11	26,8	2	33,3		0,0	19	21,6
Exclusão Social	3	11,5	5	62,5	10	24,4		0,0	4	57,1	22	25,0
Incidência Criminal	3	11,5	1	12,5	1	2,4	1	16,7		0,0	6	6,8
Insucesso Escolar	5	19,2	1	12,5	5	12,2		0,0	1	14,3	12	13,6
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 44: Montantes dos investidores da região Algarve**

Montante Investido												
Montante Investido	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	montante	%	Montante	%	Montante	%
Algarve	776 502,01		250 728,75		1 718 533,43		143,00		177 906,55		2 923 813,73	
<b>Total</b>	<b>776 502,01</b>	<b>26,6</b>	<b>250 728,75</b>	<b>8,6</b>	<b>1 718 533,43</b>	<b>58,8</b>	<b>143,00</b>	<b>0,0</b>	<b>177 906,55</b>	<b>6,1</b>	<b>2 923 813,73</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 45: Investidores da região Algarve**

N.º de Investidores												
SUBREGIÃO	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%	Nº de investidores	%
Algarve	31		3		46		1		15		96	
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>32,3</b>	<b>3</b>	<b>3,1</b>	<b>46</b>	<b>47,9</b>	<b>1</b>	<b>1,0</b>	<b>15</b>	<b>15,6</b>	<b>96</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 46: Montante investido pelos Investidores sociais, por problema social da região Algarve**

MONTANTE INVESTIDO												
Problema Social	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Agressões ambientais e territoriais												
Défice de Competências para a Cidadania	30 000,00	3,9			112 197,22	6,5					142 197,22	4,9
Desemprego	65 097,50	8,4	233 962,22	93,3	286 526,33	16,7			6 000,00	3,4	591 586,05	20,2
Doença	127 804,54	16,5	16 766,53	6,7	312 370,82	18,2	143,00	100	60 575,56	34,0	517 660,44	17,7
Exclusão Social	388 621,41	50,0			802 452,73	46,7			108 330,99	60,9	1 299 405,13	44,4
Incidência Criminal												
Insucesso Escolar	164 978,56	21,2			204 986,33	11,9			3 000,00	1,7	372 964,89	12,8
<b>Total Geral</b>	<b>776 502,01</b>	<b>100</b>	<b>250 728,75</b>	<b>100</b>	<b>1 718 533,43</b>	<b>100</b>	<b>143,00</b>	<b>100</b>	<b>177 906,55</b>	<b>100</b>	<b>2 923 813,73</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS



**Tabela 47: Investidores sociais, por problema social da região Algarve**

NÚMERO DE INVESTIDORES												
Problema Social	Empresa Privada		Fundação		Município		Outras Ent. Ec. Social		Outras Ent. Públicas		Total	
	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%	N.º de investidores	%
Agressões ambientais e territoriais												
Défice de Competências para a Cidadania	3	9,7			3	6,5					6	6,3
Desemprego	3	9,7	1	33,3	4	8,7			2	13,3	10	10,4
Doença	17	54,8	2	66,7	21	45,7	1	100	5	33,3	46	47,9
Exclusão Social	5	16,1			13	28,3			7	46,7	25	26,0
Incidência Criminal												
Insucesso Escolar	3	9,7			5	10,9			1	6,7	9	9,4
<b>Total Geral</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados EMPIS

**Tabela 48: Reunião com os Investigadores**

INVESTIGADORES			
Data	Hora	Região	Entidade
14 de março	10:00 - 12:00	Norte	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
		Norte	EEG - Universidade do Minho
		Norte	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão
		Norte	Quatenaire
		Centro	Centre For Social Studies - Universidade de Coimbra
		Centro	CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
		Centro	Universidade de Coimbra
		Centro	Universidade da Covilhã
		Centro	CCDR Centro
		AML	ISEG- Universidade de Lisboa
		AML	Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
		AML	CCDR Lisboa
		AML	Empis
		AML	IES - Social Business School
		Alentejo	CCDR Alentejo
		Alentejo	PIS Alentejo
Alentejo	Instituto Politécnico de Santarém		

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 49: Reuniões com os Municípios**

MUNICÍPIOS			
Data	Hora	Região	Entidade
14 de março	14:15 - 16:15	Algarve	CCDR Algarve
			CM Albufeira
			CM Alcoutim
			CM de Lagos
			CM Faro
			CM Loulé
			CM Monchique
			CM Olhão
			CM Portimão
			CM Silves
			CM Vila Real de S. António
15 de março	9:30 - 11:00 11:30 - 13:00 14:30 - 16:00 16:30 - 18:00	Centro	CIM Coimbra
			CM Albergaria-a-Velha
			CM Alenquer
			CM Anadia
			CM Batalha
			CM Belmonte
			CM Caldas
			CM Cantanhede
			CM Carregal do Sal
			CM Castro Daire
			CM Celorico da Beira
			CM Covilhã
			CM Covilhã
			CM de Vila Nova de Poiares
			CM Entroncamento
			CM Figueira Castelo Rodrigo
			CM Figueira Castelo Rodrigo
			CM Fundão
			CM Góis
			CM Guarda
			CM Ílhavo
			CM Lourinhã
			CM Manteigas
CM Marinha Grande			
CM Mealhada			
CM Miranda do Corvo			

			CM Montemor-o-Velho
			CM Mortágua
			CM Oleiros
			CM Oliveira do Hospital
			CM Ourém
			CM Ovar
			CM Pampilhosa da Serra
			CM Pedrógão Grande
			CM Penamacor
			CM Pinhel
			CM Proença-a-Nova
			CM Sabugal
			CM Sertã
			CM Vagos
16 de março	10:00 - 12:00	Alentejo	CCDR Alentejo
			CIM Alentejo Central
			CIM Alentejo Litoral
			CM Borba
			CM Crato
			CM Estremoz
			CM Évora
			CM Monforte
			CM Montemor-o-Novo
			CM Mourão
			CM Ponte de Sor
			CM Vidigueira
			EMPIS
21 de março	9:30 - 11:00 - 11:30 - 13:00 14:30 - 16:00	Norte	CIM Alto Minho
			CIM Alto Tâmega
			CIM Cávado
			CIM Douro
			CM Amarante
			CM Armamar
			CM Arouca
			CM Baião
			CM Braga
			CM Bragança
			CM de Valongo
			CM Fafe
			CM Gondomar

			CM Guimarães
			CM Lamego
			CM Lousada
			CM Maia
			CM Mirandela
			CM Mondim de Basto
			CM oliveira de Azeméis
			CM Paredes
			CM Porto
			CM Santa Maria da Feira
			CM Santo Tirso
			CM Terras de Bouro
			CM Torre de Moncorvo
			CM Vale de Cambra
			CM Vila Nova de Famalicão
			CM Vila Nova de Gaia
			CM Vila Pouca de Aguiar
			CM Vila Verde
			CM Vimioso
			CIM Trás-os-Montes
			Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto
8 de abril	14:30 - 16:30	AML	CCDRLVT
			CM Amadora
			CM Barreiro
			CM Cascais
			CM Mafra
			CM Montijo
			CM Sintra
			CM Vila Franca de Xira

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 50: Reuniões com os Empreendedores**

EMPREENDEDORES			
Data	Hora	Região	Entidade
14 de março	16:30 - 18:30	Algarve	Apexa - Associação de Apoio À Pessoa Excepcional Do Algarve
			Associação Dignitude
			Casulo
			Cdi.Up - Cooperativa de Desenvolvimento Infantil E União Parental, Crl
			Conexão Lusófona - Associação Juvenil
			Cruz Vermelha Portuguesa
			Discurso Paralelo - Associação
			Moju - Associação Movimento Juvenil em Olhão
			Plataforma Saúde Em Diálogo - Associação para a Promoção da Saúde e Protecção na Doença
			Rés Do Chão Cento e Dezanove Associação
16 de março	14:30 - 16:30	Alentejo	A FARPA - Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico
			ACESSÍVEL ÊXITO - Associação
			Associação Tempos Brilhantes
			Casa do Povo de Santana de Cambas
			Centro Social Nossa Senhora Da Graça
			Fundação Eugénio de Almeida
			Torrance Centre Portugal Associação Científico Pedagógica
21 de março	10:00 - 12:00	Norte	ADRITEM
			Associação A4-Aceitar, Acolher e Agir
			Associação Just A Change
			Azimute - Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente
			Centro Social do Vale do Homem
			Eslider
			Fundação Serralves
			Human Power Hub
			Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses
			Pista Mágica - Associação
			Sol do Ave-Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave
30 de março	14:15 - 16:15	Centro	Ad Elo - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
			Associação de Bem Estar Social e Recreativa de Alpedriz
			Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere
			Associação Dignitude
			Associação Orquestras Sinfónicas Juvenis

			Associação Portuguesa Rádio Miúdos
			Associação Tempos Brilhantes
			Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola Nº 10 - Caspae 10
			Centro Social Paroquial de S. Tiago da Guarda
			Cercicaper - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pêra Crl
			Crit - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano
			Deliciosas Diferenças, Cooperativa de Responsabilidade Limitada Crl
			Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga
			Ludotempo-Associação de Promoção do Brincar
			Movimento 55+ Associação
			Palhaços D'opital - Associação Cultural
			Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
			Psientífica - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Social
			Santa Casa Da Misericórdia De Pampilhosa Da Serra
			Santa Casa da Misericórdia De Vagos
			Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A.
			Startup Leiria Inovação Social - Incubadora Social
8 de abril	10:00-11:30	AML	Adm Estrela - Associação Social Desenvolvimento
			Aicd - Associação para Inserção por Centros Digitais de Informação
			Aksl - Associação Cultural e Desportiva de Karaté Shotokan de Lisboa
			Associação Better Future
			Associação Ciapa Centro Aeroespacial
			Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Apcl
			Associação Just A Change
			Associação Portuguesa de Apoio À Vítima
			Associação Portuguesa Rádio Miúdos
			Associação Terra dos Sonhos
			Associação Vitamimos Sabe - Saúde, Ambiente e Bem Estar
			Bvll - Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável Crl
			Clube Intercultural Europeu
			Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão

			Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus
			Instituto S.João de Deus
			Lifeshaker - Associação
			Movimento 55+ Associação
			P28 - Associação de Desenvolvimento Criativo e Artístico
			Pedalar Sem Idade - Associação de Apoio à 3ª Idade
			Rés Do Chão Cento e Dezanove Associação
			Seacoop - Social Entrepreneurs Agency, Crl
			Spotgames (TIS)
			Surfaddict - Associação Portuguesa de Surf Adaptado
			Youthcoop - Cooperativa para o Desenvolvimento e Cidadania Crl

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 51: Reunião com os Investidores**

INVESTIDORES			
Data	Hora	Sede	Entidade
29 de março	17:00 - 19:00	Norte	Fundação La caixa
		Norte	BPI
		Norte	Agros
		Norte	Arcopédico
		Norte	F3M
		Centro	IPLeiria
		AML	Banco Montepio
		AML	Fundação Montepio
		AML	Fundação Calouste Gulbenkian
		AML	Fidelidade
		AML	Critical Software
		AML	CUF
		Algarve	CM Loulé

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 52: Reunião com as Incubadoras**

INCUBADORAS			
Data	Hora	Região	Entidade
4 de abril	16:00 - 18:00	Norte	IRIS – Incubadora de Inovação Social para o Desenvolvimento Regional Norte
		Norte	Human Power Hub
		Norte	AMUT'IESIM – Incubadora de Empreendedorismo Social da Idade Maior
		Centro	Microninho+IN – Incubadora Social e de Inovação Microninho – Incubadora social
		Centro	i9Social
		Centro	I3SOCIAL BSE – Incubadora itinerante para a inovação social BSE
		Centro	Incubadora A Praça
		Centro	Got Talent Inedv- empreendedorismo e Inovação
		AML	Casa do Impacto
		AML	Jobs Airport
		Alentejo	Fundação Eugenio de Almeida
		Algarve	Casulo

Fonte: Elaboração própria



## Reunião com os Inovadores Cívicos

INOVADORES CÍVICOS			
Data	Hora	Região	Entidade
5 de abril	17:00 - 19:00	Norte	Dragon Dreaming- Consultor para Inovação Social
		Norte	MEERU   Abrir Caminho
		Nacional	Associação Portugal Participa
		Nacional	Sociedade Democrática União Barreirense - IPSS
		Centro	PARCERIA (Universidade de Aveiro (UA), Associação Mon Na Mon, a AIDA - Câmara de Comércio e Indústria de Aveiro, a Aga Khan Foundation e Grupo Prifer)
		Centro	Ashoka Portugal
		Centro	Grupo de cidadãos- Banco de Ajuda de Santa Maria da Feira
		AML	Associação Coolabora - Intervenção Social
		AML	Departamento de Desenvolvimento Local- Câmara Municipal de Lisboa
		AML	Rede Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
		AML	MINHA TERRA- Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Alentejo	Associação Terra Sintrópica		

Fonte: Elaboração própria